Questão 1 - Direito Processual Civil

1 - PROTOCOLO (8789401106) - INSCRIÇÃO (87801010890)
ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Nota-se ainda que não se poderia aventar o preenchimento do requisito, já que a peça apresentada não guarda correspondência com os fundamentos de concessão do pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

2 - PROTOCOLO (8789401117) - INSCRIÇÃO (87801945294)
ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

3 - PROTOCOLO (8789401123) - INSCRIÇÃO (87801956100)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao contrário do fundamentado pelo candidato, as linhas mencionadas não fazem alusão aos fatos, limitaram-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão. Mantida a nota atribuída.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. Até a simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários, não atende aos critérios exigidos pela questão. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não abordou de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

---

4 - PROTOCOLO (8789401129) - INSCRIÇÃO (87801945662)
ITEM 2 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão ao candidato.

ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

5 - PROTOCOLO (8789401136) - INSCRIÇÃO (87801019346)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. As razões apresentadas (linha 11/13) são intrinsecamente ligadas à falta de intimação da parte embargante. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Apenas se limitou a afirmar que "não acarretará prejuízos ao exequente" (linhas 6 e 7 da página 4). Assim, tais omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

6 - PROTOCOLO (8789401139) - INSCRIÇÃO (87801958734)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente, muito embora tenha manejado como peça um novo recurso de apelação. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que mera reprodução de artigo de lei não acarreta a pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Alterada a nota para pontuação parcial.

---

7 - PROTOCOLO (8789401141) - INSCRIÇÃO (87801030568)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato (linhas 8-11 da página 1) foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de se identificar como defensor público, conforme se verifica na linha 4 da página 4. Tal omissão compromete a completude e a adequação técnica da peça, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

---

8 - PROTOCOLO (8789401142) - INSCRIÇÃO (87801962033)
ITEM 1 - NOTA 2,50 ALTERADA PARA 5,00. Em que pese esta avaliadora não concordar com a argumentação remissiva apenas aos artigos legais, sem a devida organização lógica e demonstração da linha de raciocínio necessários para avaliação de prova subjetiva, assiste razão ao candidato. Se conjugar os fatores limitantes com o apresentado, é possível fazer a análise da peça. Nota alterada.

ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC).

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. Trata-se de pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1012 §3º e 4º do CPC. O candidato expressamente atribuiu como peça o "razões de Apelação", quando já havia o recurso de apelação interposto. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem

como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente, aduzindo nova interposição de recurso de apelação, quando esta já está interposta. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

9 - PROTOCOLO (8789401157) - INSCRIÇÃO (87801954861)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a pontuação parcial.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

10 - PROTOCOLO (8789401164) - INSCRIÇÃO (87801978726)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido

nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito (linhas 28-30 da página 1). A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Soma-se que as linhas mencionadas não correspondem ao quesito analisado. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A simples menção de que a arrematação causará prejuízo, sem fundamentar não acarreta pontuação. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. O candidato, além de se equivocar quanto ao pedido de suspensão de hasta pública, fez pedido de cassação da decisão que atribuiu efeito devolutivo, quando esta possui base legal, conforme artigo 1012 §1º do CPC. Assim, mantida a nota.

---

11 - PROTOCOLO (8789401166) - INSCRIÇÃO (87801993107)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão parcial. De fato, houve cumprimento dos elementos exigidos para a pontuação parcial.

---

12 - PROTOCOLO (8789401167) - INSCRIÇÃO (87801014734)
ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente das violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. 87801964480

---

13 - PROTOCOLO (8789401197) - INSCRIÇÃO (87801969428)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, mantida a pontuação.

---

14 - PROTOCOLO (8789401202) - INSCRIÇÃO (87801945536)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante

ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, omissa nesta parte. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. Confunde o candidato o cabimento com a exposição dos fatos, conforme linhas 22-26 da página 1. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Frente o presente recurso, constata-se a ausência de fundamentação adequada que justificasse o acolhimento do pedido de alteração de nota. O candidato não apresentou argumentos consistentes nem embasamento jurídico suficiente para demonstrar qualquer erro na avaliação realizada. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Dessa forma, não há elementos que sustentem a modificação da pontuação, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a avaliação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. E, ainda que fosse do presente quesito, carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, bem como a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado, conforme os critérios previamente estabelecidos. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

---

15 - PROTOCOLO (8789401229) - INSCRIÇÃO (87801986757)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito (linhas 7-11). A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Vale observar que as razões apontadas em recurso são inerentes à quesitação diversa em que o candidato logrou 1 ponto. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica, as razões apontadas pelo candidato são inerentes às analisadas de quesitos diversos, ainda que se utilize da interpretação extensiva. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50%, a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 70% do valor da avaliação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

16 - PROTOCOLO (8789401280) - INSCRIÇÃO (87801984265)
ITEM 2 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Em que pese a desorganização do endereçamento, assiste razão. Alterada a nota.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. No mais, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada (logrou 1 ponto), mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. As linhas 9-12 da página 4 não ratificam as afirmativas constantes em recurso. Mantida a nota.

---

17 - PROTOCOLO (8789401283) - INSCRIÇÃO (87801961256)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. O candidato afirma em linhas 5/15 da página 3 a ausência de indivisibilidade. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

18 - PROTOCOLO (8789401289) - INSCRIÇÃO (87801015175)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. O candidato limitou-se a reduzir sua fundamentação sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação, foi mantida a nota originalmente conferida.

---

19 - PROTOCOLO (8789401292) - INSCRIÇÃO (87801993031)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de

Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação requerida. As linhas mencionadas não mencionam e fundamentam os elementos citados. Mantida a nota.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

20 - PROTOCOLO (8789401301) - INSCRIÇÃO (87801009745)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, verificou-se que os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão. Mantém-se a pontuação atribuída.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que, no quesito referente aos pedidos, o candidato não formulou o pedido de tutela de urgência nem a solicitação de sua confirmação ao final, com o objetivo de conferir efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil. A ausência desses pedidos essenciais demonstra a inadequação técnica da resposta, razão pela qual não é possível atribuir pontuação. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

21 - PROTOCOLO (8789401303) - INSCRIÇÃO (87801944949)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "reclamação". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012, §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito intrinsecamente ligado única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Mesmo assim, ainda que cabível ao presente quesito, a fundamentação e argumentação técnica não são adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que

demonstre domínio sobre o tema ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Portanto, mantida a pontuação atribuída anteriormente.

---

22 - PROTOCOLO (8789401306) - INSCRIÇÃO (87801991355)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas não relatam o afirmado em recurso. Constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Ao observar as linhas mencionadas, o simples fato de mencionar os artigos, sem a completude de pedido de tutela liminar, não acarreta a pontuação desejada. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próxima e remota) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 24/25 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

23 - PROTOCOLO (8789401328) - INSCRIÇÃO (87801969284)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Diante disso, mantida a nota parcial conferida.

---

24 - PROTOCOLO (8789401336) - INSCRIÇÃO (87801961777)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC).

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 10 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1.012, §§3º e4º do CPC. Logo, mantida a nota atribuída.

ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a

mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

---

25 - PROTOCOLO (8789401368) - INSCRIÇÃO (87801975619)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "correição parcial", conforme linhas 7 e seguintes da página 1. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, é mantida a pontuação.

---

26 - PROTOCOLO (8789401371) - INSCRIÇÃO (87801965606)
ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Mantida a nota.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

27 - PROTOCOLO (8789401386) - INSCRIÇÃO (87801976432)
ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Apesar de mencionar em tópico "da prerrogativa", não houve citação das prerrogativas inerentes: intimação pessoal, dispensa de mandato, vista dos autos fora do cartório, dentre outros. A mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Assim, mantida a nota atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

---

28 - PROTOCOLO (8789401396) - INSCRIÇÃO (87801944876)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Outrossim, a análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. O candidato não abordou, de forma autônoma ou complementar, outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

29 - PROTOCOLO (8789401399) - INSCRIÇÃO (87801961784)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à decisão, como expressamente inseriu o candidato. Assim, é mantida a pontuação parcial.

ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indiciação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão (logrou 1 ponto). Constatou-se, igualmente, que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota parcial conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

30 - PROTOCOLO (8789401407) - INSCRIÇÃO (87801996662)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

31 - PROTOCOLO (8789401422) - INSCRIÇÃO (87801948442)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Como se observa nas linhas mencionadas, o candidato faz alusão ao contraditório, mas não houve desenvolvimento acerca da intimação, mas ainda sim teve parcial pontuação. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido está incompleto. Não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota parcial conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

32 - PROTOCOLO (8789401434) - INSCRIÇÃO (87801950858)
ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste parcial razão ao candidato. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Desta forma, majorada a nota para 1 ponto.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

33 - PROTOCOLO (8789401453) - INSCRIÇÃO (87801961791)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A peça deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário, o que não é passível de se verificar nas linhas apontadas pelo candidato. Mantida a nota original.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A pontuação reflete justamente o que foi fundamentado em recurso. Assim, não há o que avaliar.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota parcial.

---

34 - PROTOCOLO (8789401463) - INSCRIÇÃO (87801948512)
ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão ao candidato, porém deve ser acolhido de forma parcial. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

35 - PROTOCOLO (8789401482) - INSCRIÇÃO (87801949166)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

36 - PROTOCOLO (8789401507) - INSCRIÇÃO (87801948971)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. As linhas mencionadas correspondem à impenhorabilidade do bem de família, que não possui correlação com a quesitação em apreço. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio

da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota.

---

37 - PROTOCOLO (8789401518) - INSCRIÇÃO (87801956479)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato abordou de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, silente, especialmente sobre recurso de apelação, ser recebido somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada (logrou 1 ponto no referido quesito), mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

38 - PROTOCOLO (8789401546) - INSCRIÇÃO (87801005895)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência de correlação entre o pedido de efeito suspensivo e o recurso de apelação, conforme disposto no art. 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil. Ademais, não foram expostas as razões de cabimento nem os requisitos necessários para o acolhimento do pedido, configurando omissões que inviabilizam a atribuição de pontuação. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que os fatos foram expostos de maneira parcial e insuficiente, sem atender à completude necessária para solucionar adequadamente o problema proposto. A ausência de abordagem integral dos elementos essenciais inviabilizou o preenchimento dos requisitos exigidos para a atribuição da pontuação máxima, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso apresentado, verificou-se que as razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato evidenciou que não houve abordagem acerca do tema necessário para a pontuação, deixando de atender aos critérios exigidos para a solução do problema proposto. Além disso, matérias completamente alheias ou diversas do que é requerido não podem ser consideradas para atribuição de pontuação, uma vez que não se relacionam com o objetivo da questão. Dessa forma, mantém-se a nota originalmente conferida, considerando a ausência de elementos pertinentes ao tema avaliado.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado de forma recursal para a atribuição de efeito suspensivo, sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenche o requisito necessário para a pontuação. Além disso, foram apresentados outros pedidos que não possuíam qualquer correlação com a peça exigida, reforçando a inadequação da resposta.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que, no ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

39 - PROTOCOLO (8789401558) - INSCRIÇÃO (87801947532)
ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída.

---

40 - PROTOCOLO (8789401564) - INSCRIÇÃO (87801018158)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na página 4, o candidato apresenta pedidos de nulidade e, ao final, pedido de tutela de urgência diversamente da exigida: concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

41 - PROTOCOLO (8789401601) - INSCRIÇÃO (87801962037)
ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão ao candidato. Ainda que de forma bem resumida, salientou interposição, requisitos e objeto. Nota alterada.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões de recurso não refletem necessário para a pontuação pretendida. Ainda que fossem consideradas as afirmativas do candidato como "os fatos", estes foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. No mais, o pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Pontuação atribuída de acordo com o que foi apresentado pelo candidato. Como se verifica, o candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo à sentença, quando o correto seria pedido de forma recursal e definitiva para a atribuição de efeito suspensivo. O que se verifica das razões apresentadas é que o candidato seleciona as palavras que correspondem ao espelho e entende que, por essa razão, merece ser acolhido o pedido do recurso. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próximas e remotas) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. A avaliação deve ser objetiva e imparcial. Ante todo o exposto, é mantida a nota atribuída.

---

42 - PROTOCOLO (8789401602) - INSCRIÇÃO (87801957523)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "reclamação". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e 4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

43 - PROTOCOLO (8789401614) - INSCRIÇÃO (87801950652)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ainda que considerasse os fatos inclusos no tópico "Do direito", estes se limitaram exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao

recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

---

44 - PROTOCOLO (8789401626) - INSCRIÇÃO (87801967582)
ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

45 - PROTOCOLO (8789401633) - INSCRIÇÃO (87801949051)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. A peça apresentada não possui a coesão e a argumentação suficientes para atingir a pontuação máxima de 5. Conforme se verifica da própria peça, os argumentos não possuem qualquer correlação com o enunciado da questão, não havendo possibilidade de demonstrar o raciocínio jurídico necessário para uma avaliação completa. Diante da ausência de fundamentação clara e coesa com o enunciado, mantida a nota originalmente atribuída.

---

46 - PROTOCOLO (8789401643) - INSCRIÇÃO (87801976175)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação requerida. Nota-se que as linhas mencionadas não preenchem esses elementos exigidos. Mantida a nota.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Razões relacionadas à quesitação anterior. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Não basta apenas a menção das palavras sem a contextualização necessária. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica de linhas 14-30 da página 4, o candidato fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012, §§3º e 4º do CPC. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, mantida a pontuação.

---

47 - PROTOCOLO (8789401647) - INSCRIÇÃO (87801966896)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Nas duas folhas de prova, como se observa, não houve fundamentação acerca da falta de intimação. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. O mesmo ocorreu com a indivisibilidade do bem. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

48 - PROTOCOLO (8789401650) - INSCRIÇÃO (87801967668)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede

a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

---

49 - PROTOCOLO (8789401652) - INSCRIÇÃO (87801954624)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "incidente de impugnação à hasta pública", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. É exatamente o que se verifica nas linhas mencionadas pelo candidato. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos estão absolutamente descontextualizados com a realidade do enunciado. Vide linhas 10 e seguintes: a peça inerente ao problema é o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação. Ora, se a resposta é a peça supramencionada, como houve a concessão disposta nas linhas 10/13? Assim, mantida a nota atribuída.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. No mais, ao contrário do afirmado, não houve desenvolvimento acerca da indivisibilidade. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema. A apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Além do que, a resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não houve pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, como afirma a candidata. O pedido foi de "concessão de alvará", que "Assim, visa a garantir a recepção da apelação em seu efeito suspensivo". O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, mantida a nota atribuída.

---

50 - PROTOCOLO (8789401654) - INSCRIÇÃO (87801946693)
ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

51 - PROTOCOLO (8789401655) - INSCRIÇÃO (87801963184)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota.

---

52 - PROTOCOLO (8789401658) - INSCRIÇÃO (87801987580)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Nota mantida.

---

53 - PROTOCOLO (8789401665) - INSCRIÇÃO (87801949328)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Apesar de o candidato ter confundido o ato judicial citação com intimação (linha 24), foi atribuída

pontuação pertinente ao quesito. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota foi atribuída de acordo com o apresentado pelo candidato na peça. Considerando não ter tido o aprofundamento necessário, a nota parcial é a mais adequada.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, mas ainda assim foi considerada pela avaliadora parcial pontuação, quando o correto seria pedido de forma recursal e definitiva para a atribuição de efeito suspensivo, quando o correto é o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

54 - PROTOCOLO (8789401667) - INSCRIÇÃO (87801979231)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ademais, o candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

55 - PROTOCOLO (8789401676) - INSCRIÇÃO (87801023961)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Na verdade, sequer parcialmente deveria ter sido atribuída a pontuação, visto que os fatos apresentados se confundem totalmente com o mérito. Assim, é mantida a pontuação inicial.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Outrossim, as menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. As linhas mencionadas pelo recorrente em nada se assemelham ao afirmado como causa justificadora de acolhimento do pleito. Não apenas nessas linhas, mas em toda a peça, conforme reavaliação feita. Dessa

forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O princípio da menor onerosidade não se relaciona aos pressupostos para a pontuação da quesitação. Ademias, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Princípio da menor onerosidade não é sinônimo do princípio da utilidade da execução. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral. Advirta-se que sequer há um pedido exato e determinado na tutela de urgência, conforme se verifica em linhas 12-23 da página 3.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

56 - PROTOCOLO (8789401686) - INSCRIÇÃO (87801953363)
ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

---

57 - PROTOCOLO (8789401691) - INSCRIÇÃO (87801990548)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

58 - PROTOCOLO (8789401707) - INSCRIÇÃO (87801033477)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. Deve ser mantida a nota. Conforme linhas 8-10 da página 1, a candidata direcionada contra a apelação da embargante ora assistida. Contudo, ao longo do texto, por diversas vezes, a candidata fez alusão à apelante como se esta não fosse a quem não interpôs anteriormente a apelação (linhas 5-10 e 21-30 da página 2), gerando confusão quanto à identificação das partes e comprometendo a clareza da argumentação. Ou seja, contrarrazões à apelação ofertada pela própria Simone, com razões de impugnação às razões da assistida(!). Essa inconsistência revelou ausência de coesão e de fundamentação técnica na peça, prejudicando a compreensão lógica dos argumentos apresentados.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pela candidata como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Novamente, a candidata ofertou contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela embargante Simone, ora apelante. Diante dessa inadequação, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com

efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pela candidata carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente, como se verifica nas linhas 5-10 da página 2. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

59 - PROTOCOLO (8789401714) - INSCRIÇÃO (87801961417)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a prova, diante da fundamentação do candidato, não merece prosperar o recurso. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota referente à fração ideal foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado. Acerca da indivisibilidade, a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota original.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato fundamenta, inclusive, no pedido de linhas 13-16 para a pontuação na quesitação diversa, tanto que lá logrou pontuação parcial. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

60 - PROTOCOLO (8789401719) - INSCRIÇÃO (87801947202)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

61 - PROTOCOLO (8789401721) - INSCRIÇÃO (87801964396)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação (linhas 29-30 da página 2), não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Essa abordagem insuficiente demonstra a ausência de aprofundamento e de conexão com o problema proposto, o que inviabiliza a atribuição da pontuação. Além do que, o candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação (linha 8), não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a

reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. A ausência de fundamentação detalhada, tanto em fatos quanto em direito, configura uma abordagem insuficiente para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica do próprio recurso do candidato, as menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Em linhas 15-19 da página 3, o candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Assim, é mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausentes a formulação do pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Não há sequer pedido similar nas linhas 22-28 da página 3. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

62 - PROTOCOLO (8789401731) - INSCRIÇÃO (87801970962)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. As linhas mencionadas estão intrinsecamente ligadas, única e exclusivamente, à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Mantida a nota.

---

63 - PROTOCOLO (8789401737) - INSCRIÇÃO (87801949716)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

64 - PROTOCOLO (8789401741) - INSCRIÇÃO (87801975770)
ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao

tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, em parte. Não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Alterada a nota para 1 ponto.

---

65 - PROTOCOLO (8789401748) - INSCRIÇÃO (87801953446)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "ação rescisória", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 10 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012, §3º e 4º do CPC. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas 11 e 12 não correspondem à intimação. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante, em especial a nulidade por falta de intimação. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. O mesmo ocorre com a indivisibilidade do bem.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido ser absorvido pelas custas e demais emolumentos em relação à meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise dos pedidos apresentados pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

66 - PROTOCOLO (8789401755) - INSCRIÇÃO (87801952533)
ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão ao candidato. De fato, houve o preenchimento de todos os requisitos.

---

67 - PROTOCOLO (8789401783) - INSCRIÇÃO (87801990485)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. As linhas mencionadas em nada corroboram com a falta de intimação. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Não houve fundamentação em nenhum dos requisitos. Não basta apenas mencionar as palavras do quesito, sem a devida contextualização, para fins de pontuação. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50%, a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 70% do valor da avaliação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada.

---

68 - PROTOCOLO (8789401792) - INSCRIÇÃO (87801957229)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Muito embora inexista tópico específico para o cabimento, foi aferida a pontuação de acordo com o que foi apresentado. No mais, as razões lançadas na peça acerca do cabimento revelaram que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. As afirmativas inerentes ao artigo 73 do CPC não se aplicam ao caso em comento. Verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos (linhas 24/30 da página 1). A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantida a nota parcial conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O artigo 831 do CPC não corresponde ao quesito avaliado, como solicitado pelo candidato (linhas 15/21). O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação (indicada como citação pelo candidato), não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Mantida a pontuação parcial.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa (logrando 1 ponto), não correspondendo à ora questionada. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido ser absorvido pelas custas e demais emolumentos em relação à meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a

abordagem do problema proposto.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. O candidato deduziu ser o único imóvel da embargante, quando não havia menção no enunciado acerca. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

69 - PROTOCOLO (8789401806) - INSCRIÇÃO (87801946804)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

70 - PROTOCOLO (8789401841) - INSCRIÇÃO (87801967716)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A pontuação reflete o fundamentado acerca da fração ideal. Ademais, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. A linha 30 não corresponde às exigências da indivisibilidade. Outrossim, a simples menção de artigo, sem a devida fundamentação não acarreta a pontuação. Mantida a nota.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido ser absorvido pelas custas e demais emolumentos em relação à meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 25 e 26 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

71 - PROTOCOLO (8789401872) - INSCRIÇÃO (87801944955)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. As linhas mencionadas não denotam o afirmado em recurso. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. O candidato deixou de preencher o pressuposto da indivisibilidade, face à ausência de fundamentação. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação total, bem como a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado, conforme os critérios previamente estabelecidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, que também não houve fundamentação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. A mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

72 - PROTOCOLO (8789401877) - INSCRIÇÃO (87801960484)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "correição parcial". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Sabe-se que a prova subjetiva é para demonstrar conhecimento técnico através da fundamentação e argumentação técnica, não sendo crível que não haja aprofundamento das teses arguidas em peça, sob pena de malferir o objetivo da prova escrita.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Advirta-se que sequer acerca da falta de intimação houve fundamentação desenvolvida. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Como se verifica, o pedido

foi feito para suspensão da segunda praça. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

73 - PROTOCOLO (8789401893) - INSCRIÇÃO (87801038954)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Frente o presente recurso, constata-se a ausência de fundamentação adequada que justificasse o acolhimento do pedido de alteração de nota. O candidato não apresentou argumentos consistentes nem embasamento jurídico suficiente para demonstrar qualquer erro na avaliação realizada. Dessa forma, não há elementos que sustentem a modificação da pontuação, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota parcial.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida. Ademais, a nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, constata-se a ausência de fundamentação adequada que justificasse o acolhimento do pedido de alteração de nota. O candidato não apresentou argumentos consistentes nem embasamento jurídico suficiente para demonstrar qualquer erro na avaliação realizada. Outrossim, revelou-se que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os pedidos apresentados pelo candidato estão incompletos. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

74 - PROTOCOLO (8789401897) - INSCRIÇÃO (87801037946)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à

sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, é mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ademais, o candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, mantida a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Mesmo assim, ainda que cabível ao presente quesito, a fundamentação e argumentação técnica não são adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Portanto, mantida a pontuação atribuída anteriormente.

---

75 - PROTOCOLO (8789401904) - INSCRIÇÃO (87801963318)
ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão. Ainda que de forma bem sucinta, o candidato elencou todos os requisitos, prazo e forma de interposição.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. No entanto, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública. Assim, mantida a nota parcial.

---

76 - PROTOCOLO (8789401910) - INSCRIÇÃO (87801947022)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Conforme as primeiras linhas da página 3, o candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão

a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual mantém-se a pontuação original.

---

77 - PROTOCOLO (8789401948) - INSCRIÇÃO (87801945324)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

78 - PROTOCOLO (8789401954) - INSCRIÇÃO (87801028154)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão (linhas 10-16 da página 1). Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

79 - PROTOCOLO (8789401958) - INSCRIÇÃO (87801961387)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação. Não houve identificação pelo candidato ao que pedia o efeito suspensivo. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas não correspondem aos fatos. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não há nenhuma fundamentação, seja explicita ou implícita acerca da ausência de intimação da coproprietária. Portanto, é mantida a nota atribuída.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. O princípio da menor onerosidade não tem correlação com a presente quesitação. No mais, o candidato não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu

patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Não há pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 20-22 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

80 - PROTOCOLO (8789401966) - INSCRIÇÃO (87801961542)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indiciação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Não há fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, igualmente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto para constar no tópico específico dos pedidos é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota parcial.

---

81 - PROTOCOLO (8789401978) - INSCRIÇÃO (87801987500)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. No mais, as linhas mencionadas fazem correlação à quesitação diversa. É mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Nota atribuída de forma correta. Negado provimento ao recurso.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o

produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 22 e 24 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

82 - PROTOCOLO (8789401996) - INSCRIÇÃO (87801944777)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A nota foi atribuída justamente pela fundamentação da candidata em recurso. Assim, não há o que reavaliar.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pela candidata está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

---

83 - PROTOCOLO (8789402017) - INSCRIÇÃO (87801965281)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 6 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão: houve cumprimento integral dos requisitos paras pontuação. Recurso deferido.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Pontuação atribuída de acordo com a fundamentação da fração ideal. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

84 - PROTOCOLO (8789402031) - INSCRIÇÃO (87801018286)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da preservação e reservada cota parte da embargada. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou indivisibilidade, mas deixou de argumentar sobre a reserva da fração de Simone, sem apresentar justificativas de acolhimento do pedido. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

85 - PROTOCOLO (8789402069) - INSCRIÇÃO (87801952741)
ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. As razões lançadas na peça acerca do cabimento revelaram que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

86 - PROTOCOLO (8789402075) - INSCRIÇÃO (87801996467)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito, conforme denota na página 2. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida nota parcial.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, mantida a pontuação.

---

87 - PROTOCOLO (8789402085) - INSCRIÇÃO (87801948955)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior, à qual foi atribuída nota parcial. Assim, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido ser absorvido pelas custas e demais emolumentos em ralação à meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. De fato, houve o atendimento parcial no tocante ao dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, a dificuldade de reversão da arrematação, ao passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Assim, majoro para 1 ponto.

---

88 - PROTOCOLO (8789402093) - INSCRIÇÃO (87801965365)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, dentre eles, o recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

89 - PROTOCOLO (8789402118) - INSCRIÇÃO (87801967719)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. Linhas 9/13 correspondem aos fatos, como o próprio candidato fez referência. As demais são inerentes à análise de mérito em quesitação própria. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação requerida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

90 - PROTOCOLO (8789402130) - INSCRIÇÃO (87801964630)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. No mais, as razões apontadas correspondem à quesitação em que logrou 1 ponto, não cabendo aferição nesta quesitação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. O candidato afirma expressamente que fez pedido de suspensão de hasta pública. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à

sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

91 - PROTOCOLO (8789402146) - INSCRIÇÃO (87801945007)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. Houve o preenchimento parcial dos elementos do presente quesito. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 19 e 20 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

92 - PROTOCOLO (8789402155) - INSCRIÇÃO (87801974217)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é, de forma expressa, a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012, §§3º e 4º do CPC. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações ou omissões de forma equivocada. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, é mantida a pontuação.

---

93 - PROTOCOLO (8789402172) - INSCRIÇÃO (87801962107)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Acerca da menção no pedido, este é avaliado em quesito próprio, sendo ao certo que, no referido, o candidato logrou a pontuação parcial. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

94 - PROTOCOLO (8789402190) - INSCRIÇÃO (87801011116)
ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

---

95 - PROTOCOLO (8789402193) - INSCRIÇÃO (87801951104)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC).

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "recurso de Apelação", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 6 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar artigo inerente, não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. O tópico da litigância de má-fé não contempla o princípio analisado. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A menção ao efeito suspensivo sequer houve fundamentação. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

96 - PROTOCOLO (8789402230) - INSCRIÇÃO (87801945468)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota

originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte ao candidato. Apesar de não ter preenchido todos os requisitos, apresentou o suficiente para a pontuação parcial. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência deixou de fundamentar sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 4-7 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

97 - PROTOCOLO (8789402234) - INSCRIÇÃO (87801949170)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 13 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, de forma parcial. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Desta forma, acolhido de forma parcial.

---

98 - PROTOCOLO (8789402250) - INSCRIÇÃO (87801951514)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados ao bem de família, não abordando de forma autônoma ou complementar sobre a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Mantida a nota atribuída.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

99 - PROTOCOLO (8789402258) - INSCRIÇÃO (87801955499)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Quais seriam os momentos em que deveria ocorrer a intimação?! Não há fundamentação. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas

para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. A ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribui a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto.

---

100 - PROTOCOLO (8789402266) - INSCRIÇÃO (87801962947)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação. Como se verifica, o candidato foi silente ao que efetivamente deveria ser atribuído efeito suspensivo. Assim, é mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Se considerarmos os fatos inclusivos no cabimento, não poderia ser realizada a pontuação inerente àquele quesito, já que haveria mais omissão do que efetivamente cumprimento do requisito para pontuação. Ante a impossibilidade de se pontuar duas vezes acerca das mesmas razões em quesitos diversos, mantida a pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. No mais, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

---

101 - PROTOCOLO (8789402272) - INSCRIÇÃO (87801945232)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

102 - PROTOCOLO (8789402312) - INSCRIÇÃO (87801950378)
ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante

pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

103 - PROTOCOLO (8789402315) - INSCRIÇÃO (87801975737)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. Considerando a ausência completa dos elementos citados, é mantida a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada (Logrou 2 pontos). Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

104 - PROTOCOLO (8789402325) - INSCRIÇÃO (87801993397)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. Contudo, não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem que não estivesse correlacionada à intimação.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

105 - PROTOCOLO (8789402337) - INSCRIÇÃO (87801030064)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente

para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Essa abordagem insuficiente demonstra a ausência de aprofundamento e de conexão com o problema proposto. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

106 - PROTOCOLO (8789402338) - INSCRIÇÃO (87801945365)
ITEM 4 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

---

107 - PROTOCOLO (8789402346) - INSCRIÇÃO (87801945085)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Além do que, se nos termos do candidato assim fosse, ainda assim a nota deveria ser mantida, já que os fatos foram limitados exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão ao candidato. Porém, a nota deve ser atribuída de forma parcial, ante a ausência de fundamentação na indivisibilidade.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado ao quesito dos pedidos, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Mantida a nota atribuída.

---

108 - PROTOCOLO (8789402354) - INSCRIÇÃO (87801945910)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "mandado de segurança". O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Impenhorabilidade do bem de família não condiz com a quesitação em apreço. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos justificadores do quesito anterior. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribui a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Outrossim, a resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

109 - PROTOCOLO (8789402358) - INSCRIÇÃO (87801961129)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado (o candidato logrou 1 ponto), não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os pedidos finais são analisados de acordo com o previsto no CPC. Não havendo o pedido realizado ao final (conforme folha 4), não pode ser avaliado nesta quesitação. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota.

---

110 - PROTOCOLO (8789402364) - INSCRIÇÃO (87801948831)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. As linhas 24/30 correspondem à quesitação em que se observa a interposição de recurso, sendo lá avaliado. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Merece acolhimento parcial. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a nota deve ser parcial.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito

sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Porém, ainda que não atendido o requisito para pontuação, foi atribuída pontuação parcial, não podendo ser alterada a menor. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

111 - PROTOCOLO (8789402372) - INSCRIÇÃO (87801961721)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

112 - PROTOCOLO (8789402393) - INSCRIÇÃO (87801948199)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. Após a reanálise da resposta apresentada, verificou-se que o candidato não identificou a peça processual requerida, não indicou o endereçamento, sequer completou a qualificação, deixando espaços vazios na prova e apresentando argumentações de forma solta e desconexa (vide páginas 3 e 4), sem qualquer vinculação à suposta peça em que deveria ser elaborada. Não só a ausência de identificação da peça comprometeu a clareza, mas também a estruturação lógica da resposta, inviabilizando a consideração dos mecanismos básicos de constituição da língua, bem como dos procedimentos de coesão e argumentação necessários. Diante dessas falhas, mantém-se a negativa de atribuição de pontuação, considerando a impossibilidade de avaliação adequada do conteúdo apresentado.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Não há peça identificável, logo, não há o que se avaliar.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não há fatos lançados na resposta constante nas páginas inerentes à peça de processo civil.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

113 - PROTOCOLO (8789402406) - INSCRIÇÃO (87801964480)
ITEM 6 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão ao candidato: houve preenchimento de todos os fatos essenciais para um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. Alterada a nota, em que pese ter sido atribuído, ao final, o remédio constitucional.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Contudo, assiste razão quanto à indivisibilidade. Assim, majorada a pontuação.

---

114 - PROTOCOLO (8789402413) - INSCRIÇÃO (87801984959)
ITEM 3 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, porém, de forma parcial. Constatou-se, no entanto, que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. Alterada a nota para 1 ponto.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não assiste razão ao candidato. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. A nota parcial é a mais correta. Negado provimento ao recurso.

---

115 - PROTOCOLO (8789402420) - INSCRIÇÃO (87801951243)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido ser absorvido pelas custas e demais emolumentos em relação à meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. Pontuação atribuída de acordo com o que foi apresentado pelo candidato. Como se verifica, o candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo para suspender a hasta pública, mas ainda assim foi considerada pela avaliadora parcial pontuação, quando o correto seria pedido de forma recursal e definitiva para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil. Diante disso, é mantida a nota atribuída.

---

116 - PROTOCOLO (8789402443) - INSCRIÇÃO (87801949917)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Frente o presente recurso, constata-se a ausência de fundamentação adequada que justificasse o acolhimento do pedido de alteração de nota. O candidato não apresentou argumentos consistentes nem embasamento jurídico suficiente para demonstrar qualquer erro na avaliação realizada. Dessa forma, não há elementos que sustentem a modificação da pontuação, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Novamente, não há fundamentação do recurso apresentado. No mais, as razões lançadas na peça acerca do cabimento revelaram que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não há fundamentação do recurso apresentado. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. As linhas 9-15 sequer mencionam julgamento dos embargos de terceiros que corresponda à interposição do recurso de apelação citada. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada (linha 12 da página 2), demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. As linhas mencionadas não possuem correlação com a avaliação do presente quesito. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação diversa desta, em que logrou a pontuação total. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Em nenhum dos pedidos acostados na peça pelo candidato está formulado o pedido de concessão de

efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

117 - PROTOCOLO (8789402446) - INSCRIÇÃO (87801961756)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação (linha 1, página 4). Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido ser absorvido pelas custas e demais emolumentos em relação à meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota parcial conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

118 - PROTOCOLO (8789402482) - INSCRIÇÃO (87801989442)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito, como se observa nas linhas 21-26 da página 1. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. A "cientificação" foi considerada como intimação, ante o contexto, contudo, silente em relação às demais violações inerentes à falta de intimação. Nota mantida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que em processos executivos é possível penhorar valores inferiores ao débito. É mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Nas linhas 5-9 da página 3, o candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

119 - PROTOCOLO (8789402497) - INSCRIÇÃO (87801962685)
ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos (linhas 1-4 da página 2). Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão parcial ao candidato. Porém, os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. As linhas 6-12 da página 2 correspondem, justamente, à pontuação atribuída. Ademais, a análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem. Mais uma vez: a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que ausentes de fundamentações de acolhimento. Momento algum houve fundamentação como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto.

---

120 - PROTOCOLO (8789402501) - INSCRIÇÃO (87801962137)
ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. A pontuação parcial é a mais correta.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo

1.012 §§3º e 4º do CPC. Portanto, como apontado pelo candidato em suas razões, a pontuação foi aplicada de acordo com o recurso ofertado. Assim, é mantida a nota.

---

121 - PROTOCOLO (8789402503) - INSCRIÇÃO (87801970336)
ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, de forma parcial. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. Alterada a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

122 - PROTOCOLO (8789402511) - INSCRIÇÃO (87801944587)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme as linhas 20-27 da página 1, o candidato formulou tópico incompleto. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação anterior, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação nesta quesitação, mantida a nota originalmente conferida.

---

123 - PROTOCOLO (8789402531) - INSCRIÇÃO (87801978220)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012, §§3º e 4º do CPC. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações

equivocadas. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença. Mantida a nota.

---

124 - PROTOCOLO (8789402544) - INSCRIÇÃO (87801945411)
ITEM 4 - NOTA 0,50 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as mesmas razões e linhas como fundamentos do cabimento da peça, assim como ao presente quesito. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública, não podendo ser considerada a resposta sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 4 - NOTA 0,50 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas neste quesito pelo recorrente são as mesmas que fundamentam o pedido de reforma. No quesito de cabimento. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

125 - PROTOCOLO (8789402561) - INSCRIÇÃO (87801961168)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

---

126 - PROTOCOLO (8789402578) - INSCRIÇÃO (87801961578)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente, muito embora tenha interposto novo recurso de apelação, quando este já havia sido efetivado. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota parcial conferida.

---

127 - PROTOCOLO (8789402606) - INSCRIÇÃO (87801016924)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. A peça apresentada não possui a coesão e a argumentação suficientes para atingir a pontuação máxima de 5. Conforme se verifica da própria peça, os argumentos foram lançados de forma desconexa e sem a devida organização lógica, com frases esparsas que não demonstram o raciocínio jurídico necessário para uma avaliação completa. Diante da ausência de fundamentação clara e coesa, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, na finalização ou fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 18 e 19 da página 3. Tais omissões comprometem a completude e a adequação técnica da peça, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

---

128 - PROTOCOLO (8789402608) - INSCRIÇÃO (87801012796)
ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta revelou que o candidato não abordou adequadamente o tema necessário para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Ainda se verifica que as razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. Assim, mantém-se a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Ressalta- se que o candidato ao requerer pedido de efeito suspensivo dispõe sobre suspensão de hasta pública e reconhecimento de impenhorabilidade de forma liminar, jamais mencionando acerca do efeito suspensivo necessário ao recurso de apelação. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

129 - PROTOCOLO (8789402612) - INSCRIÇÃO (87801961415)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei ou menção de palavras isoladas, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

130 - PROTOCOLO (8789402680) - INSCRIÇÃO (87801033832)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente (linhas 2-7 da página 2). Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente o tema necessário para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Ademais, o pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. Ao contrário do que o candidato afirma, a pontuação parcial se deu por motivo diverso. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 11-14 da página 4. Tais omissões comprometem a completude e a adequação técnica da peça, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

---

131 - PROTOCOLO (8789402689) - INSCRIÇÃO (87801944527)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribui a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a

abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

---

132 - PROTOCOLO (8789402700) - INSCRIÇÃO (87801033300)
ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

---

133 - PROTOCOLO (8789402730) - INSCRIÇÃO (87801967824)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública. Mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, além de não mencionar o local (ainda que tivesse, ao menos, colocado a palavra "local"), conforme se verifica na linha 18/20 da página 4. Tais omissões comprometem a completude e a adequação técnica da peça, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

---

134 - PROTOCOLO (8789402747) - INSCRIÇÃO (87801018889)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Assim, é mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes à execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema (linha 17). Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Logo, configuram-se como falhas essenciais na abordagem do problema

proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

135 - PROTOCOLO (8789402767) - INSCRIÇÃO (87801949916)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

136 - PROTOCOLO (8789402782) - INSCRIÇÃO (87801020459)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Aduz o candidato o preenchimento dos requisitos para pontuação, asseverando que a alegação estava contida em pedido liminar, como reproduzido em recurso. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

137 - PROTOCOLO (8789402794) - INSCRIÇÃO (87801945411)
ITEM 4 - NOTA 0,50 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. O princípio da menor onerosidade não tem correlação com a presente quesitação. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital, o que acarretaria a nulidade deste. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

138 - PROTOCOLO (8789402795) - INSCRIÇÃO (87801998661)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

139 - PROTOCOLO (8789402797) - INSCRIÇÃO (87801010152)
ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Observa-se ainda que a resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

140 - PROTOCOLO (8789402807) - INSCRIÇÃO (87801959748)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. As menções acerca da indivisibilidade em linhas 2 e 3 da página 3 foram feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A pontuação reflete justamente ao pleito do recorrente. O candidato não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio. Mantida a nota parcial atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Muito embora afirme o candidato que, por se tratar de prova subjetiva, outras razões poderiam ser atribuídas ao pedido de tutela de urgência. Contudo este pedido, ao menos, deve ser fundamento. Como se observa em linhas 21/26, o candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

141 - PROTOCOLO (8789402811) - INSCRIÇÃO (87801961632)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação requerida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão ao candidato. Houve o preenchimento dos requisitos para a pontuação integral.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão (logrou 1 ponto). Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à intimação. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado (logrou 1 ponto), não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 9-11 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

142 - PROTOCOLO (8789402829) - INSCRIÇÃO (87801946583)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito

devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

143 - PROTOCOLO (8789402837) - INSCRIÇÃO (87801950260)
ITEM 2 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "mandado de segurança". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e 4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Os pedidos não podem ser analisados na presente quesitação, ante a existência de quesitação específica para tanto. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Como se verifica, o candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo à sentença. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

144 - PROTOCOLO (8789402848) - INSCRIÇÃO (87801961511)
ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

145 - PROTOCOLO (8789402854) - INSCRIÇÃO (87801978441)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito

devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

146 - PROTOCOLO (8789402855) - INSCRIÇÃO (87801945732)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 18-19 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

147 - PROTOCOLO (8789402856) - INSCRIÇÃO (87801962159)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. As linhas mencionadas se relacionam ao cabimento e falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

148 - PROTOCOLO (8789402857) - INSCRIÇÃO (87801010033)
ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Após análise detalhada do pedido apresentado, verificou-se que o candidato efetivamente preencheu parcialmente os requisitos necessários para a atribuição da nota parcial. Diante disso, acolhe-se o pedido do candidato, procedendo-se à atribuição da pontuação correspondente ao quesito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos

---

149 - PROTOCOLO (8789402867) - INSCRIÇÃO (87801952793)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam

correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Acerca da preservação da fração ideal, a resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

150 - PROTOCOLO (8789402869) - INSCRIÇÃO (87801955203)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. Conforme se verifica da própria peça, os argumentos foram lançados de forma desconexa e sem a devida organização lógica, com frases soltas que não demonstram o raciocínio jurídico necessário para uma avaliação completa. Diante da ausência de fundamentação clara e coesa, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

151 - PROTOCOLO (8789402902) - INSCRIÇÃO (87801962363)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Ademais, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§

3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

152 - PROTOCOLO (8789402908) - INSCRIÇÃO (87801995860)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas ou omissões, propositais ou não. Não é possível avaliar se o pedido de efeito suspensivo é à sentença, ao processo ou ao recurso de apelação, como fez nas linhas 5 e 6 da página 2. Também não se pode atribuir nota 0 ao quesito, sob pena de prejudicar o candidato. Assim, a nota parcial é a mais correta.

ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível. Nota alterada.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota parcial.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido constante na página 4 foi expresso para a suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

153 - PROTOCOLO (8789402909) - INSCRIÇÃO (87801002279)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, verificou-se que os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em

sua resposta. Considerando que a fundamentação apresentada acerca da intimação foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta revelou que o candidato não abordou adequadamente o tema necessário para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

154 - PROTOCOLO (8789402910) - INSCRIÇÃO (87801962275)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. Não houve, contudo, o preenchimento do requisito da indivisibilidade do bem, sem que estivesse vinculada à intimação.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

155 - PROTOCOLO (8789402914) - INSCRIÇÃO (87801956113)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente o tema necessário para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema. Impenhorabilidade do bem de família não condiz com a quesitação em apreço. O candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. Diante disso, mantida a nota originalmente atribuída.

---

156 - PROTOCOLO (8789402918) - INSCRIÇÃO (87801945757)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está

relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

---

157 - PROTOCOLO (8789402919) - INSCRIÇÃO (87801963346)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. Trata-se de pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1012 §3º e 4º do CPC. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida. Como a própria candidata afirmou: a peça confeccionada foi agravo de instrumento, não sendo correto afirmar que, pelo fato de mencionar o pedido liminar com base no artigo correto (art. 1012 do CPC), ensejaria a pontuação, já que o pedido de efeito suspensivo tem caráter autônomo. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pela candidata não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento da peça autônoma está expresso, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Vide que a peça confeccionada pela recorrente foi agravo de instrumento, fundamento seu cabimento em linha 26 da folha 1 até a linha 8 da folha 2. Diante dessa inadequação, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação. Essa abordagem insuficiente demonstra a ausência de aprofundamento e de conexão com o problema proposto, o que inviabiliza a atribuição da pontuação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Vale lembrar que pedidos devem guardar coesão com o apresentado. A candidata sequer soube distinguir que o pedido, por ser autônomo, não guarda correlação com agravo de instrumento. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Verifica-se que a candidata em mencionada linha pede a tutela recursal para conceder efeito suspensivo à apelação, nos termos do agravo de instrumento. Contudo, a formulação não guarda coesão com o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

158 - PROTOCOLO (8789402926) - INSCRIÇÃO (87801989277)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. : Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Nota mantida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas 1 e 2 da página 3 ratificam que não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Mantida a nota.

---

159 - PROTOCOLO (8789402949) - INSCRIÇÃO (87801948729)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato fazem correlação ao cabimento, quesito avaliado de forma autônoma. Reanalisando toda a prova, não há, realmente, tópico destinado aos fatos. Mantida a nota atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior em que teve atribuição de nota ao candidato. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não

demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída.

---

160 - PROTOCOLO (8789402953) - INSCRIÇÃO (87801010062)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso apresentado, verificou-se que as razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. No mais, verificada a prova realizada pelo candidato, de fato, não houve o preenchimento dos requisitos necessários à pontuação. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

---

161 - PROTOCOLO (8789402957) - INSCRIÇÃO (87801019923)
ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Além do que, as razões lançadas nas linhas 24-25 nada correspondem à indivisibilidade, sendo tão somente acerca da não contemporaneidade da avaliação do laudo do imóvel. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior, à qual foi atribuída nota parcial. Assim, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

162 - PROTOCOLO (8789402967) - INSCRIÇÃO (87801949254)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Analisando toda a peça, verifica-se que os fatos se misturam com o mérito. Vide a página 1 por completo. No mais, os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

163 - PROTOCOLO (8789402997) - INSCRIÇÃO (87801996513)
ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão parcial. Contudo, acerca da indivisibilidade do bem, não merece prosperar. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento integral do recurso. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações ou mera reprodução de artigo de lei. Nota parcial conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica, as razões apontadas pelo candidato são inerentes às analisadas de quesitos diversos, ainda que se utilize da interpretação extensiva. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50% , a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 60% - nem igual aos 60% e muito menos inferior - do valor da avaliação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

164 - PROTOCOLO (8789402998) - INSCRIÇÃO (87801963083)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Impenhorabilidade do bem de família não condiz com a quesitação em apreço. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

165 - PROTOCOLO (8789403006) - INSCRIÇÃO (87801948338)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. A peça apresentada não possui a coesão e a argumentação suficientes para atingir a pontuação máxima de 5. Conforme se verifica da própria peça, os argumentos foram lançados de forma desconexa e sem a devida organização lógica, com frases soltas e esparsas que não demonstram o raciocínio jurídico necessário para uma avaliação completa. Não se trata de forma suscinta, mas sem apresentação de argumentação e coesão. Diante da ausência de fundamentação clara e coesa, mantém-se a nota originalmente atribuída.

ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Verifica-se que o candidato endereçou a peça ao juízo de piso, portanto, incorreto o endereçamento, conforme dispõe o artigo 1012 §3 º e 4º do CPC.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. Trata-se de pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo

1012 §3º e 4º do CPC. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. No mais, o candidato não abordou adequadamente das violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que mera reprodução de artigo de lei não acarreta a pontuação. Essa abordagem insuficiente demonstra a ausência de aprofundamento e de conexão com o problema proposto, o que inviabiliza a atribuição da pontuação. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, as razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na prova avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. É mera reprodução das mesmas afirmativas de quase todos os quesitos. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Assim, mantém-se a nota atribuída.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Verifica-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Ademais, o candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, além de não se identificar como defensor público, conforme se verifica na linha 30 da página 4. Tais omissões comprometem a completude e a adequação técnica da peça, razão pela qual mantida a nota originalmente atribuída.

---

166 - PROTOCOLO (8789403013) - INSCRIÇÃO (87801945036)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída corresponde às razões de recurso formuladas pelo candidato. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida

explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, bem como a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

167 - PROTOCOLO (8789403017) - INSCRIÇÃO (87801990775)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas não refletem fundamentação acerca da falta de intimação. Mantida a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

168 - PROTOCOLO (8789403019) - INSCRIÇÃO (87801023804)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, como o próprio reconhece, não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

169 - PROTOCOLO (8789403033) - INSCRIÇÃO (87801947817)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato traz trechos do pedido para fundamentar o recurso. De fato, houve pedido de efeito suspensivo ao recurso, mas recurso de Agravo de Instrumento, sendo esta a peça atribuída como a correta (linha 6, página 1). Assim, em análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

170 - PROTOCOLO (8789403037) - INSCRIÇÃO (87801959994)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Igualmente, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota.

---

171 - PROTOCOLO (8789403065) - INSCRIÇÃO (87801989532)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "mandado de segurança", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. As linhas mencionadas não refletem o exigido para a pontuação. Mantida a nota.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos.

Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Não houve a fundamentação tanto da indivisibilidade, como da preservação da fração ideal. Mantida a nota.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, as linhas mencionadas não correspondem ao analisado. No mais, a resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. As linhas 27-30 da página 2 e 1-2 da página 3 refletem a impropriedade do requerimento: suspensão do processo. Mantida a nota.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, é mantida a pontuação.

---

172 - PROTOCOLO (8789403080) - INSCRIÇÃO (87801976629)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. Em linhas 23-27 da página 1, verifica-se a ausência dos elementos inerentes ao cabimento. Extração de frases de forma descoordenada não garante o cumprimento dos requisitos para pontuação. Mantida a nota.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato não se relacionam à análise do presente quesito. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

173 - PROTOCOLO (8789403081) - INSCRIÇÃO (87801946303)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. As linhas citadas em nada fundamentam para fins de reavaliação. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. O pedido possui quesitação própria, não se aplicando ao presente. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

174 - PROTOCOLO (8789403118) - INSCRIÇÃO (87801989655)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, em parte. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual alterada a pontuação para 1 ponto.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 17-19 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

175 - PROTOCOLO (8789403127) - INSCRIÇÃO (87801950402)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada.

Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

176 - PROTOCOLO (8789403146) - INSCRIÇÃO (87801014658)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. Pontuação atribuída de acordo com o que foi apresentado pelo candidato. Como se verifica, o candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo à sentença, mas ainda assim foi considerada pela avaliadora parcial pontuação, quando o correto seria pedido de forma recursal e definitiva para a atribuição de efeito suspensivo.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Novamente, a pontuação foi atribuída de acordo com o que foi apresentado pelo candidato. O candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo à sentença, mas ainda assim foi considerada pela avaliadora parcial pontuação, quando o correto seria pedido de forma recursal e definitiva para a atribuição de efeito suspensivo.

---

177 - PROTOCOLO (8789403151) - INSCRIÇÃO (87801025525)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Em linha 1 da página 1 está expressamente disposto: "Ao Juízo da Vara Cível da Comarca de Curitiba". A menção ao Egrégio Tribunal foi formulada na apresentação das razões de recurso de apelação (linhas 12-13). Assim, mantida a nota atribuída.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "recurso de Apelação", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 6 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. Mantida a nota atribuída.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação (classificada como citação pelo candidato na linha 7), não abordando de forma autônoma ou

complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os pedidos apresentados pelo candidato estão incompletos. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

178 - PROTOCOLO (8789403161) - INSCRIÇÃO (87801961908)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão (logrou 1 ponto). Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

179 - PROTOCOLO (8789403165) - INSCRIÇÃO (87801009041)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Essas omissões configuram falhas na estrutura e no conteúdo da resposta, impedindo o reconhecimento de fundamentação suficiente para alteração da nota. Assim, mantém-se a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos

requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantém-se a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Novamente, traz o candidato razões de forma para justificar a necessidade de alteração de nota. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Pontuação atribuída de acordo com o que foi apresentado pelo candidato. Como se verifica, o candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo à sentença, mas ainda assim foi considerada pela avaliadora Parcial pontuação, quando o correto seria pedido de forma recursal e definitiva para a atribuição de efeito suspensivo.

---

180 - PROTOCOLO (8789403186) - INSCRIÇÃO (87801969361)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, de forma parcial. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem. Acerca da fração ideal, acolho o pedido.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada (1 ponto em acolhimento de recurso do candidato). Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação, mantida a nota originalmente conferida.

---

181 - PROTOCOLO (8789403212) - INSCRIÇÃO (87801945332)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

---

182 - PROTOCOLO (8789403214) - INSCRIÇÃO (87801948818)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação à qual foi atribuída nota parcial. Assim, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Pontuação atribuída de acordo com o que foi apresentado pelo candidato. Como se verifica, o candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo à sentença, quando o correto seria pedido de forma recursal e definitiva para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação. Contudo, considerando que a impropriedade técnica não afeta em toda a quesitação analisada, correta será a pontuação parcial.

---

183 - PROTOCOLO (8789403232) - INSCRIÇÃO (87801958947)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça (duas páginas), não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 14 da página 2. Da mesma forma, ocorreu com o local e data (limitou ao tracejado). Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

184 - PROTOCOLO (8789403234) - INSCRIÇÃO (87801962454)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1.012, §§3º e 4º do CPC. A qualificação por si só não alcança pontuação necessária no presente quesito, quando não alinhado com os demais requisitos, em especial a nomenclatura correta da peça. Logo, mantida a nota atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. No mais, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. O princípio da menor onerosidade não tem correlação com a presente quesitação. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

185 - PROTOCOLO (8789403239) - INSCRIÇÃO (87801973944)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta

pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, mantida a pontuação.

---

186 - PROTOCOLO (8789403253) - INSCRIÇÃO (87801030731)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil (linhas 22-30 da página 3). Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

187 - PROTOCOLO (8789403263) - INSCRIÇÃO (87801945602)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Vale observar que, apesar de não se tratar de litisconsórcio, ainda sim houve atribuição de nota parcial. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

188 - PROTOCOLO (8789403265) - INSCRIÇÃO (87801010972)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

189 - PROTOCOLO (8789403267) - INSCRIÇÃO (87801950558)
ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão parcial. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Majorada a nota para 1 ponto.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Acerca da fração ideal, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a fração da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

190 - PROTOCOLO (8789403271) - INSCRIÇÃO (87801967565)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

191 - PROTOCOLO (8789403292) - INSCRIÇÃO (87801019592)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento

completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

---

192 - PROTOCOLO (8789403298) - INSCRIÇÃO (87801016454)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

193 - PROTOCOLO (8789403306) - INSCRIÇÃO (87801970487)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próxima e remota) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. Mantida a nota.

---

194 - PROTOCOLO (8789403313) - INSCRIÇÃO (87801946025)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

195 - PROTOCOLO (8789403325) - INSCRIÇÃO (87801994340)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não houve a fundamentação acerca da indivisibilidade do bem. Mantida a nota.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Como se observa das linhas mencionadas pelo candidato, em decorrência de ter interposto agravo de instrumento, fez pedido de tutela de urgência para que fosse atribuído ao agravo (linhas 9 e 10). Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

196 - PROTOCOLO (8789403328) - INSCRIÇÃO (87801966276)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. Nota-se confusão dos fatos elencados em linhas 7-11: ora aduzindo procedência em sentença em ação de execução, ora aduzindo o trânsito em julgado da decisão que não acolheu a defesa em embargos à execução promovidos por Marcelo, quando a assistida é Simone. Soma-se que a sentença referente aos embargos de terceiros de Simone não ocorreu o trânsito em julgado, pendente esta de recurso de apelação. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, é mantida a pontuação.

---

197 - PROTOCOLO (8789403388) - INSCRIÇÃO (87801958796)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não "ao tópico da decisão de primeiro grau", como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 6 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão ao candidato. Houve, de fato, preenchimento de todos os requisitos para pontuação integral.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 29-30 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

198 - PROTOCOLO (8789403397) - INSCRIÇÃO (87801990482)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, deve ser de forma parcial. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil. Porém, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Nota alterada para 1 ponto.

---

199 - PROTOCOLO (8789403418) - INSCRIÇÃO (87801945343)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Outrossim, acerca da preservação da fração de Simone, o candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que mera reprodução de artigo de lei não acarreta a pontuação. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

200 - PROTOCOLO (8789403431) - INSCRIÇÃO (87801950028)
ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas

para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 18 e 19 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

201 - PROTOCOLO (8789403434) - INSCRIÇÃO (87801962565)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "reclamação" (linha 6 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §3º e 4º do CPC, equivocado o candidato em suas razões.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Ora, se houve recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente, é inerente ao candidato ter conhecimento do previsto no artigo 1012 §1o do CPC. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistentes e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte ao candidato. De fato, houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, conforme linhas 6 e 7 da página. Contudo, a análise das demais justificativas revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Desta forma, acolho pedido de alteração parcial.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

202 - PROTOCOLO (8789403454) - INSCRIÇÃO (87801996477)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada (1 ponto). Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação,

mantida a nota originalmente conferida. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. No mais, fez pedido de reserva de fração ideal, não atendendo aos requisitos para pontuação. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

203 - PROTOCOLO (8789403469) - INSCRIÇÃO (87801961724)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação. Assim, é mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ausente, da mesma forma, acerca da indivisibilidade do bem. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota.

---

204 - PROTOCOLO (8789403474) - INSCRIÇÃO (87801012363)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, verificou-se que os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 11 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Após análise do pedido, conclui-se que merece acolhimento parcial a solicitação de alteração da nota, uma vez que foram abordados alguns pontos relevantes para o quesito. Contudo, a resposta apresentada não foi devidamente fundamentada de forma integral, especialmente no que se refere à contemporaneidade da avaliação, apresentando fundamentação vaga e imprecisa. Assim, atribui-se pontuação parcial com base nos elementos apresentados.

---

205 - PROTOCOLO (8789403491) - INSCRIÇÃO (87801988507)
ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

206 - PROTOCOLO (8789403505) - INSCRIÇÃO (87801026839)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição (ausentes estes, conforme linhas 28-30 da página 1). Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, é mantida a pontuação parcial originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

---

207 - PROTOCOLO (8789403507) - INSCRIÇÃO (87801998975)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Considerando as razões contidas nas linhas 13-22 da página 3, não havendo a completude exigida, a nota parcial é a mais correta. Mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o

candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 28-30 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

208 - PROTOCOLO (8789403516) - INSCRIÇÃO (87801963462)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "razões de Apelação", quando já havia o recurso de apelação interposto, ignorando, inclusive, os princípios da dialeticidade, preclusão consumativa e complementaridade, ao passo que a interposição da apelação vem sempre acompanhada das razões, nos termos do artigo 1010 do CPC. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Muito embora esteja absolutamente confusa a interposição de razões com o pedido, assiste razão em parte. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível. Nota majorada.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. Apesar de violar princípios básicos de admissibilidade recursal, trouxe os fatos, ainda que incompletos e sem adentrar no mérito, fazendo jus à pontuação parcial.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Ressalte-se que a ausência de complementação de pedido não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Mantida a nota original.

---

209 - PROTOCOLO (8789403545) - INSCRIÇÃO (87801946184)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Ademais, as razões apresentadas pelo candidato pertencem à quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio

da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. Pontuação atribuída de acordo com o que foi apresentado pelo candidato. Como se verifica, o candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo à sentença, mas ainda assim foi considerada pela avaliadora parcial pontuação, quando o correto seria pedido de forma recursal e definitiva para a atribuição de efeito suspensivo.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Outrossim, não se trata de recurso para conhecimento e provimento de pedido, bem como, inclusive, este sequer possui similaridade com o pedido correto. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

210 - PROTOCOLO (8789403584) - INSCRIÇÃO (87801963115)
ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Ademais, a análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão (logrou 1 ponto). Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

211 - PROTOCOLO (8789403603) - INSCRIÇÃO (87801010252)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente acerca do pedido ter sido recebido sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantém-se a nota originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que, no ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

212 - PROTOCOLO (8789403615) - INSCRIÇÃO (87801945371)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

213 - PROTOCOLO (8789403617) - INSCRIÇÃO (87801963021)
ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada (logrou 1 ponto). Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas 4-9 da página 4 destacam, como se verifica, que o candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo à sentença, quando o correto seria pedido de forma recursal e definitiva para a atribuição de efeito suspensivo. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Mantida a nota atribuída.

---

214 - PROTOCOLO (8789403634) - INSCRIÇÃO (87801964462)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. A menor onerosidade não preenche o requisito da quesitação analisada. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

215 - PROTOCOLO (8789403644) - INSCRIÇÃO (87801979578)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Em momento algum, asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Razões apresentadas não correlacionam à quesitação analisada. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

216 - PROTOCOLO (8789403646) - INSCRIÇÃO (87801962109)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

---

217 - PROTOCOLO (8789403652) - INSCRIÇÃO (87801966624)
ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, em parte. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual altera para 1 ponto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada, bem como o pedido de suspensão de sentença. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC, mas ainda assim foi considerada pela avaliadora parcial pontuação.

---

218 - PROTOCOLO (8789403661) - INSCRIÇÃO (87801945205)
ITEM 4 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

219 - PROTOCOLO (8789403669) - INSCRIÇÃO (87801964529)
ITEM 1 - NOTA 2,50 ALTERADA PARA 5,00. Em que pese esta avaliadora não concordar com a argumentação remissiva apenas aos artigos legais e transcrição dos mesmos, sem a devida organização lógica, é possível avaliação à peça.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

220 - PROTOCOLO (8789403675) - INSCRIÇÃO (87801990354)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, porém, em parte. A negativa de provimento total do recurso deriva da falta de abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Nota alterada para 1 ponto.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50%, a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 70% do valor da avaliação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, mantida a pontuação.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

221 - PROTOCOLO (8789403681) - INSCRIÇÃO (87801966009)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não

apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões produzidas pelo candidato em recurso estão inerentes à quesitação diversa. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

222 - PROTOCOLO (8789403690) - INSCRIÇÃO (87801968667)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. As linhas mencionadas não cumprem com os argumentos para acolhimento deste recurso. Mantida a nota.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Considerando que não há a possibilidade de alteração de nota para menor, mantida a nota originalmente conferida.

---

223 - PROTOCOLO (8789403695) - INSCRIÇÃO (87801963960)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão (logrou pontuação 1). No mais, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 8-10 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

224 - PROTOCOLO (8789403696) - INSCRIÇÃO (87801995854)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as razões de recurso, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. No mais, não abordou de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido ser absorvido pelas custas e demais emolumentos em relação à meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada. Como se verifica, o candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo à hasta pública (página 3), quando deveria ser ao recurso. Diante disso, é mantida a nota.

---

225 - PROTOCOLO (8789403699) - INSCRIÇÃO (87801991075)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Mantida a nota parcial.

---

226 - PROTOCOLO (8789403719) - INSCRIÇÃO (87801948190)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Assim, mantida a nota.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão ao recorrente. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. A insuficiência de garantia da fração ideal de Simone, além de não ter sido desenvolvida (apenas menção), não condiz com a avaliação do presente quesito. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

227 - PROTOCOLO (8789403738) - INSCRIÇÃO (87801997285)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A nota atribuída é justamente em decorrência das razões do recurso: linhas. 1-4 da página 3. Mantida a nota parcial.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

228 - PROTOCOLO (8789403739) - INSCRIÇÃO (87801989553)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se observa das folhas 2 e 3, não houve fundamentação sobre a indivisibilidade e a necessidade

de observância da fração ideal que não estivesse aliada à fala de intimação. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. Mantida a nota.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. O contido em linhas 20-23 faz parte da quesitação dos pedidos formulados pelo candidato, não podendo ser avaliado no presente. Mantida a nota.

---

229 - PROTOCOLO (8789403759) - INSCRIÇÃO (87801944601)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC). A falta de compreensão do candidato acerca da correta peça a ser elaborada não constitui razão para alteração da nota, vez que o enunciado é claro ao afirmar que a embargante interpôs o recurso de apelação. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade/anulatória", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 10 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1.012, §§3º e 4º do CPC. Logo, mantida a nota atribuída.

---

230 - PROTOCOLO (8789403777) - INSCRIÇÃO (87801950223)
ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. As razões lançadas na peça acerca do cabimento revelaram que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Assim, majorada a pontuação para 1 ponto.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. As linhas mencionadas não demonstram fundamentação acerca da falta de intimação, sendo apresentada de forma genérica. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Assim, considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

---

231 - PROTOCOLO (8789403781) - INSCRIÇÃO (87801970457)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "mandado de segurança", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e 4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar ou a simples qualificação de Simone não invalidam o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou

colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 10 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, porém, de forma parcial. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, alterando a nota para 1 ponto.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, é mantida a pontuação.

---

232 - PROTOCOLO (8789403783) - INSCRIÇÃO (87801970305)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota parcial.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, mantida a pontuação.

---

233 - PROTOCOLO (8789403798) - INSCRIÇÃO (87801019736)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Como se verifica nas linhas 7 à 9, o candidato, muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, é mantida a pontuação parcial.

ITEM 6 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão ao candidato. Constatou-se que o candidato preencheu todos os requisitos exigidos pela questão.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas

para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. As razões apresentadas não estão ligadas ao quesito analisado. Ressalte-se que a mera menção (como formulado em recurso acerca da palavra "útil") ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Embora não haja realmente o tópico, o candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

234 - PROTOCOLO (8789403801) - INSCRIÇÃO (87801949568)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos sem a devida descrição do problema proposto. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada (linha 9 da página 3). A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. O candidato expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

235 - PROTOCOLO (8789403806) - INSCRIÇÃO (87801966384)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Advirta-se de que a mera citação de artigos sem contextualização não acarreta pontuação. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Impenhorabilidade do bem de família não condiz com a quesitação em apreço. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito

sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 30 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

236 - PROTOCOLO (8789403808) - INSCRIÇÃO (87801945457)
ITEM 4 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão ao candidato.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

237 - PROTOCOLO (8789403814) - INSCRIÇÃO (87801969536)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de cancelamento de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada. No mais, considerando a impossibilidade de redução da nota, em caso de reavaliação por recurso, a nota parcial deve ser mantida.

---

238 - PROTOCOLO (8789403816) - INSCRIÇÃO (87801945477)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. As linhas apontadas em nada se assemelham ao espelho. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

239 - PROTOCOLO (8789403818) - INSCRIÇÃO (87801964750)
ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Ademais, a resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Pontuação atribuída de acordo com o que foi apresentado pelo candidato. Como se verifica, o candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo à sentença. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

240 - PROTOCOLO (8789403826) - INSCRIÇÃO (87801962840)
ITEM 4 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. O candidato expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não sendo este o correto. Mantida a pontuação atribuída.

---

241 - PROTOCOLO (8789403843) - INSCRIÇÃO (87801962021)
ITEM 4 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão ao candidato: houve detalhamento das prerrogativas em linhas mencionadas. Alterada para pontuação integral.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito

devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

242 - PROTOCOLO (8789403845) - INSCRIÇÃO (87801970535)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "agravo de instrumento". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e 4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Logo, mantida a nota.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

243 - PROTOCOLO (8789403876) - INSCRIÇÃO (87801961342)
ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A pontuação corresponde ao que foi afirmado nas linhas mencionadas. Contudo, não há fundamentação relativa à indivisibilidade do bem. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação para a integralidade conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado (logrou 1 ponto), não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. No mais, sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Também não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. As linhas 28 e seguintes não alteram em nada a pontuação, ante a ausência de preenchimento dos requisitos para pontuação. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Assim, é mantida a pontuação originalmente atribuída.

---

244 - PROTOCOLO (8789403885) - INSCRIÇÃO (87801952733)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "reclamação". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e 4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior (obtida parcial pontuação). Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, conforme já mencionado em quesitação diversa. Mantida, desta forma, inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Não há bis in idem: a pontuação da interposição da peça correta não acarreta a pontuação automática no presente quesito quando não preenchidos os requisitos necessários e inerentes ao pedido de tutela de urgência. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Frente o presente recurso, constata-se a ausência de fundamentação adequada que justificasse o acolhimento do pedido de alteração de nota. O candidato não apresentou argumentos consistentes nem embasamento jurídico suficiente para demonstrar qualquer erro na avaliação realizada. Cada quesito possui requisitos e pressupostos para a pontuação. Tópico inerente ao pedido de tutela de urgência não é pedido, sendo ao certo, como deve saber o candidato, que os pedidos não fazem parte da fundamentação. A causa de pedir não é pedido. No mais, a análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

245 - PROTOCOLO (8789403894) - INSCRIÇÃO (87801985737)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Não se trata de subjetividade da palavra "cientificação", tanto é que foi atribuída a nota parcial, mas por falta de exaurimento de todos os eventos inerentes à falta de intimação ou cientificação, conforme asseverou o candidato. Mantida a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, em parte. Acerca da indivisibilidade, ainda que não mencionada "ipsi littis", não houve sequer a fundamentação correlata. Alterada para 1 ponto a nota.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada (acolhido o recurso de forma parcial). A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50%, a fixação do preço mínimo de arrematação

em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em seja em montante superior a 70% do valor da avaliação. Mantida a nota.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. A candidata fez expresso pedido de suspensão de sentença. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida nota originalmente conferida.

---

246 - PROTOCOLO (8789403899) - INSCRIÇÃO (87801961430)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A peça apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone (início da página 3). A pontuação parcial deriva do preenchimento do quesito da preservação da fração ideal. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

---

247 - PROTOCOLO (8789403962) - INSCRIÇÃO (87801979079)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas, como é o caso das linhas 12-14. No mais, em momento algum o candidato aduziu a falta de intimação. Não há possibilidade de pontuação acerca do litisconsórcio, sendo ao certo que esse sequer existe. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o

produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. O princípio da menor onerosidade não pode ser considerado como causa para pontuação neste quesito. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Pedido de suspensão de hasta pública não acarreta pontuação. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próximas e remotas) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. Mantida a nota.

---

248 - PROTOCOLO (8789403969) - INSCRIÇÃO (87801944645)
ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ao contrário, informou ser o ato citatório como correto. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação integral, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste em parte à candidata. A pontuação neste quesito deve ser parcial, uma vez que a candidata fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade. Logo, alteração da nota para 1 ponto.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pela candidata não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Ademais, as razões apresentadas pela candidata pertencem à quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. E, ainda que fosse do presente quesito, carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, bem como a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado, conforme os critérios previamente estabelecidos. Mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. Confrontando as razões do recurso com a peça confeccionada, não assiste razão à recorrente. A resposta apresentada pela candidata carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Além do mais, as razões lançadas no recurso são relativas à quesitação em que teve a nota alterada. No mais, a candidata sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os pedidos apresentados pelo candidato estão incompletos. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

249 - PROTOCOLO (8789403992) - INSCRIÇÃO (87801961577)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Novamente, o direito de preferência foi analisado no quesito da intimação, tanto que foi atribuída a nota correspondente naquela quesitação. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Também não foi abordado o porquê de o produto aferido ser absorvido pelas custas e demais emolumentos em relação à meação de Simone. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência (linhas 28/30 da página 3 e 1/9 da página 4). Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

250 - PROTOCOLO (8789404016) - INSCRIÇÃO (87801014873)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

251 - PROTOCOLO (8789404017) - INSCRIÇÃO (87801962757)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "mandado de segurança", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

252 - PROTOCOLO (8789404018) - INSCRIÇÃO (87801965267)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. O mesmo assim fundamenta em suas razões, conforme linhas mencionadas. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Dessa forma, é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos (linhas 26 e seguintes da página 2). A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação (linhas 13-19 da página 3). Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Conforme linhas 13/19 da página 4, não houve o preenchimento dos requisitos. Novamente, a extração de frases ou palavras de forma aleatória, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. Mantida a nota.

---

253 - PROTOCOLO (8789404023) - INSCRIÇÃO (87801962435)
ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. As linhas 19-23 correspondem ao mérito. Alteração da pontuação para 1 ponto.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Razões apontadas pelo candidato são inerentes às quesitações em que logrou pontuação. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 11 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Após análise do pedido, conclui-se que merece acolhimento parcial a solicitação de alteração da nota, uma vez que foram abordados alguns pontos relevantes para o quesito. Contudo, a resposta apresentada não foi devidamente fundamentada de forma integral, especialmente no que se refere à contemporaneidade da avaliação, apresentando fundamentação vaga e imprecisa. Assim, atribui-se pontuação parcial com base nos elementos apresentados.

---

254 - PROTOCOLO (8789404026) - INSCRIÇÃO (87801006126)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. A resposta não preencheu os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise detalhada do pedido apresentado, verificou-se que o candidato efetivamente preencheu todos os requisitos necessários para a atribuição da nota total. A resposta apresentada demonstrou domínio técnico, com fundamentação clara e completa, abordando os elementos essenciais exigidos pela questão de forma adequada. Diante disso, acolhe-se o pedido do candidato, procedendo-se à atribuição da pontuação integral.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso apresentado, verificou-se que as razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

255 - PROTOCOLO (8789404028) - INSCRIÇÃO (87801991979)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "mandado de segurança". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato

em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. Mantida a nota.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A linha 21 mencionada corresponde ao mérito. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota parcial.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica, as razões apontadas pelo candidato são inerentes às analisadas de quesitos diversos, ainda que se utilize da interpretação extensiva. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50% , a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 60%- nem igual e muito menos inferior- do valor da avaliação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, mantida a pontuação.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. No mais, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 29-30 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

256 - PROTOCOLO (8789404038) - INSCRIÇÃO (87801992588)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

257 - PROTOCOLO (8789404044) - INSCRIÇÃO (87801946670)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "ação rescisória", quando já havia o recurso de apelação interposto de decisão não transitada em julgado. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

---

258 - PROTOCOLO (8789404074) - INSCRIÇÃO (87801970075)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão ao candidato. Houve a indicação expressa e completa da peça correta, ainda que não mencione os artigos aplicáveis. Acolhido o pedido.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

---

259 - PROTOCOLO (8789404075) - INSCRIÇÃO (87801961567)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "ação rescisória", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente, afirmando o trânsito em julgado (inexistente) de decisão. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente todas as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. A pontuação refere-se ao cumprimento do segundo pressuposto: fração ideal. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente

ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. As razões mencionadas não correspondem à exigência do quesito. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Assim, é mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

260 - PROTOCOLO (8789404077) - INSCRIÇÃO (87801968695)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresentou a peça de apelação quando já havia sido interposta, conforme enunciado. O que se verifica das razões apresentadas é que o candidato seleciona as palavras que correspondem ao espelho e entende que, por essa razão, merece ser acolhido o pedido do recurso. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próximas e remotas) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. Por fim, o candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Desta forma, é mantida a nota atribuída.

---

261 - PROTOCOLO (8789404082) - INSCRIÇÃO (87801961958)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão (logrou 1 ponto). Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 16/18 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

262 - PROTOCOLO (8789404097) - INSCRIÇÃO (87801963838)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Os pedidos possuem análise própria, não comportando avaliação neste quesito. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Com referência às linhas 30, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada (logrou 1 ponto). Assim, é mantida a nota atribuída.

---

263 - PROTOCOLO (8789404143) - INSCRIÇÃO (87801950271)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas correspondem à quesitação de interposição da peça, a qual o candidato teve pontuação conferida. Não há fundamentação acerca do cabimento. Mantida a nota atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da

pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. A afirmativa sobre a avaliação estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Apesar de bem confuso o tópico do pedido, assiste razão em parte. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC.

---

264 - PROTOCOLO (8789404157) - INSCRIÇÃO (87801999125)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A nota parcial foi atribuída em decorrência das razões apresentadas pelo candidato no recurso. Assim, mantida a nota.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica, as razões apontadas pelo candidato são inerentes às analisadas de quesitos diversos, ainda que se utilize da interpretação extensiva. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50% , a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 60%- nem igual aos 60% e muito menos inferior- do valor da avaliação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, conforme as citações às linhas realizadas pelo candidato, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Mantida a nota.

---

265 - PROTOCOLO (8789404183) - INSCRIÇÃO (87801967738)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada.

---

266 - PROTOCOLO (8789404214) - INSCRIÇÃO (87801009571)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantém-se a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 14 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. A resposta atendeu integralmente aos critérios estabelecidos para a pontuação, justificando o acolhimento do pedido. Dessa forma, procede-se à atribuição da nota integral.

---

267 - PROTOCOLO (8789404217) - INSCRIÇÃO (87801038936)
ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão ao candidato. Houve o preenchimento de todos os requisitos do quesito.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

---

268 - PROTOCOLO (8789404221) - INSCRIÇÃO (87801961083)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota parcial conferida.

---

269 - PROTOCOLO (8789404230) - INSCRIÇÃO (87801989696)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

270 - PROTOCOLO (8789404231) - INSCRIÇÃO (87801962510)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. As linhas 27-30 correspondem à quesitação diversa em que o candidato logrou pontuação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próximas e remotas) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. Assim, é mantida a nota parcial.

---

271 - PROTOCOLO (8789404293) - INSCRIÇÃO (87801963336)
ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Não houve fundamentação da indivisibilidade. Dessa forma, permanece inalterada a nota conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa (logrou 1 ponto), não correspondendo à ora questionada. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota

fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

---

272 - PROTOCOLO (8789404294) - INSCRIÇÃO (87801968096)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "mandado de segurança", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

273 - PROTOCOLO (8789404327) - INSCRIÇÃO (87801944827)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não refletem o preenchimento do presente quesito. As folhas 22-23 não apresentam fundamentação expressa correlata à indivisibilidade ou à preservação da fração ideal. As linhas 11 e 13 são inerentes ao quesito dos pedidos. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei ou súmula não acarreta pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação dos pedidos. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

274 - PROTOCOLO (8789404330) - INSCRIÇÃO (87801964861)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

275 - PROTOCOLO (8789404331) - INSCRIÇÃO (87801039373)
ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. A nota parcial é a mais correta ao presente caso.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a eça, não assiste razão ao candidato. Em nenhuma das linhas citadas corresponde ao preenchimento do quesito em comento. As linhas 23-26 da página 1 não correlacionam à indivisibilidade, como afirma o recorrente. O mesmo se verifica nas linhas 16-23 da página 3. Fato é que as razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Outrossim, a resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

276 - PROTOCOLO (8789404334) - INSCRIÇÃO (87801995619)
ITEM 3 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão ao candidato. Muito embora omisso ao que se pretende atribuir o efeito suspensivo, não se pode concluir que tenha intenção de correlacionar à sentença e não ao recurso de apelação. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações ou até mesmo omissões (propositais ou não). Alterada a nota.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

277 - PROTOCOLO (8789404342) - INSCRIÇÃO (87801953706)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública,

não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

278 - PROTOCOLO (8789404345) - INSCRIÇÃO (87801981520)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Pontuação parcial mantida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, mantida a pontuação. Mantida a nota.

---

279 - PROTOCOLO (8789404359) - INSCRIÇÃO (87801032113)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Ademais, sequer se aplica ao quesito em comento o disposto do artigo 843, §2o do CPC. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

280 - PROTOCOLO (8789404420) - INSCRIÇÃO (87801038814)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o " contrarrazões à apelação", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 12 da página 2). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012, §3º e4º do CPC. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. A atribuição de nota parcial é o mais correto.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se

verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado, ainda que indiretamente, como o próprio afirmou em recurso. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Além do que, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Por fim, novamente, menções esparsas e sem conexão com o avaliado não acarretam pontuação. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Nas três páginas de peça, não se verifica o pedido em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo, com menção expressa de que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Nos três pedidos realizados na peça do candidato, nenhum deles é o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Desta forma, a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça as "contrarrazões de apelação", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 11 da página 2). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012, §3º e 4º do CPC. Logo, mantida a nota atribuída.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Logo, mantida a nota.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Ademais, as razões apresentadas pelo candidato pertencem à quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. E, ainda que fosse do presente quesito, carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, bem como a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Mesmo assim, ainda que cabível ao presente quesito, a fundamentação e argumentação técnica não são adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone. Reitera-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. No mais, em nenhuma das três páginas de peça há fundamentação acerca da violação do princípio em questão, não havendo correlação deste com as razões mencionadas pelo candidato. Portanto, mantida a pontuação atribuída anteriormente.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Em nenhum dos três pedidos feitos pelo candidato. Não houve o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

281 - PROTOCOLO (8789404430) - INSCRIÇÃO (87801967314)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Contudo, as justificativas apresentadas neste quesito demonstram a ausência de diferenciar entre a preservação da cota-parte e a insuficiência do produto da alienação, confundindo conceitos fundamentais à correta fundamentação da resposta. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A nota parcial é a que mais se amolda.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Mantida a nota.

---

282 - PROTOCOLO (8789404438) - INSCRIÇÃO (87801987866)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública (linhas 19-23), não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

283 - PROTOCOLO (8789404442) - INSCRIÇÃO (87801968491)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 6-8 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

284 - PROTOCOLO (8789404444) - INSCRIÇÃO (87801953295)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Também foi silente acerca da indivisibilidade do bem. As linhas mencionadas não correspondem ao preenchimento da pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

285 - PROTOCOLO (8789404447) - INSCRIÇÃO (87801964034)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. A simples qualificação da parte não condiz ao preenchimento do quesito para fins de pontuação. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões não correspondem ao quesito analisado. Constatou-se, igualmente, que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

286 - PROTOCOLO (8789404451) - INSCRIÇÃO (87801946015)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem

como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

287 - PROTOCOLO (8789404453) - INSCRIÇÃO (87801948160)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. O descontentamento do candidato em relação à nota atribuída, por entender que "Isso é amplamente comentado nos cursos preparatórios mais renomados", não vincula a banca examinadora a seguir ao que é lecionado nos referidos cursos renomados acerca da estrutura de peça jurídica. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Como se observa da linha 14 e seguintes (página 2), o candidato trouxe mera transcrição de texto de lei. A mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Novamente, a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, em sete de tutela de urgência, seja mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os pedidos apresentados pelo candidato estão incompletos. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

288 - PROTOCOLO (8789404478) - INSCRIÇÃO (87801036174)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato, especialmente o mencionado na página 3, está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao contrário do que afirma o candidato, este jamais mencionou a necessidade de nova confecção de laudo de avaliação do imóvel. A simples menção está ligada à necessidade da observância do princípio da utilidade -muito embora não tenha mencionado expressamente o princípio, mas abordou acerca dos valores que não garantiriam a fração ideal de Simone- não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Assim, mantida a nota.

---

289 - PROTOCOLO (8789404486) - INSCRIÇÃO (87801946813)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. O princípio da menor onerosidade não tem correlação com a presente quesitação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos

fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. A afirmativa sobre a avaliação estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

290 - PROTOCOLO (8789404488) - INSCRIÇÃO (87801964257)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, como o próprio assim asseverou em recurso. Assim, é mantida a nota original.

---

291 - PROTOCOLO (8789404489) - INSCRIÇÃO (87801000964)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe organização interna do TJPR, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação integral às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Nota atribuída de acordo com o apresentado. Após análise do pedido de revisão, verificou-se que a resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema e ausência de menção da indivisibilidade do bem. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Dessa forma, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Assim, mantém-se a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso apresentado, verificou-se que as razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

---

292 - PROTOCOLO (8789404491) - INSCRIÇÃO (87801981356)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. A linha 10 da página 3 faz parte do pedido, não podendo ser considerada na avaliação deste quesito, até por falta de fundamentação expressa e clara, sem remissão exclusiva ao preceito legal. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. As linhas mencionadas não denotam as justificativas para acolhimento do recurso. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão do processo, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

293 - PROTOCOLO (8789404494) - INSCRIÇÃO (87801985530)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "reclamação". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e 4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

---

294 - PROTOCOLO (8789404501) - INSCRIÇÃO (87801009123)
ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta revelou que o candidato não abordou adequadamente o tema necessário para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente atribuída.

---

295 - PROTOCOLO (8789404513) - INSCRIÇÃO (87801965021)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira

integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

296 - PROTOCOLO (8789404537) - INSCRIÇÃO (87801003116)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que os fatos foram expostos de maneira parcial e insuficiente, sem atender à completude necessária para solucionar adequadamente o problema proposto. A ausência de abordagem integral dos elementos essenciais inviabilizou o preenchimento dos requisitos exigidos para a atribuição da pontuação máxima, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantém-se a nota originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A razão apresentada pelo candidato não corresponde ao conteúdo efetivamente exposto na resposta avaliada. Assim, não havendo correspondência entre a alegação de dano e de periculum in mora com o princípio da utilidade, conforme exigido pela questão, conclui-se que tal argumento não é suficiente para justificar a alteração da pontuação originalmente atribuída.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado de forma recursal para a atribuição de efeito suspensivo, sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenche o requisito necessário para a pontuação. Além disso, foram apresentados outros pedidos que não possuíam qualquer correlação com a peça exigida, reforçando a inadequação da resposta.

---

297 - PROTOCOLO (8789404544) - INSCRIÇÃO (87801962847)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A pontuação atribuída corresponde às razões do recurso. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Por isso, é mais acertada a pontuação parcial.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa (logrou 1 ponto), não correspondendo à ora questionada. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

298 - PROTOCOLO (8789404561) - INSCRIÇÃO (87801961480)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas 3 e 4 da página 1 não correspondem ao exigido no espelho para fins de pontuação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas 8-17 da página 3 refletem análise à quesitação do pedido de tutela de urgência e não ao cabimento da peça exigida. Tanto é que na quesitação supramencionada, houve a pontuação ao candidato adequada ao que foi apresentado. Vale observar que o cabimento exposto pelo candidato na peça se encontra em linhas 8-11 da página 1. Mantida a nota atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão ao candidato: houve o preenchimento de todos os requisitos para a pontuação integral.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. Vide as argumentações acerca do litisconsórcio apresentadas pelo candidato (muito embora não fosse o caso). Contudo, ainda que verificada a impropriedade dos atos judiciais, houve a parcial pontuação. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada (logrou 1 ponto no quesito). Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota.

---

299 - PROTOCOLO (8789404562) - INSCRIÇÃO (87801002615)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme organização interna do TJPR, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 7 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Considerando que o candidato apresentou uma fundamentação parcial, ainda que não tenha mencionado de forma expressa a falta de intimação, foi atribuída metade da pontuação parcial. Isso porque o candidato argumentou adequadamente sobre a violação do direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como apontou a ausência de cientificação da parte embargante, demonstrando compreensão parcial do problema proposto. Dessa forma, foi atribuída a pontuação proporcional ao conteúdo efetivamente apresentado.

---

300 - PROTOCOLO (8789404569) - INSCRIÇÃO (87801984826)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. No mais, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada (logrou 1 ponto), mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não

preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

301 - PROTOCOLO (8789404595) - INSCRIÇÃO (87801964846)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "recurso de Apelação", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 5 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos (linhas 28/30 da página 1). Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. Ademais, as linhas mencionadas fazem correlação ao pedido de tutela recursal. Mantida a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas fazem correlação ao pedido de tutela recursal. No mais, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

302 - PROTOCOLO (8789404614) - INSCRIÇÃO (87801954363)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Já acerca da indivisibilidade, o candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O recurso do candidato é inerente à quesitação dos pedidos e não à tutela de urgência. Ao revisar

toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 18/20 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

303 - PROTOCOLO (8789404617) - INSCRIÇÃO (87801987088)
ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão. Contudo, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Nota alterada para 1 ponto.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

304 - PROTOCOLO (8789404628) - INSCRIÇÃO (87801944944)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente aos fatos referentes à Simone e sua condição de embargante. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação integral, conforme os critérios previamente estabelecidos. E foi justamente o que ocorreu acerca da indivisibilidade. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

305 - PROTOCOLO (8789404633) - INSCRIÇÃO (87801963237)
ITEM 7 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Assiste razão em parte. Contudo, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação integral, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Alterado para 0,5.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da

pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

306 - PROTOCOLO (8789404636) - INSCRIÇÃO (87801996202)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

307 - PROTOCOLO (8789404637) - INSCRIÇÃO (87801975322)
ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

---

308 - PROTOCOLO (8789404649) - INSCRIÇÃO (87801958428)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

---

309 - PROTOCOLO (8789404654) - INSCRIÇÃO (87801973128)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indiciação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

310 - PROTOCOLO (8789404664) - INSCRIÇÃO (87801985661)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. No mais, as razões lançadas correspondem à quesitação diversa. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica, as razões apontadas pelo candidato são inerentes às analisadas de quesitos diversos, ainda que se utilize da interpretação extensiva. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50%, a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em seja em montante superior a 70% do valor da avaliação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. A afirmativa sobre a avaliação estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

311 - PROTOCOLO (8789404682) - INSCRIÇÃO (87801950604)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito. Em que pese o descontentamento do candidato acerca do formato da quesitação analisada, em nada altera higidez da avaliação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema

proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

312 - PROTOCOLO (8789404696) - INSCRIÇÃO (87801010470)
ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Após análise do recurso apresentado, verificou-se que as razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Considerando ainda que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantém-se a nota originalmente conferida. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

313 - PROTOCOLO (8789404698) - INSCRIÇÃO (87801981140)
ITEM 7 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão. Além das linhas mencionadas, houve o complemento acerca da falta de intimação ao final da página 2. Alterada a nota.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Razões de recurso vinculadas ao quesito de pedido e não ao pedido de tutela de urgência, conforme menciona em linhas 23. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. As linhas 15-18 da página 3 são silentes acerca do pedido de tutela de urgência. Mantida a nota.

---

314 - PROTOCOLO (8789404706) - INSCRIÇÃO (87801961741)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Ademias, após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos (linha 13, página 3). A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota.

---

315 - PROTOCOLO (8789404715) - INSCRIÇÃO (87801962674)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC).

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O que se verifica das razões apresentadas é que o candidato seleciona as palavras que correspondem ao espelho e entende que, por essa razão, merece ser acolhido o pedido do recurso. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próximas e remotas) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. A avaliação deve ser objetiva e imparcial. Ademais, o candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação total, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

316 - PROTOCOLO (8789404717) - INSCRIÇÃO (87801963164)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada (logrou 1 ponto). Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

317 - PROTOCOLO (8789404719) - INSCRIÇÃO (87801948804)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Vide exatamente as linhas indicadas pelo candidato como razão para alteração da nota atribuída: não há desenvolvimento do tema. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

318 - PROTOCOLO (8789404720) - INSCRIÇÃO (87801965247)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "razões de Apelação", quando já havia o recurso de apelação interposto, ", ignorando, inclusive, os princípios da dialeticidade, preclusão consumativa e complementaridade, ao passo que a interposição da apelação vem sempre acompanhada das razões, nos termos do artigo 1010 do CPC. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. Mantida a nota.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A nota reflete justamente o que foi apontado como causa de reforma pelo candidato. Contudo, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Mantida a nota.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa (logrou 1 ponto), não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próximas e remotas) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. Assim, mantida a nota.

---

319 - PROTOCOLO (8789404732) - INSCRIÇÃO (87801038676)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Como se verifica, o candidato fez pedido de atribuição de efeitos suspensivo à sentença, quando deveria ser ao recurso. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

320 - PROTOCOLO (8789404737) - INSCRIÇÃO (87801016032)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, é mantida a nota parcialmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que mera reprodução de artigo de lei não acarreta a pontuação. Essa abordagem insuficiente demonstra a ausência de aprofundamento e de conexão com o problema proposto, o que inviabiliza a atribuição da pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a

mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

321 - PROTOCOLO (8789404757) - INSCRIÇÃO (87801012028)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência integral com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantém-se a nota parcialmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantendo-se inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral. Além disso, foram apresentados outros pedidos que não possuíam qualquer correlação com a peça exigida, reforçando a inadequação da resposta.

---

322 - PROTOCOLO (8789404758) - INSCRIÇÃO (87801948131)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que mera reprodução de artigo de lei não acarreta a pontuação. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública,

não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

323 - PROTOCOLO (8789404777) - INSCRIÇÃO (87801975444)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, verificou-se que os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Em momento algum o candidato apresentou fundamentação da indivisibilidade e da necessidade de preservação da fração da embargante. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantendo-se inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

324 - PROTOCOLO (8789404779) - INSCRIÇÃO (87801963801)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. Tal deriva até mesmo da impossibilidade de ser preenchido, ante a peça de agravo de instrumento não corresponder ao artigo 1012 do CPC. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Igualmente, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Impenhorabilidade do bem de família não condiz com a quesitação em apreço. A má-fé de Marcelo também não corresponde ao exigido para fins de pontuação. Análise de pedidos corresponde a quesito diverso, não podendo aqui ser analisado. Constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Nenhuma das razões apresentadas pelo recorrente são inerentes à quesitação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. A afirmativa sobre a avaliação estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Novamente, não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Mantida a pontuação.

---

325 - PROTOCOLO (8789404787) - INSCRIÇÃO (87801945771)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "reclamação, quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 10 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1.012, §§3º e4º do CPC. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Logo, mantida a nota atribuída.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Vale observar que, o candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, quesito diverso do avaliado. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

326 - PROTOCOLO (8789404793) - INSCRIÇÃO (87801990680)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Linhas 13 e 14, assim como 15 e 16, como denota a linha 10, faz correlação aos fatos. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Novamente, a linha 11, conforme a linha antecedente, está vinculada aos fatos. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem de forma autônoma e delineada. No mais, a nota foi conferida parcial, conforme fundamentação da fração ideal. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50% , a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 70% do valor da avaliação. A simples menção de "preço vil" sem contextualizar também não acarreta a pontuação. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

327 - PROTOCOLO (8789404800) - INSCRIÇÃO (87801982501)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Da mesma forma, as linhas 4-6 se relacionam à quesitação diversa, tanto que logrou 1 ponto. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

328 - PROTOCOLO (8789404808) - INSCRIÇÃO (87801036179)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Além do mais, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

329 - PROTOCOLO (8789404816) - INSCRIÇÃO (87801966307)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos (linhas 14-18 da página 1 e 28-29 da página 3). Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e

intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos (linha 23 da página 2). A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Ainda que a impropriedade constante no pedido, foi considerada a pontuação parcial. Logo, mantida a nota.

ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. Mera citação dos artigos, sem mencionar, mesmo que de forma sucinta, as prerrogativas do Defensor Público, não acarreta pontuação, conforme normas previamente estabelecidas. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica (linhas 23, página 2) quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Diante disso, é mantida a nota parcial.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública. O

correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Muito embora não contenha pedido nos termos exigidos, esta examinadora atribuiu nota parcial. Mantida a nota.

---

330 - PROTOCOLO (8789404847) - INSCRIÇÃO (87801036871)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 7 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1.012, §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões.

ITEM 4 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão ao candidato. Houve, de fato, o preenchimento de todos os requisitos inerentes ao quesito.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

331 - PROTOCOLO (8789404852) - INSCRIÇÃO (87801945802)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "agravo de instrumento", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012, §§3º e 4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

332 - PROTOCOLO (8789404868) - INSCRIÇÃO (87801036871)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 7 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1.012, §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões.

ITEM 4 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão ao candidato. De fato, houve preenchimento dos requisitos do quesito.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito

sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

333 - PROTOCOLO (8789404869) - INSCRIÇÃO (87801985455)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado (logrou 1 ponto), não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Nota mantida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação, mantida a nota originalmente conferida. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida. Nota mantida.

---

334 - PROTOCOLO (8789404977) - INSCRIÇÃO (87801961672)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indiciação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao contrário do que afirma a candidata, não houve fundamentação acerca da impropriedade do edital. As linhas mencionadas pela candidata não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

335 - PROTOCOLO (8789404980) - INSCRIÇÃO (87801986000)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A

resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

---

336 - PROTOCOLO (8789404993) - INSCRIÇÃO (87801975752)
ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. Diante do que foi apresentado, alterada a nota para 1 ponto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

337 - PROTOCOLO (8789405032) - INSCRIÇÃO (87801990270)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Acerca da fundamentação da confusão entre probabilidade de direito e pedido de tutela de urgência, melhor tecer uma pequena consideração: trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próxima e remota) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato fez pedido de suspensão da hasta pública, como se verifica ao final da página 3. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, é mantida a pontuação.

---

338 - PROTOCOLO (8789405040) - INSCRIÇÃO (87801962323)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC).

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação,

pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A afirmativa sobre a avaliação estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. As linhas mencionadas não alteram a atribuição da nota pelas razões acima expostas. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

339 - PROTOCOLO (8789405057) - INSCRIÇÃO (87801948975)
ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Na verdade, os fatos foram expostos nas linhas 17-19 da página 1. As razões apontadas pelo candidato correspondem ao cabimento da peça atribuída como a correta. Porém, merece alteração parcial na nota, já que foram narrados pelo candidato de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

340 - PROTOCOLO (8789405059) - INSCRIÇÃO (87801997906)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito (linha 14-17). A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão

pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Mantida a nota.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica, as razões apontadas pelo candidato são inerentes às analisadas de quesitos diversos, ainda que se utilize da interpretação extensiva. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50%, a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 60%- nem igual aos 60% e muito menos inferior- do valor da avaliação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

341 - PROTOCOLO (8789405093) - INSCRIÇÃO (87801963775)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato referente à preservação da fração ideal está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Contudo, acerca da indivisibilidade, assiste razão ao candidato.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas 6-13 correspondem à intimação, não cabendo análise no presente quesito, tendo, inclusive, logrado o candidato parcial pontual. As linhas 15-24 correspondem à indivisibilidade, sendo acolhido o recurso em quesitação anterior. Ante as razões apresentadas em recurso e as justificativas de denegação, é mantida a nota atribuída.

---

342 - PROTOCOLO (8789405097) - INSCRIÇÃO (87801949402)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Acreditando que as linhas mencionadas pelo recorrente sejam as linhas 16-19 da página 3, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto.

343 - PROTOCOLO (8789405099) - INSCRIÇÃO (87801944521)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Assim, é mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. O princípio da menor onerosidade não tem correlação com a presente quesitação. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

344 - PROTOCOLO (8789405102) - INSCRIÇÃO (87801945498)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Soma-se ao fato de que o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribui a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Mantida a pontuação parcial.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior, à qual foi atribuída nota parcial. Assim, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

345 - PROTOCOLO (8789405105) - INSCRIÇÃO (87801038700)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

346 - PROTOCOLO (8789405110) - INSCRIÇÃO (87801970894)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A

resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos (linha 12 da página 2). A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A pontuação foi aferida de acordo com o apresentado e justamente pelas razões apontadas pelo candidato. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, mantida a pontuação.

---

347 - PROTOCOLO (8789405119) - INSCRIÇÃO (87801033668)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Conforme as linhas 18-30 da página 3 e 1-8 da página 4, o candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os pedidos apresentados pelo candidato estão incompletos. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

348 - PROTOCOLO (8789405132) - INSCRIÇÃO (87801034043)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato (páginas 1 e 2) foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Nota-se ainda que o candidato também deixou de mencionar o pedido de deferimento (linhas 28-30 da página 4). Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

349 - PROTOCOLO (8789405134) - INSCRIÇÃO (87801038359)
ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

350 - PROTOCOLO (8789405142) - INSCRIÇÃO (87801963104)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 4 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1.012, §§3º e4º do CPC. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada 9logrou 1 ponto). Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Assim, é mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

351 - PROTOCOLO (8789405153) - INSCRIÇÃO (87801944541)
ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos

os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

352 - PROTOCOLO (8789405165) - INSCRIÇÃO (87801985041)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. As linhas 5-7 não preenchem o requisito da pontuação integral. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próxima e remota) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. Ante todo o exposto, é mantida a nota parcial atribuída.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Ademais, nota-se que a intenção do candidato é atribuir ao examinador a responsabilidade pela não compreensão do exigido. Mantida a nota.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A afirmativa sobre a avaliação estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 1e 2 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

353 - PROTOCOLO (8789405167) - INSCRIÇÃO (87801964244)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A fundamentação do recurso se baseia nos pedidos acostados em folhas 4, possuindo este quesito autônomo para avaliação. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Mantida a nota.

---

354 - PROTOCOLO (8789405182) - INSCRIÇÃO (87801981457)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito (linhas 13-19). A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas são relacionadas à "liminar". No mais, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido liminar acostado em linhas mencionadas não faz alusão ao que se pede: Não se identifica se é suspensão de hasta pública, suspensão do processo, suspensão de sentença, dentre outros (!). Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próxima e remota) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Mantida a nota.

---

355 - PROTOCOLO (8789405187) - INSCRIÇÃO (87801018965)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliada a prova, não assiste razão. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas também de desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital (vide linhas 14 e 15 da página 3). Assim, é mantida a nota atribuída.

---

356 - PROTOCOLO (8789405191) - INSCRIÇÃO (87801947820)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 9 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

---

357 - PROTOCOLO (8789405200) - INSCRIÇÃO (87801960126)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Mesmo não sendo o caso de litisconsórcio necessário, como afirmou o candidato, a nota parcial foi atribuída. Considerando que a fundamentação. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. AS razões lançadas na peça foram insuficientes para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Sobre o bem indivisível, as razões apresentadas estão intrinsecamente ligadas única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Mantiuda a nota atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas ou "do efeito cascata". A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio

da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, aduz o candidato como fundamentação do recurso o "efeito cascata", como assim ilustra em suas razões. A ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota parcial conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 1-2 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Vale observar que, embora não seja o caso de litisconsórcio passivo, como mencionou o candidato, o que atrairia a necessidade de citação, ainda assim foi atribuída a pontuação parcial, mesmo diante do equívoco, justamente pelas fundamentações lançadas ao longo da peça. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ademais, o candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. O "efeito cascata" mencionado não pode ser utilizado como justificativa e ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Assim, mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. O princípio da menor onerosidade não tem correlação com a presente quesitação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. Frente o presente recurso, constata-se a ausência de fundamentação adequada que justificasse o acolhimento do pedido de alteração de nota. O candidato não apresentou argumentos consistentes nem embasamento jurídico suficiente para demonstrar qualquer erro na avaliação realizada. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o

candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 2 e 3 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

358 - PROTOCOLO (8789405226) - INSCRIÇÃO (87801948599)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A página 4 em nada dispõe acerca do preenchimento ao presente quesito. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída.

---

359 - PROTOCOLO (8789405227) - INSCRIÇÃO (87801950107)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas não correspondem ao quesito em apreço. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

360 - PROTOCOLO (8789405234) - INSCRIÇÃO (87801962225)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. A afirmativa sobre a avaliação estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de

intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

361 - PROTOCOLO (8789405253) - INSCRIÇÃO (87801981998)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada (logrou 2 pontos). Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

362 - PROTOCOLO (8789405274) - INSCRIÇÃO (87801962752)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Justamente pelas linhas 10-14 da folha dois, o candidato teve a nota atribuída, mesmo não abordando adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Considerando a fundamentação do candidato, entendeu a examinadora que, ao menos, ainda que não da forma exigida, atendeu parcialmente o quesito, mesmo havendo o pedido de suspensão da eficácia da sentença. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota.

---

363 - PROTOCOLO (8789405282) - INSCRIÇÃO (87801986068)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida nota parcial.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50%, a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 70% do valor da avaliação. Como se verifica, as razões apontadas pelo candidato são inerentes às analisadas de quesitos diversos, ainda que se utilize da interpretação extensiva. Mantida a nota atribuída.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. As linhas mencionadas não refletem o exigido. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a p Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o

candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 27 e 28 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

364 - PROTOCOLO (8789405343) - INSCRIÇÃO (87801992127)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. As linhas mencionadas não preenchem os elementos para pontuação no quesito analisado. Mantida a nota.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Não se trata de litisconsórcio passivo para fins de citação. No mais, conforme se verifica que não houve fundamentação acerca da falta de intimação, bem como a simples menção de artigos não acarreta pontuação, é mantida a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50%, a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 70% do valor da avaliação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão da execução, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Além disso, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

365 - PROTOCOLO (8789405347) - INSCRIÇÃO (87801975161)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação,

somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Mantida a pontuação parcial.

---

366 - PROTOCOLO (8789405350) - INSCRIÇÃO (87801961615)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação. Constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

367 - PROTOCOLO (8789405352) - INSCRIÇÃO (87801015121)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

---

368 - PROTOCOLO (8789405373) - INSCRIÇÃO (87801983946)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "mandado de segurança", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próxima e remota) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. O candidato pretende que seja realizada a seleção de frases e palavras para que possa ser atribuída a pontuação que entende justa, o que não é possível. Mantida a nota.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata apenas fez menção ao bem indivisível e após relacionou ao artigo do código civil sem apresentar fundamentação, conforme linhas 29 e 30 da página 2 e linha 1 da página 3. A ausência de fundamentação clara e expressa

quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Por fim, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. A ordem de penhora não se assemelha aos fundamentos para a pontuação pretendida neste quesito. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. Novamente, deixou a candidata de fundamentar o pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação. Trata-se de uma prova subjetiva, exigindo do candidato a demonstração de aprofundamento técnico, contextualização e aplicação prática ao caso concreto. Não basta mencionar. A fundamentação é indispensável. Mantida a nota parcial.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. A candidata fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

369 - PROTOCOLO (8789405376) - INSCRIÇÃO (87801985076)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito (como se observa das linhas 26-30 da página 1). A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida nota parcial.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

370 - PROTOCOLO (8789405383) - INSCRIÇÃO (87801982685)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Basta ler a página 2 que se observa a ausência de fundamentação correlata para pontuação nesta avaliação. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

371 - PROTOCOLO (8789405398) - INSCRIÇÃO (87801021864)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantendo-se inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

372 - PROTOCOLO (8789405401) - INSCRIÇÃO (87801986636)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50%, a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 70% do valor da avaliação. A simples menção de "preo vil" sem contextualizar também não acarreta a pontuação. Mantida a nota.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a

abordagem do problema proposto. A afirmativa sobre a avaliação estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Mantida a nota.

---

373 - PROTOCOLO (8789405408) - INSCRIÇÃO (87801972057)
ITEM 2 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Novamente, assiste razão ao candidato. Preencheu, de fato, os requisitos para pontual integral. Nota alterada.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Mantida a nota parcial.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada (logrou 1 ponto). Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação, mantida a nota originalmente conferida. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Dos pedidos constantes em linhas 14-25 da página 4, o candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

374 - PROTOCOLO (8789405409) - INSCRIÇÃO (87801037360)
ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

375 - PROTOCOLO (8789405443) - INSCRIÇÃO (87801961223)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não "a fim de suspender a segunda praça", como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No mais, as razões lançadas na peça acerca do cabimento revelaram que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão do processo de execução, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil. Portanto, a pontuação parcial conferida permanece inalterada.

---

376 - PROTOCOLO (8789405453) - INSCRIÇÃO (87801965968)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões do candidato não correspondem à realidade. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. Por fim, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

377 - PROTOCOLO (8789405461) - INSCRIÇÃO (87801031730)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

---

378 - PROTOCOLO (8789405463) - INSCRIÇÃO (87801974581)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários

para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

379 - PROTOCOLO (8789405467) - INSCRIÇÃO (87801956283)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota parcial conferida permanece inalterada.

---

380 - PROTOCOLO (8789405470) - INSCRIÇÃO (87801957034)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC).

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "querella nullitatis", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema

proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Frente o presente recurso, constata-se a ausência de fundamentação adequada que justificasse o acolhimento do pedido de alteração de nota. O candidato não apresentou argumentos consistentes nem embasamento jurídico suficiente para demonstrar qualquer erro na avaliação realizada. Dessa forma, não há elementos que sustentem a modificação da pontuação, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

381 - PROTOCOLO (8789405478) - INSCRIÇÃO (87801020446)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme linhas 30 (página 1) e 1-6 (página 2), observa-se que o cabimento do pedido deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente das violações às necessárias intimações (aduzindo o candidato na peça como citação) para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme o próprio candidato afirmou em recurso, a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Analisando as folhas 3 e 4, em que pese constar o tópico "Da probabilidade do direito e do risco de grave dano", denota-se que as razões ali constantes não levam à complementação do núcleo do quesito: pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação através de tutela de urgência. Assim, o candidato manteve a ausência do pedido expresso de suspensão nos termos dos artigos 1.012 e 300 do Código de Processo Civil, o que configura lacuna fundamental na abordagem do problema proposto. Diante dessa omissão, não se verificou o atendimento aos requisitos necessários para a atribuição da pontuação correspondente, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os pedidos apresentados pelo candidato estão incompletos. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

382 - PROTOCOLO (8789405479) - INSCRIÇÃO (87801968091)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação total. Diante disso, A nota é alterada para 1.

---

383 - PROTOCOLO (8789405498) - INSCRIÇÃO (87801989379)
ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, de forma parcial. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu aos requisitos de forma completa, razão pela qual foi alterada a pontuação para 1 ponto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Mantida a nota.

---

384 - PROTOCOLO (8789405501) - INSCRIÇÃO (87801999175)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. Nota conferida ante a falta de coesão com o enunciado proposto. Conforme mencionado no enunciado, Simone interpôs recurso de apelação. O candidato formula contrarrazões ao recurso da assistida, que é defendida pela Defensoria Pública. Assim, apresenta razões de não acolhimento do recurso interposto pela assistida, que clama pela reforma da sentença que rejeitou acolhimento aos embargos de terceiros opostos na origem. Como se observa de toda a peça, faz a impugnação da sentença na forma de contrarrazões de recurso de apelação. Soma-se ao fato que, na mesma peça, faz a interposição adesiva de recurso de apelação (!) (linhas 13/14). Ainda que cabível eventual recurso adesivo, não seria este no bojo das contrarrazões. Assim, ante toda a confusão e ausência de coesão dos argumentos expostos com o apresentado, optou a examinadora pela nota parcial, jamais podendo ser atribuída a nota pretendida. Mantida a nota.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "razões/contrarrazões adesiva", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota do conteúdo apresentado é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não merece acolhimento o recurso. Ausente a fundamentação acerca da indivisibilidade de forma autônoma, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. A nota reflete o preenchimento parcial do quesito. Nota mantida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

385 - PROTOCOLO (8789405504) - INSCRIÇÃO (87801974710)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

386 - PROTOCOLO (8789405507) - INSCRIÇÃO (87801993017)
ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

387 - PROTOCOLO (8789405519) - INSCRIÇÃO (87801032465)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. A teor do consignado na página 1, o candidato sequer fez o endereçamento. A consignação de "Colenda Câmara, Emeritos Julgadores" não preenche o requisito para a concessão da pontuação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "razões de Apelação", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, as razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente (linhas 25-29 da folha 1). Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Além do que, como se verifica nas páginas 2 e 3, as razões expostas neste recurso pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. Assim, é mantida a nota parcial atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa (a qual pontuou parcialmente), não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato apresentou a peça "razões de apelação", ignorando, inclusive, os princípios da dialeticidade, preclusão consumativa e complementaridade, ao passo que a interposição da apelação vem sempre acompanhada das razões, nos termos do artigo 1010 do CPC. Vale observar ainda que, como disposto na apresentação da questão, já havia sido interposto o recurso de apelação. Ainda assim, foi considerada a pontuação parcial, ante o pedido de linhas 18-21 da página 4. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil, para a pontuação integral. Desta forma, é mantida a nota atribuída.

---

388 - PROTOCOLO (8789405523) - INSCRIÇÃO (87801984312)
ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de

Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. O princípio da menor onerosidade não tem correlação com a presente quesitação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

389 - PROTOCOLO (8789405540) - INSCRIÇÃO (87801964085)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

---

390 - PROTOCOLO (8789405542) - INSCRIÇÃO (87801953969)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "ação rescisória", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 2 da página 2). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1.012, §§3º e4º do CPC. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Criou fato que não existia: trânsito em julgado da decisão em que foi interposto o recurso de apelação. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Impenhorabilidade do bem de família não condiz com a quesitação em apreço. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante

pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

391 - PROTOCOLO (8789405544) - INSCRIÇÃO (87801962709)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Assim, é mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Além do mais, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 27 e 28 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

392 - PROTOCOLO (8789405559) - INSCRIÇÃO (87801945428)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

---

393 - PROTOCOLO (8789405564) - INSCRIÇÃO (87801963156)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários

para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

394 - PROTOCOLO (8789405569) - INSCRIÇÃO (87801981326)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito (linhas 17-20). A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Justamente, por duas vezes, foi mencionada a indivisibilidade. Contudo, está diretamente relacionada à falta de intimação, tanto que houve pontuação em quesito pertinente. Mantida a nota.

---

395 - PROTOCOLO (8789405589) - INSCRIÇÃO (87801949070)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não guardam correlação com a indivisibilidade. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade. Mantida a nota.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido ser absorvido pelas custas e demais emolumentos em relação à meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

396 - PROTOCOLO (8789405590) - INSCRIÇÃO (87801034036)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes

para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

397 - PROTOCOLO (8789405591) - INSCRIÇÃO (87801966554)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

398 - PROTOCOLO (8789405593) - INSCRIÇÃO (87801952249)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC).

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. A linha 16 da página 2 corresponde ao cabimento da ação proposta, ausente qualquer fundamentação acerca da falta de intimação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária ou impropriedade existente no edital da hasta pública, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

399 - PROTOCOLO (8789405599) - INSCRIÇÃO (87801036745)
ITEM 1 - NOTA 2,50 ALTERADA PARA 5,00. Em que pese esta avaliadora não concordar com a argumentação remissiva apenas aos artigos legais, sem a devida organização lógica, é possível avaliação à peça.

ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou à juíza da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1.012, §§3º e 4º do CPC). Assim, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, conforme o mesmo assim reconhece em recurso, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

400 - PROTOCOLO (8789405611) - INSCRIÇÃO (87801945394)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

401 - PROTOCOLO (8789405615) - INSCRIÇÃO (87801949672)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Ademais, as razões deste recurso são inerentes à quesitação em que houve alteração de nota em favor do candidato. Impenhorabilidade do bem de família não condiz com a quesitação em apreço. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte ao candidato. O candidato não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, deferida a pontuação parcial.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo

Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

402 - PROTOCOLO (8789405619) - INSCRIÇÃO (87801960035)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. No mais, não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Não houve fechamento da peça. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

---

403 - PROTOCOLO (8789405626) - INSCRIÇÃO (87801945099)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão ao candidato, contudo, deve ser atribuída a nota parcial, em decorrência da apresentação incompleta na peça.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

404 - PROTOCOLO (8789405641) - INSCRIÇÃO (87801947860)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

405 - PROTOCOLO (8789405666) - INSCRIÇÃO (87801031001)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta (linhas 2 e 3 da página 4), sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública. A nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

406 - PROTOCOLO (8789405684) - INSCRIÇÃO (87801038461)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. Trata-se de pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1012 §3º e 4º do CPC. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida. Desta forma, a nota será mantida. O candidato expressamente atribuiu como peça o "agravo de instrumento" e, considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012, §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. A afirmativa sobre a avaliação estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

407 - PROTOCOLO (8789405689) - INSCRIÇÃO (87801998906)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, é mantida a pontuação parcial.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, de forma parcial. O candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. Alterada a nota para 1 ponto.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. A pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa (acolhimento parcial do recurso), não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 22 -24 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

408 - PROTOCOLO (8789405709) - INSCRIÇÃO (87801961119)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. Não há penalização por a grafia ser "esteticamente feia", mas por não ser possível fazer a leitura do que está escrito. Esta examinadora, por diversas vezes, inclusive nesta reavaliação, não conseguiu compreender diversas linhas e palavras, prejudicando até a avaliação do cumprimento dos quesitos analisados. A avaliação não pode ser feita por dedução ou abdução das razões lançadas em prova subjetiva. Ainda assim, foi considerado o atendimento parcial deste quesito. Mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pouco do que é possível compreender nas razões cotidas em linhas 18-24 da página 3, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Assim, é mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 5-11 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

409 - PROTOCOLO (8789405728) - INSCRIÇÃO (87801961008)
ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado (atribuição de 1 ponto ao candidato no quesito anterior), não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

410 - PROTOCOLO (8789405743) - INSCRIÇÃO (87801949729)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente, assim como identificar o ato processual em voga. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido ser absorvido pelas custas e demais emolumentos em relação à meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

411 - PROTOCOLO (8789405756) - INSCRIÇÃO (87801947640)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e

condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. De efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

412 - PROTOCOLO (8789405771) - INSCRIÇÃO (87801994929)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. As razões de acolhimento de recurso não refletem os elementos exigidos para pontuação no presente quesito. Não houve, ao menos, fundamentação acerca da fundamentação e completude da falta de intimação. Mantida a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de reprodução ou citação, tão-somente, de artigos legais, sem a devida contextualização e fundamentação. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Nota-se que os pedidos constantes na página 4 não preenchem os requisitos para pontuação. Mantida a nota.

---

413 - PROTOCOLO (8789405773) - INSCRIÇÃO (87801035019)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, é mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição e requisitos. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Assim, é mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica (linhas 12 -16 da página 1). Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação e o efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei (conforme se observa em linhas 23-28 da página 2), sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

414 - PROTOCOLO (8789405774) - INSCRIÇÃO (87801961618)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, exclusivamente fundamentada para fins de intimação, quesitação avaliada anteriormente. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

415 - PROTOCOLO (8789405778) - INSCRIÇÃO (87801963009)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

416 - PROTOCOLO (8789405784) - INSCRIÇÃO (87801944484)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Mesmo assim, ainda que cabível ao presente quesito, a fundamentação e argumentação técnica não são adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Portanto, mantida a pontuação atribuída anteriormente.

ITEM 12 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste parcial razão ao candidato. Apesar do pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, ao passo que esta é considerada perfeita e acabada quando concretizada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

417 - PROTOCOLO (8789405807) - INSCRIÇÃO (87801961449)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

---

418 - PROTOCOLO (8789405810) - INSCRIÇÃO (87801963741)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A linha 10 não representa a descrição dos fatos. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. Mantida a nota atribuída.

---

419 - PROTOCOLO (8789405814) - INSCRIÇÃO (87801992724)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. No mais, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

---

420 - PROTOCOLO (8789405828) - INSCRIÇÃO (87801009392)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Essas omissões configuram falhas na estrutura e no conteúdo da resposta, impedindo o reconhecimento de fundamentação

suficiente para alteração da nota. Assim, mantém-se a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, verificou-se que os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso apresentado, verificou-se que as razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída e sequer aborda de forma, ainda que superficial, acerca da matéria analisada. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

---

421 - PROTOCOLO (8789405830) - INSCRIÇÃO (87801032955)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Porém, ainda houve a atribuição de pontuação parcial. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

422 - PROTOCOLO (8789405836) - INSCRIÇÃO (87801946063)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, bem como a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

423 - PROTOCOLO (8789405866) - INSCRIÇÃO (87801001398)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que os fatos foram expostos de maneira parcial e insuficiente, sem atender à completude necessária para solucionar adequadamente o problema proposto. A ausência de abordagem integral dos elementos essenciais inviabilizou o preenchimento dos requisitos exigidos para a atribuição da pontuação máxima, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa

omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

---

424 - PROTOCOLO (8789405877) - INSCRIÇÃO (87801036517)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistentes e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

425 - PROTOCOLO (8789405881) - INSCRIÇÃO (87801993420)
ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A simples menção de artigos sem a devida contextualização ou fundamentação não acarreta pontuação, conforme regras previamente estabelecidas. Mantida a nota.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, parcial. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem. Nota alterada para 1 ponto.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Nota parcial mantida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 25-27da página 3. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

426 - PROTOCOLO (8789405893) - INSCRIÇÃO (87801975096)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, é mantida a pontuação parcial.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão em parte. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Pontuação majorada pela indivisibilidade.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Razões de recurso vinculadas à quesitação anterior. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Por fim, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato fez pedido de concessão de efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

427 - PROTOCOLO (8789405929) - INSCRIÇÃO (87801037776)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. A peça apresentada não possui a coesão e a argumentação suficientes para atingir a pontuação máxima de 5. Conforme se verifica da própria peça, os argumentos foram lançados de forma desconexa e sem a devida organização lógica, que não demonstram o raciocínio jurídico necessário para uma avaliação completa. Vale observar que a peça inteira foi feita com remissões e transcrição dos artigos legais, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, Diante da ausência de fundamentação clara e coesa, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. Assim, é mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os pedidos apresentados pelo candidato estão incompletos. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o local ou, ao menos, inserir a palavra "local", juntamente ou isoladamente com a data. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

428 - PROTOCOLO (8789405932) - INSCRIÇÃO (87801967818)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 3 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão ao candidato, embora omisso quanto ao expresso pedido de atribuição de efeito suspensivo AO RECURSO DE APELAÇÃO, não podendo ser interpretado por esta examinadora a palavra "diante" como atribuição de efeito à sentença. Alterada a nota.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 22-25 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

429 - PROTOCOLO (8789405950) - INSCRIÇÃO (87801968733)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto.

---

430 - PROTOCOLO (8789405951) - INSCRIÇÃO (87801034212)
ITEM 1 - NOTA 2,50 ALTERADA PARA 5,00. Assiste razão ao candidato. Muito embora discorde de fundamentações concisas, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos, é possível a avaliação completa.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção, colocação do tema como um tópico ou reprodução de artigo de lei sem a devida explanação ou argumentação, também não se mostra suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Como o próprio candidato afirmou em seu recurso, menção da quota-parte da embargante/apelante, sem discorrer acerca da indivisibilidade e a necessidade de preservação da fração ideal. Confrontando-a com a peça elaborada, de fato, não houve desenvolvimento da fundamentação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao contrário do que afirma o candidato, este fez pedido de suspensão da sentença (linhas 13-26 da página 3), não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

431 - PROTOCOLO (8789405952) - INSCRIÇÃO (87801965723)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Conforme as linhas 8-14 da página 2, não houve o preenchimento dos requisitos pelo candidato. Mantida a nota.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Não detalhou a razão da baixa liquidez do bem, como assim consignou. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

432 - PROTOCOLO (8789405976) - INSCRIÇÃO (87801035905)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Nas linhas 10-18 da página 12, os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, ou seja, o bem indivisível estava intrinsecamente ligado única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota

fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Portanto, é mantida a pontuação atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. A menor onerosidade e as demais afirmativas lançadas pelo candidato com objetivo de alteração desta pontuação não se relacionam ao quesito avaliado. As linhas 3 e 4 da página 4 em nada se relacionam ou fundamentam a aplicação do princípio da utilidade da execução. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 29 e 30 da página 4. Tais omissões comprometem a completude e a adequação técnica da peça, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

---

433 - PROTOCOLO (8789405979) - INSCRIÇÃO (87801036449)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. As linhas mencionadas em nada guardam relação com o quesito avaliado. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada (tutela de urgência), mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação integral. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os pedidos apresentados pelo candidato estão incompletos. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 20 e 21 da página 3. Tais omissões comprometem a completude e a adequação técnica da peça, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

---

434 - PROTOCOLO (8789405982) - INSCRIÇÃO (87801992591)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação desejada. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão parcial ao candidato. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e

exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual foi alterada a nota para 1 ponto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Mantida a nota.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

435 - PROTOCOLO (8789406001) - INSCRIÇÃO (87801967222)
ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

436 - PROTOCOLO (8789406011) - INSCRIÇÃO (87801964033)
ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

437 - PROTOCOLO (8789406015) - INSCRIÇÃO (87801950175)
ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

438 - PROTOCOLO (8789406018) - INSCRIÇÃO (87801970482)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não

demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Além disso, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

439 - PROTOCOLO (8789406031) - INSCRIÇÃO (87801031001)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente (página 4, linhas 2 e 3). Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Além do que, os artigos mencionados não fazem correção com o princípio aduzido. Assim, mantida a nota atribuída.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública. Mantida a nota originalmente conferida.

---

440 - PROTOCOLO (8789406046) - INSCRIÇÃO (87801996486)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo

1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida nota parcial.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ainda que não ocorra a quitação total do débito de Marcelo, se utilizado o percentual de Simone, por si só, não invalida a penhora realizada, já que é possível penhorar valores inferiores ao débito. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, conforme página 3. Mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 13-14 da página 4. Assim, é mantida a nota originalmente atribuída.

---

441 - PROTOCOLO (8789406066) - INSCRIÇÃO (87801030926)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC). Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, apresenta o candidato nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova. Trata-se de pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1012, §§3º e 4º do CPC. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão. Mantida a pontuação lançada anteriormente.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato não abordou acerca do bem indivisível de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota parcialmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta alteração da pontuação inicialmente atribuída. Ademais, a mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. Ao contrário do que afirma o candidato, o presente quesito não tem correlação com a suposta insolvência aduzida em recurso. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. Mais uma vez, as razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 25-29 da página 4. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

---

442 - PROTOCOLO (8789406068) - INSCRIÇÃO (87801961308)
ITEM 6 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão ao candidato. Todos os requisitos foram preenchidos. Acolhido o pedido.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. No mais, o candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. O princípio da menor onerosidade não tem correlação com a presente quesitação. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. O pedido de reforma no presente recurso não guarda correção com o quesito analisado. Os pedidos possuem quesitação própria. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

443 - PROTOCOLO (8789406078) - INSCRIÇÃO (87801944647)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme páginas 1 e 2, os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. O artigo 803 do CPC não tem correlação com o quesito avaliado, assim como as demais fundamentações lançadas na peça pelo candidato. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação anterior. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

444 - PROTOCOLO (8789406090) - INSCRIÇÃO (87801964585)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio

da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Logo, não havendo pedido nesse sentido, mantida a nota.

---

445 - PROTOCOLO (8789406099) - INSCRIÇÃO (87801980276)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. A peça apresentada não possui a coesão e a argumentação suficientes para atingir a pontuação máxima de 5. Conforme se verifica da própria peça, os argumentos foram lançados de forma desconexa e sem a devida organização lógica, com frases soltas e esparsas que não demonstram o raciocínio jurídico necessário para uma avaliação completa. Diante da ausência de fundamentação clara e coesa, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões de falta de intimação. A ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O que se verifica das razões apresentadas é que o candidato seleciona as palavras que correspondem ao espelho e entende que, por essa razão, merece ser acolhido o pedido do recurso. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próximas e remotas) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. É dever do candidato, para fins de pontuação, trazer as razões de fato, de direito e pedidos completos. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações equivocadas. Ante todo o exposto, é mantida a nota atribuída.

---

446 - PROTOCOLO (8789406153) - INSCRIÇÃO (87801956727)
ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "mandado de segurança", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

---

447 - PROTOCOLO (8789406154) - INSCRIÇÃO (87801020350)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados (linhas 16-21) pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei (como feito nas linhas 12 à 15), sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à citação de artigo, sem apresentar os argumentos, bem como não abordou de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

448 - PROTOCOLO (8789406155) - INSCRIÇÃO (87801962554)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Não necessariamente dispensa-se a confirmação de pedido, como afirma o candidato. No âmbito recursal, especificamente em relação ao recurso de apelação, o artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do CPC, prevê a possibilidade de atribuição de efeito suspensivo. Nesses casos, a parte interessada pode requerer, em caráter incidental, a concessão de tutela provisória para suspender os efeitos da decisão recorrida. O pedido deve ser fundamentado, demonstrando a probabilidade do direito e o risco de dano ou risco ao resultado útil do processo. A decisão sobre esse pedido pode ser proferida liminarmente, sem a oitiva da parte contrária, desde que presentes os requisitos legais. Portanto, embora a concessão de tutela provisória possa ocorrer sem a oitiva prévia da parte contrária, a confirmação ou manutenção dessa tutela está condicionada ao cumprimento dos procedimentos legais estabelecidos no CPC, incluindo a demonstração dos requisitos necessários e, em alguns casos, a posterior confirmação do pedido, sob pena de extinção. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

449 - PROTOCOLO (8789406159) - INSCRIÇÃO (87801954946)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "mandado de segurança" . Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Verifica-se que a análise das razões do recurso é apenas aferível na página 3. Nesta mesma página, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota parcial conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

450 - PROTOCOLO (8789406164) - INSCRIÇÃO (87801968085)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de

alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida. Mantida a nota.

---

451 - PROTOCOLO (8789406166) - INSCRIÇÃO (87801945133)
ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Como se observa de toda a peça, em momento algum foram mencionadas as prerrogativas do defensor público. Assim, mantida a nota atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso e da peça, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Assim, mantida a nota atribuída.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Outrossim, a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, bem como a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado, conforme os critérios previamente estabelecidos. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Soma-se ao fato de que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso deste e, comento, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. O próprio candidato ratifica que fez a simples menção em pedido final. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Avaliando novamente a peça, confrontando-a com as razões de recurso, não assiste razão ao candidato. Conforme as linhas 19-26 da página 2, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, ao passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. As linhas 29-30 da página 1 se referem ao cabimento, sendo este avaliado em quesitação própria, assim como as linhas 6-8 da página 2. Já as linhas 23-26 da página 3 não contextualizam os pressupostos inerentes ao presente quesito, bem como se mostram como afirmativas vagas e imprecisas. Por fim, as linhas 5-7 da página 4 são referentes aos pedidos. Portanto, mantida a nota atribuída.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os pedidos apresentados pelo candidato estão incompletos. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 12 e 13 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

452 - PROTOCOLO (8789406198) - INSCRIÇÃO (87801035861)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não assiste razão ao candidato. Na página 2, linhas 27-30 e página 3, linha 1-5, o candidato apenas apresentou como fundamentação a ausência de proporcionalidade da penhora, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. No mesmo sentido, na linha 4 da página 4, é inerente ao pedido de tutela antecipada, ou seja, relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. Fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

---

453 - PROTOCOLO (8789406199) - INSCRIÇÃO (87801963419)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, dentre eles, o recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada. As linhas 7-8 da página 4 são inerentes ao pedido e há quesito autônomo para avaliação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, não pode ser avaliado o pedido como fundamentação, devendo aquele ser apresentado de forma autônoma. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

454 - PROTOCOLO (8789406221) - INSCRIÇÃO (87801994645)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quando se peticiona ao Tribunal, a peça deve ser dirigida ao Presidente após a distribuição do recurso ou das peças encaminhadas diretamente à Corte. Essa atribuição, no entanto, pode ser delegada ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, sendo essa uma possibilidade igualmente válida. Assim, esta examinadora considera tanto a indicação ao Presidente quanto ao Vice-Presidente como cumprimento do requisito analisado. No entanto, caso a peça tenha sido endereçada de forma inadequada ou em desacordo com essa estrutura, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. A pontuação parcial não foi em decorrência da ausência de tópicos separados, como tenta fazer crer o candidato em suas razões. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a citações de texto de lei e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Em momento algum da peça apresentada, houve a fundamentação correlata aos fundamentos de recurso. Na verdade, no dia a dia do operador de direito, é dever do peticionante identificar a peça correta, apresentar as causas de pedir (próxima e remota) e fazer os pedidos devidamente corretos, sob pena de indeferimento. No mais, trata-se de prova subjetiva em que se avalia o conhecimento técnico do candidato, não cabendo aos examinadores realizarem avaliações por meio de dedução, abdução, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações e reprodução de artigos de lei. Assim, mantida a nota atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, tenta o candidato a alteração de nota, apresentando as razões de mérito tão-somente no recurso e não na peça escrita. Em momento algum, asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de reforma e efeito suspensivo à sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

455 - PROTOCOLO (8789406236) - INSCRIÇÃO (87801994906)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. As razões inerentes no recurso não se aplicam à quesitação em voga. Tanto é que logrou 1 ponto na quesitação pertinente às justificativas acima. A pontuação parcial foi derivada do analisado na peça e preenchido um dos elementos desta avaliação. Mantida a nota parcial.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, razões desassociadas do exigido para a pontuação pretendida. Os fundamentos acostados em recurso são inerentes à quesitação referente ao princípio da utilidade da execução. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Mantida a nota.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

456 - PROTOCOLO (8789406238) - INSCRIÇÃO (87801984320)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

457 - PROTOCOLO (8789406244) - INSCRIÇÃO (87801040035)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. A peça apresentada não possui a coesão e a argumentação suficientes para atingir a pontuação máxima de 5. Conforme se verifica da própria peça, os argumentos foram lançados de forma sem a devida organização lógica, com frases unicamente remissivas aos artigos legais, sem fundamentação, não demonstram o raciocínio jurídico necessário para uma avaliação completa. Diante da ausência de fundamentação clara e coesa, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito anteriormente avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Merece acolhimento parcial. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a nota deve ser parcial.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

458 - PROTOCOLO (8789406246) - INSCRIÇÃO (87801010987)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera transcrição de dispositivo legal, sem qualquer aprofundamento ou aplicação contextualizada ao problema proposto, não atende aos critérios exigidos para a pontuação do quesito. A avaliação requer a demonstração de domínio técnico por meio de fundamentação e argumentação adequadas, o que não foi observado na resposta apresentada. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantendo-se inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

---

459 - PROTOCOLO (8789406249) - INSCRIÇÃO (87801949592)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando desconhecimento técnico quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

460 - PROTOCOLO (8789406255) - INSCRIÇÃO (87801001947)
ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência de pedido expresso de atribuição de efeito suspensivo nos termos dos artigos 1.012 e 300 do Código de Processo Civil, o que configura lacuna fundamental na

abordagem do problema proposto. Diante dessa omissão, não se verificou o atendimento aos requisitos necessários para a atribuição da pontuação correspondente, mantendo-se a nota originalmente conferida.

---

461 - PROTOCOLO (8789406273) - INSCRIÇÃO (87801961654)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A nota foi atribuída justamente pelo preenchimento das razões do recurso. Logo, não há o que analisar. No mais, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que não estivesse relacionada à intimação. Mantida a nota parcial.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados quesitação anterior, que obteve pontuação parcial, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

462 - PROTOCOLO (8789406292) - INSCRIÇÃO (87801963753)
ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de sentença, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

463 - PROTOCOLO (8789406297) - INSCRIÇÃO (87801965416)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "exceção de pré-executividade", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. O simples fato de qualificar a parte não aduz a pontuação requerida, havendo, se assim pensar, mais erro do que acerto pelo candidato. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos (linhas 1-13 da página 3). A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão (alcançou 1 ponto). Contudo, as justificativas apresentadas neste quesito demonstram a ausência de diferenciar entre a preservação da cota-parte e a insuficiência do produto da alienação, confundindo conceitos fundamentais à correta fundamentação da resposta. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

464 - PROTOCOLO (8789406299) - INSCRIÇÃO (87801983005)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito (linhas 17-24). A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. As linhas mencionadas não ensejam a alteração da nota atribuída. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota parcial.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

465 - PROTOCOLO (8789406302) - INSCRIÇÃO (87801036809)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Novamente, a pontuação às afirmativas do candidato foi atribuída em quesitação diversa, não correspondendo à ora questionada. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o

candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 27 e 28 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

466 - PROTOCOLO (8789406313) - INSCRIÇÃO (87801954987)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC).

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade/anulatória", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 10 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1.012, §§3º e4º do CPC. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. O fato de ter identificado a peça correta na prova anulada, não enseja pontuação. Assim, mantida a nota atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

467 - PROTOCOLO (8789406322) - INSCRIÇÃO (87801039554)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Não houve fundamentação nem da indivisibilidade, muito menos acerca da preservação da fração ideal, sem que não fosse mera referência ao artigo de lei. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas como razões de reavaliação estão dissociadas da quesitação. No mais, não há desenvolvimento da fundamentação conexa ou apresentação dos demais detalhes necessários para aferir a reserva expressa em edital, como dispõe em quesitação. Essa abordagem insuficiente demonstra a ausência de aprofundamento e de conexão com o problema proposto, o que inviabiliza a atribuição da pontuação.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

468 - PROTOCOLO (8789406332) - INSCRIÇÃO (87801983342)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

469 - PROTOCOLO (8789406344) - INSCRIÇÃO (87801971723)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

470 - PROTOCOLO (8789406371) - INSCRIÇÃO (87801996942)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC). Nota mantida.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "exceção de pré-executividade com querela nulitatis insanabis", quando já havia o recurso de apelação interposto (linha 10 da página 1). Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1.012, §§3º e4º do CPC. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. Mantida a nota.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de

alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, mantida a pontuação.

---

471 - PROTOCOLO (8789406380) - INSCRIÇÃO (87801980027)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Nota-se que houve pedido de suspensão de processo, não havendo pedido, nos termos exigidos (linhas 7-10 da página 3). Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

472 - PROTOCOLO (8789406383) - INSCRIÇÃO (87801987878)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Vale observar que o endereçamento foi realizado à Câmara Cível. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

---

473 - PROTOCOLO (8789406384) - INSCRIÇÃO (87801032237)
ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente o tema necessário para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do

tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto (linhas 25-30 da página 2). Diante disso, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato fez apenas mera menção e colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Diante disso, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando os pedidos, verifica-se a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Outrossim, pedidos de cassação de sentença ou suspensão de hasta pública não preenchem o quesito avaliado, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

474 - PROTOCOLO (8789406388) - INSCRIÇÃO (87801962135)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

475 - PROTOCOLO (8789406397) - INSCRIÇÃO (87801032205)
ITEM 1 - NOTA 2,50 ALTERADA PARA 5,00. Assiste razão ao candidato. Embora não concorde com a forma extremamente sucinta de argumentação, a qual deu prioridade, tão-somente à citação de artigos legais, sem a devida organização lógica, a peça é passível de compreensão.

ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação (muito embora aduza, de forma indevida, a existência de listisconsórcio passivo), não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação. Essa abordagem insuficiente demonstra a ausência de aprofundamento e de conexão com o problema proposto, o que inviabiliza a atribuição da pontuação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Além do mais, a resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente

ou menção esparsa de artigo de lei, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata foi omissa quanto ao pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, a candidata incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

476 - PROTOCOLO (8789406404) - INSCRIÇÃO (87801970944)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "razões de Apelação", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar o nome de Simone, não denota a pontuação pretendida. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. No mais, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme linhas 4 e 5 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

477 - PROTOCOLO (8789406411) - INSCRIÇÃO (87801961639)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§

3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

478 - PROTOCOLO (8789406426) - INSCRIÇÃO (87801040017)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste parcial razão ao candidato. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. O tópico constante na página 2, linha 21 não é suficiente para fins de pontuação no presente quesito. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

479 - PROTOCOLO (8789406447) - INSCRIÇÃO (87801993196)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

---

480 - PROTOCOLO (8789406458) - INSCRIÇÃO (87801037301)
ITEM 3 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão à candidata. De fato, houve o preenchimento dos requisitos do presente quesito.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Vale observar que sequer o princípio da menor onerosidade tem relação com o princípio da utilidade da execução. no presente caso. As linhas 21-30 não se inferem na avaliação do presente quesito. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata não realizou o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

481 - PROTOCOLO (8789406462) - INSCRIÇÃO (87801962463)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Mantida a nota.

---

482 - PROTOCOLO (8789406471) - INSCRIÇÃO (87801958002)
ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, será atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, concedida a pontuação parcial.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconcisa e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, deixou de considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade. Mantida a nota parcial.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Ainda que fosse atribuído o pedido de tutela de urgência às linhas 14/19 da página 3, ainda assim não há fundamentação. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

483 - PROTOCOLO (8789406477) - INSCRIÇÃO (87801034298)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. As razões estão estritamente ligadas ao pedido de efeito suspensivo, não havendo conotação, fundamentação ou aplicação ao quesito em análise. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil (linhas 2-15 da página 3), não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

484 - PROTOCOLO (8789406486) - INSCRIÇÃO (87801963796)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. A pontuação corresponde à falta de preenchimento dos procedimentos de coesão e argumentação. Observa-se que toda a peça é constituída com apenas menções aos artigos, não havendo, ainda que mínimo, de argumentação. Portanto, mantida a nota atribuída.

ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do CPC).

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica na linha 1 da página 1, o candidato, expressamente, endereçou ao Juízo de Direito da Vara Cível de Curitiba, não cabendo a este a decisão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação (artigo 1012, §§3º e 4º do

CPC). Mantida a nota.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. Constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. A mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Ademais, a argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Assim, mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Peça sem pedidos. Mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,00 MANTIDA. Peça não finalizada. Nota mantida.

---

485 - PROTOCOLO (8789406498) - INSCRIÇÃO (87801965101)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Mantida nota.

---

486 - PROTOCOLO (8789406499) - INSCRIÇÃO (87801963965)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas não correspondem ao exigido. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

487 - PROTOCOLO (8789406509) - INSCRIÇÃO (87801947385)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "tutela de urgência". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. Se, ao menos, tivesse o candidato identificado seu pedido de tutela de urgência no ato da interposição da peça (entenda-se: linha 10 da página 1), seria atribuída nota parcial, o que não o fez. O fato de mencionar pedido de tutela de urgência não invalida o equívoco acerca da peça atribuída.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

488 - PROTOCOLO (8789406525) - INSCRIÇÃO (87801948383)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, é mantida a pontuação parcial.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Reavaliando toda a peça, não se vislumbra nenhum fundamento relacionado ao presente quesito. Não houve fundamentação acerca da indivisibilidade do bem, muito menos da necessidade de preservação da fração ideal de Simone. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta. No mesmo compasso, o candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão. Assim, é mantida a nota anteriormente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os pedidos apresentados pelo candidato estão incompletos. Correto seria formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

489 - PROTOCOLO (8789406535) - INSCRIÇÃO (87801974769)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

---

490 - PROTOCOLO (8789406557) - INSCRIÇÃO (87801965507)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça a "ação rescisória", quando já havia o recurso de apelação interposto. Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Destaca-se que até incluir fato inexistente (trânsito em julgado de decisão pendente de recurso) consta como "fato". Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os

critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que o candidato confundiu os atos judiciais de citação e intimação ao longo da peça apresentada, demonstrando impropriedade técnica quanto à diferenciação entre os institutos. A pontuação atribuída reflete fielmente o conteúdo efetivamente apresentado na resposta, que não abordou de forma adequada os elementos essenciais ao tema. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida, negando-se provimento ao pedido de alteração.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Diante dos pedidos formulados pelo candidato em prova e da ausência de similitude, é mantida a pontuação.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

---

491 - PROTOCOLO (8789406566) - INSCRIÇÃO (87801990307)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha silente acerca da identificação total da peça, ante ter fundamentado em artigo correto (igualmente silente quanto ao parágrafo 4º do mesmo artigo), foi atribuída a nota parcial. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. Ante todo o exposto, é mantida a nota atribuída.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,50 MANTIDA. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50%, a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 70% do valor da avaliação. Logo, mantida a nota parcial.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução e, consequentemente, a preservação de seu patrimônio pela violação do referido princípio ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Mantida a nota.

ITEM 13 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão, contudo, em parte. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Alterada a nota para 1 ponto.

---

492 - PROTOCOLO (8789406586) - INSCRIÇÃO (87801003698)
ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

493 - PROTOCOLO (8789406597) - INSCRIÇÃO (87801947261)
ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à quesitação diversa. E, ainda que fosse do presente quesito, carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto. Assim, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

494 - PROTOCOLO (8789406616) - INSCRIÇÃO (87801996526)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Nota parcial mantida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Razões de reforma estritamente correlacionadas à quesitação em que o candidato logrou parcial pontuação (1 ponto). Assim, ausentes as razões de acolhimento, não cabendo a análise dos fundamentos para a pertinência e avaliação no presente quesito, mantida a nota atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Como se verifica, as razões apontadas pelo candidato são inerentes às analisadas de quesitos diversos, ainda que se utilize da interpretação extensiva. A impropriedade do edital se revela que, o valor decorrente da alienação primeiramente é destinado ao coproprietário, no caso Simone e Marcelo, ex-marido, tudo isso sempre considerando o valor previsto no laudo de avaliação. O valor residual, após dedução do que pertence à Simone, será revertido ao exequente, para satisfazer o seu direito de crédito. Quando o valor do maior lance não superar sequer a quota-parte do coproprietário e da ex-cônjuge, não se realizará a alienação. Trata-se do mínimo a permitir a alienação. Assim, embora se permita até o percentual de 50% , a fixação do preço mínimo de arrematação em 50% da

avaliação configura evidente prejuízo à embargante, pois esta é proprietária de 60% da parcela ideal do imóvel e a arrematação em 50% da avaliação garante apenas a propriedade do executado e não gera qualquer benefício à Simone e nem à execução, impondo-se a fixação do valor mínimo de arrematação na segunda praça em montante superior a 60%- nem igual aos 60% e muito menos inferior- do valor da avaliação. Mantida a nota atribuída.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

495 - PROTOCOLO (8789406621) - INSCRIÇÃO (87801958692)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou a ausência de fundamentação clara e expressa quanto às razões para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo da embargante. Ressalte-se que a ausência de justificativa não pode ser suprida por dedução, interpretação ou silêncio eloquente do candidato, tampouco se pode atribuir ao examinador a responsabilidade de construir uma conclusão a partir de citações esparsas. A falta de demonstração do raciocínio lógico e da fundamentação necessária compromete a completude da resposta, razão pela qual é mantida a pontuação original.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

496 - PROTOCOLO (8789406628) - INSCRIÇÃO (87801011704)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que o candidato se limitou a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Essa abordagem insuficiente demonstra a ausência de aprofundamento e de conexão com o problema proposto, o que inviabiliza a atribuição da pontuação. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, A análise da resposta apresentada revelou que o candidato se limitou a mencionar os valores atribuídos à nota promissória e ao imóvel, sem justificar por que esses valores não poderiam garantir o direito de meação de Simone. A ausência de fundamentação detalhada, tanto em fatos quanto em direito, configura uma abordagem insuficiente para atender aos critérios exigidos pela questão. Essa abordagem insuficiente demonstra a ausência de aprofundamento e de conexão com o problema proposto, o que inviabiliza a atribuição da pontuação. Assim, como não foram apresentadas justificativas consistentes, a pontuação não pode ser atribuída, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não seria suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação integral. Além disso, foram apresentados outros pedidos que não possuíam qualquer correlação com a peça exigida, reforçando a inadequação da resposta.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do

artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

497 - PROTOCOLO (8789406641) - INSCRIÇÃO (87801963922)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

---

498 - PROTOCOLO (8789406642) - INSCRIÇÃO (87801976875)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto. Mantida a nota.

---

499 - PROTOCOLO (8789406670) - INSCRIÇÃO (87801966921)
ITEM 4 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

500 - PROTOCOLO (8789406677) - INSCRIÇÃO (87801009685)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato se equivocou ao identificar a peça cabível, atribuindo nomenclatura inadequada ao pedido de efeito suspensivo previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil. Esse erro compromete a precisão técnica exigida pela questão, não atendendo aos critérios necessários para a majoração da nota. Assim, nega-se provimento ao pedido de alteração, mantendo-se a pontuação originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação integral, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantém-se a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Assim, mantém-se a nota atribuída.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido apresentado de forma recursal para a atribuição de efeito suspensivo, sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º, e 300 do Código de Processo Civil, não preenche o requisito necessário para a pontuação. Além disso, foram apresentados outros pedidos que não possuíam qualquer correlação com a peça exigida, reforçando a inadequação da resposta.

---

501 - PROTOCOLO (8789406682) - INSCRIÇÃO (87801017966)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. Trata-se de pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1012, §§3º e 4º do CPC. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida. O candidato expressamente indicou como a peça correta a ação declaratória de nulidade, conforme linhas 7 e 8 da página 1. Desta forma, a

nota será mantida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de citação (linha 18), não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

---

502 - PROTOCOLO (8789406697) - INSCRIÇÃO (87801966476)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito, como aduz o candidato em suas razões de recurso. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma integral ou parcial, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Não seria o pedido de "anulação da segunda praça", assim como argumenta o candidato. Até porque estas razões são matérias de mérito em recurso. O pedido autônomo lança razões de probabilidade de que o recurso interposto será provido. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

503 - PROTOCOLO (8789406701) - INSCRIÇÃO (87801030503)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. Durante toda a peça apresentada, o candidato deixou de atender aos preceitos ortográficos e de pontuação, conforme se observa, por exemplo, nas linhas 28 a 30 da página 2, nas linhas 12 a 14, 17 a 18, e 23 da página 3, dentre outras. Assim, é mantida a pontuação atribuída.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Nas razões apresentadas pelo candidato, ficou demonstrada a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Essa omissão constitui falha essencial na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

504 - PROTOCOLO (8789406706) - INSCRIÇÃO (87801963940)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas mencionadas pelo candidato não correspondem à análise da questão em voga, pois não apresentam correlação com o que é exigido para fins de pontuação. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

505 - PROTOCOLO (8789406707) - INSCRIÇÃO (87801962059)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,50 MANTIDA. A resposta apresentada não foi devidamente fundamentada de forma integral, especialmente no que se refere à contemporaneidade da avaliação, apresentando fundamentação vaga e imprecisa. Assim, a pontuação parcial, diante dos elementos apresentados, é a mais correta.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

---

506 - PROTOCOLO (8789406715) - INSCRIÇÃO (87801958125)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. As linhas 27-30 da página pedem a suspensão da hasta pública. O pedido apresentado em sede de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo foi feito sem mencionar expressamente que se trata de efeito suspensivo ao recurso de apelação e sem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

507 - PROTOCOLO (8789406719) - INSCRIÇÃO (87801016668)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente das violações às necessárias intimações para a pontuação integral, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. A linha mencionada pelo candidato nada faz correlação com o exigido para fins de pontuação no presente quesito. Assim, a argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Dessa forma, por ausência de justificativa consistente, o pedido não merece prosperar, permanecendo inalterada a nota conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a informação, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. O candidato limitou-se de forma genérica, sem justificar por que esses valores não poderiam garantir o direito de meação de Simone. A ausência de fundamentação detalhada, tanto em fatos quanto em direito, configura uma abordagem insuficiente para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação. Essa abordagem insuficiente demonstra a ausência de aprofundamento e de conexão com o problema proposto, o que inviabiliza a atribuição da pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

508 - PROTOCOLO (8789406730) - INSCRIÇÃO (87801020969)
ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. Pede deferimento A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, bem como o local, conforme se verifica na linha 8 da página 3. Tais omissões comprometem a completude e a adequação técnica da peça, razão pela qual é mantida a nota originalmente atribuída.

---

509 - PROTOCOLO (8789406733) - INSCRIÇÃO (87801954291)
ITEM 3 - NOTA 0,50 MANTIDA. Muito embora tenha se equivocado acerca da identificação da peça, foi atribuída a nota parcial, ante ter fundamentado em artigo correto, sendo ao certo que o pedido é de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e não à sentença, como expressamente inseriu o candidato. Assim, mantida a pontuação parcial.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato revelou que esta está incompleta, não contendo menção aos requisitos necessários para o cabimento da peça, bem como deixando de abordar aspectos essenciais como o prazo e a forma de interposição. Ademais, menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. As menções feitas de forma esparsa e sem qualquer vinculação à matéria avaliada não são suficientes para ensejar a atribuição de pontuação, uma vez que não demonstram o domínio técnico exigido. Como se verifica, o candidato não apenas deixou de fundamentar, mas atribuiu a necessidade de pontuação através de menções esparsas e sem conexão com o avaliado. O próprio candidato reconhece que fez apenas a menção ao não conhecimento. Assim, mantida a pontuação originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. Acerca da intimação, não há o que reavaliar neste quesito. Quanto à tutela de urgência, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. Mantida a pontuação parcial.

---

510 - PROTOCOLO (8789406736) - INSCRIÇÃO (87801948605)
ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato expressamente atribuiu como peça o "agravo de instrumento". Considerando que o pedido de atribuição de efeito suspensivo é pedido autônomo, nos termos do artigo 1012 §§3º e4º do CPC, está equivocado o candidato em suas razões. O fato de mencionar pedido de medida liminar não invalida o equívoco acerca da peça atribuída. Sequer pode ser ventilada a possibilidade de fungibilidade ante a expressa previsão legal da peça exigida, configurando o erro grosseiro. Desta forma, a nota será mantida.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato como fundamento para a alteração da nota não guardam correspondência com o quesito necessário de cabimento exigido pela questão. O cabimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação deveria estar fundamentado, de forma expressa, no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, bem como acompanhado da exposição clara dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator. Diante dessa inadequação, mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Conforme página 1, os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao revisar toda a peça, não se observa nenhum pedido de tutela de urgência para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e nem a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, a passo que esta é considerada perfeita e acabada quando efetivada. O candidato, mais uma vez, trouxe razões e menções esparsas e desconexas. A argumentação apresentada no recurso não reflete o desempenho demonstrado na prova, tampouco fundamenta a alteração da pontuação inicialmente atribuída. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato, ao contrário do que afirma, expressamente fez pedido de suspensão de hasta pública, não formulando o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Configura, desta forma, o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou que, no fechamento da peça requerida, o candidato deixou de mencionar o pedido de deferimento, conforme se verifica nas linhas 24/25 da página 4. Assim, mantida a nota originalmente atribuída.

---

511 - PROTOCOLO (8789406744) - INSCRIÇÃO (87801996764)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. No quesito de cabimento, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação integral. Dessa forma, a nota parcial atribuída reflete adequadamente o conteúdo apresentado e é a melhor aferível, razão pela qual é mantida a pontuação originalmente conferida.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. A extração de frases ou palavras de forma aleatória, sem a devida contextualização e fundamentação, não atende aos critérios exigidos para a atribuição de pontuação. A resposta deve demonstrar efetiva compreensão e aplicação do conhecimento jurídico, e não apenas reproduzir termos isolados sem o desenvolvimento argumentativo necessário. As linhas mencionadas correspondem aos pedidos, não fazendo parte da avaliação deste quesito. Mantida a nota.

ITEM 13 - NOTA 1,00 MANTIDA. O correto é a concessão da tutela de urgência para atribuir o efeito suspensivo ao recurso de apelação, bem como, ao final, a confirmação em definitivo do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012 §§3º e 4º do CPC. Mantida a nota parcial.

512 - PROTOCOLO (8789406768) - INSCRIÇÃO (87801963823)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada. As linhas mencionadas não alteram em nada a avaliação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Assiste razão. Houve o preenchimento parcial, ainda que não mencionado o princípio de forma expressa.

---

513 - PROTOCOLO (8789406769) - INSCRIÇÃO (87801954333)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos foram expostos de maneira vaga, inconsistente e sem a devida descrição do problema proposto, demonstrando uma abordagem superficial e genérica. Além disso, a resposta limitou-se exclusivamente à discussão de matéria de mérito, sem considerar outros aspectos essenciais ao enfrentamento completo da questão, especialmente ao recurso de apelação somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Por essas razões, não se vislumbra justificativa para alteração da nota, que permanece conforme a avaliação original.

---

514 - PROTOCOLO (8789406780) - INSCRIÇÃO (87801030698)
ITEM 1 - NOTA 2,50 MANTIDA. De forma exaustiva, esta avaliadora tentou compreender e alcançar a legibilidade das razões apresentadas, porém sem êxito. Considerando a impossibilidade de avaliar plenamente o que foi escrito, inclusive nesta reavaliação, mantém-se a nota originalmente atribuída.

ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme dispõe a organização interna do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a atribuição de distribuir os feitos no Tribunal compete ao Presidente, podendo ser delegada ao Vice-Presidente. Nesse sentido, foram considerados corretos os endereçamentos direcionados tanto à Presidência quanto ao Vice-Presidente do Tribunal, com a respectiva atribuição de pontuação às respostas que atenderam a esse requisito.

ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato limitou-se a citar a indivisibilidade, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Vale observar que a mera reprodução de artigo de lei não acarreta pontuação. Essa abordagem insuficiente demonstra a ausência de aprofundamento e de conexão com o problema proposto, o que inviabiliza a atribuição da pontuação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Os princípios citados em recurso não são sinônimos do princípio da utilidade da execução e sequer fazem correlação. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. Nas razões apresentadas pelo candidato, ficou demonstrada a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º e artigo 300 do Código de Processo Civil. Essa omissão constitui falha essencial na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não foi evidenciado em nenhum dos pedidos apresentados pelo candidato o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação mediante tutela de urgência e, após, o pedido de confirmação em definitivo da tutela deferida, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

515 - PROTOCOLO (8789406782) - INSCRIÇÃO (87801033327)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota atribuída reflete fielmente a apresentação e a argumentação desenvolvida pelo candidato em sua resposta. Considerando que a fundamentação apresentada foi insuficiente para atender aos critérios necessários à atribuição da pontuação integral, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e o artigo 300 do Código de Processo Civil. Essa omissão constitui falha essencial na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, mantém-se a nota originalmente conferida.

---

516 - PROTOCOLO (8789406801) - INSCRIÇÃO (87801980056)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. As linhas mencionadas não atendem para fins de pontuação. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise da resposta apresentada, constatou-se que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Conforme linhas 25-30 da página, o candidato fez pedido de suspensão de hasta pública. Mantida a nota.

ITEM 14 - NOTA 0,50 MANTIDA. No ato de fechamento da peça, o candidato incluiu menção expressa à consignação de valor da causa, o que é incompatível com a natureza do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, configurando erro que inviabiliza a atribuição de pontuação. Assim, mantida a nota originalmente conferida.

---

517 - PROTOCOLO (8789406803) - INSCRIÇÃO (87801961730)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão, especialmente ao recurso de apelação, somente com efeito devolutivo, ante a revogação da tutela deferida anteriormente. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 7 - NOTA 0,50 MANTIDA. No mais, o candidato não abordou adequadamente as violações às necessárias intimações para a pontuação, deixando de apresentar justificativas e razões que fundamentassem o pedido de forma consistente. Mesmo tendo atribuído o ato processual como citação, ainda foi considerado para fins de pontuação. Ressalte-se que a mera menção ou colocação do tema como um tópico, sem a devida explanação ou argumentação, também não é suficiente para pontuação, pois não demonstra o domínio ou a compreensão do problema proposto.

ITEM 8 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso daquele avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão, em especial acerca da indivisibilidade do bem. A pontuação neste quesito foi parcial, uma vez que o candidato fundamentou na reserva da fração de Simone, mas deixou de argumentar sobre a indivisibilidade, aliado ao fato de que as razões elencadas para fins de alteração de nota fazem parte de outra avaliação em que o próprio candidato logrou pontuação condizente com as fundamentações apresentadas na peça. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão. Assim, a nota foi atribuída no âmbito do quesito correspondente à resposta apresentada, mantida inalterada a pontuação no quesito ora avaliado.

---

518 - PROTOCOLO (8789406806) - INSCRIÇÃO (87801964123)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. Após análise do pedido de revisão de nota, constatou-se que o candidato não apresentou uma descrição correta e detalhada dos fatos exigidos na questão, limitando-se a afirmar conceitos vagos e desconexos, sem demonstrar o domínio técnico necessário ou abordar de forma adequada os elementos essenciais do problema. Na verdade, nem parcialmente fora atendida para pontuação. Assim, antes a impossibilidade de alteração da nota atribuída sem preencher aos requisitos mínimos, mantem a nota anteriormente atribuída.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do pedido de revisão, verificou-se que a resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Dessa forma, mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 10 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Acolhido parcialmente ante a descrição da quota parte inerente para ser preservada.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Se trata do artigo 1012 CPC. Logo, não atende ao pleito.

---

519 - PROTOCOLO (8789406812) - INSCRIÇÃO (87801011434)
ITEM 6 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada evidenciou que os fatos narrados pelo candidato foram expostos de forma incompleta, sem abordar de maneira integral os elementos necessários para a resolução adequada da questão. Sequer houve menção ao recebimento da apelação sem o efeito suspensivo. Diante dessa limitação, a atribuição de nota parcial é a mais correta e condizente com os critérios estabelecidos, uma vez que a resposta não preencheu todos os requisitos exigidos.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Após análise do recurso, constatou-se que a resposta originalmente apresentada pelo candidato não demonstrou fundamentação ou argumentação técnica consistente, limitando-se a apontamentos superficiais e sem aprofundamento no problema proposto. Cumpre esclarecer que a apresentação de nova fundamentação no recurso, distinta daquela apresentada na prova, não viabiliza atribuição de pontuação, uma vez que a avaliação se restringe ao conteúdo originalmente exposto. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantém-se a nota originalmente conferida. Assim, mantém-se a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões apresentadas pelo candidato não correspondem aos fundamentos jurídicos de direito inerentes à resposta exigida pela questão. A ausência de correlação entre os argumentos expostos e os elementos jurídicos necessários compromete a adequação da resposta ao problema proposto, inviabilizando a alteração da pontuação. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Assim, mantém-se a nota originalmente atribuída.

ITEM 12 - NOTA 1,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a ausência do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação de forma expressa, conforme previsto no artigo 1.012, §§ 3º e 4º, e artigo 300 do Código de Processo Civil. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Essas omissões configuram falhas essenciais na abordagem do problema proposto, impedindo o atendimento aos critérios necessários para a atribuição da pontuação correspondente. Diante disso, a pontuação parcial se faz necessária.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise da resposta apresentada pelo candidato revelou a omissão em formular o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, seja mediante tutela de urgência, seja mediante pedido definitivo, nos termos do artigo 1.012, §§ 3º e 4º, combinado com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Tal omissão configura o não cumprimento dos requisitos necessários para a pontuação exigida, razão pela qual a nota originalmente conferida permanece inalterada.

---

520 - PROTOCOLO (8789406818) - INSCRIÇÃO (87801963600)
ITEM 3 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. De fato, não há exigência formal para que a apresentação dos requisitos na peça processual seja feita em partes separadas. No entanto, a estruturação adequada do texto é essencial para garantir a clareza e a identificação dos elementos necessários à análise do julgador. A correta organização da peça permite verificar de forma objetiva se houve o preenchimento dos requisitos relacionados ao cabimento e seus pressupostos. A ausência dessa estruturação compromete a compreensão e a avaliação do conteúdo. Ademias, constatou-se que o candidato não apresentou todos os requisitos necessários para o acolhimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, conforme exigido pelo artigo 1.012, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, tais quais: indicação dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento ou não do pleito pelo relator, o prazo e a forma de interposição. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a completude da fundamentação e, por consequência, impede a atribuição da pontuação. Ressalte-se que a mera transcrição, citação isolada de artigos de lei, menção de palavras isoladas ou constantes no espelho, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Assim, mantida a nota atribuída.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Os fatos na peça processual têm a finalidade de detalhar tudo o que foi realizado, avaliado e ocorrido nos autos do processo até o presente momento, não podendo ser vinculados única e exclusivamente ao mérito. A correta exposição dos fatos é essencial para fornecer um panorama claro do andamento processual, permitindo a adequada compreensão da controvérsia. A resposta apresentada pelo candidato não atendeu a esse requisito de forma completa, razão pela qual mantém-se a nota originalmente conferida.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise do recurso apresentado revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão (logrou 1 ponto). Constatou-se ainda que o candidato deixou de fundamentar a razão pela qual os bens seriam incapazes de garantir a cota-parte da coproprietária, elemento essencial para o adequado enfrentamento do tema proposto. A simples menção do percentual, sem desenvolver fundamentação

conexa ou apresentar os demais detalhes necessários para atender aos critérios exigidos pela questão. Da mesma forma, não houve abordagem da indivisibilidade do bem de forma autônoma e fundamentada, sem que estivesse relacionada à falta de intimação. Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A análise do recurso apresentado revelou que o conteúdo desenvolvido pelo candidato está relacionado a um quesito diverso do avaliado, não atendendo aos critérios específicos exigidos para o item em questão (logrou 1 ponto). Ademais, em momento algum asseverou o candidato acerca da impropriedade existente no edital de hasta pública. Além disso, frases que apenas mencionam termos constantes no espelho de correção, sem a devida fundamentação técnica e sem demonstrar um raciocínio lógico estruturado, não são suficientes para a atribuição de pontuação. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 1,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato mostrou-se incompleta, pois não abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido ser absorvido pelas custas e demais emolumentos em relação à meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Em razão dessa omissão, a avaliação limitou-se à atribuição de pontuação parcial, conforme os critérios previamente estabelecidos, mantendo-se a nota originalmente conferida.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido em sede de tutela de urgência deve conter expressamente a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação e a devida vinculação aos artigos 1.012, §§ 3º e 4º e 300 do Código de Processo Civil, não preenchendo, portanto, o requisito necessário para a pontuação desejada. Além disso, não houve explanação sobre o dano que poderia ser causado em caso de alienação do bem, nem sobre a dificuldade de reversão da arrematação, considerando que esta é considerada perfeita e acabada. Diante disso, mantida a nota originalmente conferida.

---

521 - PROTOCOLO (8789406825) - INSCRIÇÃO (87801033436)
ITEM 6 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Assiste razão ao candidato, uma vez que foram abordados todos os pontos relevantes para o quesito, em especial quanto ao efeito devolutivo do recurso de apelação, ante a revogação da tutela deferida anteriormente.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato demonstrou que a afirmativa sobre bem indivisível estava intrinsecamente ligada única e exclusivamente à falta de intimação (linhas 25-30 da página 2 e 1-8 da página 3), não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, em especial a preservação da fração ideal de Simone. Portanto, não é cabível a majoração da pontuação conforme requerida, considerando que a avaliação foi realizada de acordo com o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, é mantida a nota originalmente atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Novamente, o candidato apresenta as razões de recurso, os argumentos que estão intrinsecamente ligados à falta de intimação, não abordando de forma autônoma ou complementar outros aspectos necessários para a questão, como a reserva de fração ideal de Simone expressamente no edital. Assim, é mantida a nota atribuída.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta apresentada pelo candidato carece de fundamentação e argumentação técnica adequadas para a resolução do problema proposto, não havendo aprofundamento suficiente que demonstre domínio sobre o tema. Ressalte-se que a mera transcrição ou citação isolada de artigos de lei, sem a devida contextualização ou aplicação prática ao caso concreto, não é suficiente para atribuição de pontuação, conforme os critérios previamente estabelecidos. Sequer abordou todos os atributos inerentes ao princípio da utilidade na execução ou o porquê de o produto aferido não ser suficiente para garantir a meação de Simone, deixando de explorar de forma integral os elementos essenciais ao tema. Vide as razões de linhas 35-30 da página 2 e 1-8 da página 3 que denotam fundamentação exclusiva à falta de intimação (fato considerado para fins de pontuação ao candidato em quesito específico). Assim, é mantida a nota originalmente conferida.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera e exclusiva menção, sem a devida justificativa ou apresentação das razões, fundamentos fáticos e de direito, não acarreta a atribuição de pontuação. Da mesma forma, a análise isolada de um único termo, desprovida de argumentação, não é suficiente para atender aos critérios exigidos. No caso em análise, o candidato sequer mencionou a desatualização do laudo ou o transcurso do tempo de dois anos entre a avaliação e a contemporaneidade necessária, elementos essenciais para a abordagem do problema proposto. Além disso, as razões expostas pelo candidato não guardam correspondência com o conteúdo efetivamente apresentado na resposta avaliada. Não se considera como resposta válida a simples menção sem explicação e argumentação consistente, razão pela qual a pontuação originalmente atribuída permanece inalterada.

---

522 - PROTOCOLO (8789406831) - INSCRIÇÃO (87801034344)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Prova totalmente riscada, conduzindo à invalidação do que foi lançado como peça para fins de avaliação. Mantida a nota atribuída.

Questão 2 - Direito Processual Penal

1 - PROTOCOLO (8789401101) - INSCRIÇÃO (87801983396)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. Nada fala sobre a culpabilidade, ao abordar os maus antecedentes apresenta carência de técnica ao confundir com ações em andamento e quanto aos motivos a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

2 - PROTOCOLO (8789401114) - INSCRIÇÃO (87801946025)
ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Com razão. Demonstrou o conhecimento necessário acerca da ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

3 - PROTOCOLO (8789401126) - INSCRIÇÃO (87801945294)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

---

4 - PROTOCOLO (8789401130) - INSCRIÇÃO (87801945536)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Quanto a culpabilidade o candidato se limita a indicar que: "a culpabilidade de Pedro não excede aquela implícita no tipo penal que lhe fora imputado" Existem julgados nesse sentido? Algum princípio constitucional aplicável? (presunção de inocência) Igualmente em relação aos motivos. Fundamentação inexistente e trocar o produto do crime por droga não é comum à espécie.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se conhecimento acerca de decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

5 - PROTOCOLO (8789401133) - INSCRIÇÃO (87801030568)
ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

6 - PROTOCOLO (8789401137) - INSCRIÇÃO (87801945662)
ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter sido indicado razão do julgado do STJ, como, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos.

---

7 - PROTOCOLO (8789401146) - INSCRIÇÃO (87801962033)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

8 - PROTOCOLO (8789401150) - INSCRIÇÃO (87801956100)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade a fundamentação é falha e carente de técnica. A questão deixa claro que o juiz aumentou a pena em razão de ter cometido o crime quando cumpria liberdade provisória de outro processo, logo o fato é anterior ao analisado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou nem assinou a peça.

---

9 - PROTOCOLO (8789401178) - INSCRIÇÃO (87801945910)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade limitou-se o candidato a indicar que: "pois segundo o STJ o fato do agente ter cometido o crime no gozo de liberdade provisória em outro processo não é motivo para aumentar a pena-base." Quais as razões de decidir do STJ que aplicam-se ao presente caso? Há algum princípio constitucional a ser mencionado? (presunção de inocência). Igualmente quanto aos motivos. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação o candidato deveria demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

10 - PROTOCOLO (8789401191) - INSCRIÇÃO (87801944666)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A letra fria da lei não é capaz de permitir a imposição de regime diverso do fechado. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento acerca da jurisprudência, inclusive consolidada, das Cortes Superiores, vide súmula 269, STJ.

---

11 - PROTOCOLO (8789401214) - INSCRIÇÃO (87801978726)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

12 - PROTOCOLO (8789401215) - INSCRIÇÃO (87801963083)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não aponta os 4 requisitos, demonstra falta de conhecimento sobre o tema ao apontar que até 1 salário mínimo seria aplicado o princípio (quando em verdade o valor é 10/15% do salário mínimo). Quanto a possibilidade de aplicação ao caso concreto - A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

---

13 - PROTOCOLO (8789401225) - INSCRIÇÃO (87801969428)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. O candidato não aborda a possibilidade de aplicação da insignificância para réus reincidentes e furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade demonstra carência de técnica ao confundir liberdade provisória e livramento condicional.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

14 - PROTOCOLO (8789401230) - INSCRIÇÃO (87801961256)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,50. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

15 - PROTOCOLO (8789401235) - INSCRIÇÃO (87801991355)
ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Com parcial razão. Em relação a culpabilidade ausente fundamentação suficiente para pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

16 - PROTOCOLO (8789401246) - INSCRIÇÃO (87801986757)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

17 - PROTOCOLO (8789401249) - INSCRIÇÃO (87801996662)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao vincular a aplicação da atenuante com a sua utilização pelo juiz na sentença condenatória, o candidato indicou falta de atualização jurisprudencial. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

18 - PROTOCOLO (8789401273) - INSCRIÇÃO (87801969284)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

19 - PROTOCOLO (8789401286) - INSCRIÇÃO (87801015175)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Não há fundamentação nenhuma apresentada pelo candidato para aplicação da insignificância ao furto qualificado. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

20 - PROTOCOLO (8789401305) - INSCRIÇÃO (87801993031)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

21 - PROTOCOLO (8789401307) - INSCRIÇÃO (87801965606)
ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de

decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Como bem demonstrado pelo próprio recorrente em suas razões de recorrer, atacou apenas uma das três circunstâncias passíveis de serem atacadas.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

22 - PROTOCOLO (8789401308) - INSCRIÇÃO (87801009745)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. O candidato não aponta a possibilidade de aplicação do princípio ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ (que sequer foi citada), pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

---

23 - PROTOCOLO (8789401317) - INSCRIÇÃO (87801961784)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

24 - PROTOCOLO (8789401321) - INSCRIÇÃO (87801033300)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. A fundamentação referente ao motivo está incorreta. O tipo penal de furto não tipifica a conduta de quem furta para comprar drogas. Esperava-se do candidato fundamentação relacionada ao direito penal do fato, e não do autor e que se trata de questão de saúde pública, não de segurança pública.

---

25 - PROTOCOLO (8789401324) - INSCRIÇÃO (87801944949)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. A candidata limitou a indicar, em relação a culpabilidade, que: "Incabível agravar a pena base sob o pretexto de que o crime foi cometido durante o gozo de liberdade provisória. Tal fato não é suficiente para repercutir na culpabilidade." Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

26 - PROTOCOLO (8789401341) - INSCRIÇÃO (87801003698)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

27 - PROTOCOLO (8789401342) - INSCRIÇÃO (87801014734)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A falta ou falha da fundamentação leva a ausência ou desconto de pontuação. A candidata inicia sua resposta apontando súmula do STF que nada diz respeito a dosimetria da pena, mas sim ao regime prisional a ser aplicado: "A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada." A fundamentação para a aplicação da insignificância aos reincidentes está completamente equivocada. Ao reincidente específico também deve ser defendida a aplicação do princípio pois no Brasil utilizados o direito penal do fato, e não do autor. Quanto a possibilidade de aplicação do princípio aos casos de furto qualificado o candidato se limita a apontar que cabe e indicar que existem julgados, sem indicar a razão (fundamentar).

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. A fundamentação com relação a culpabilidade está equivocada e demonstra desconhecimento jurídico em relação ao instituto da reincidência. A liberdade provisória em outro processo não irá acarretar em reincidência.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar entendimento sumulado do STJ, quando o que se esperava era o entendimento mais recente da corte no sentido de que a confissão, ainda que parcial, extrajudicial, retratada, deve ser usada como atenuante de pena. O candidato indicou que isto estaria expresso na súmula, mas não está. A Súmula 545 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabelece que a confissão do réu deve ser considerada para a diminuição da pena, desde que seja utilizada pelo magistrado para fundamentar a condenação. Este entendimento bastava para pontuação parcial. Para pontuação total era necessário indicar que este entendimento evoluiu favoravelmente à defesa.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata cita súmula vinculante não aplicável ao caso, indica tratar-se de réu não reincidente, quando a questão indica expressamente que ele é reincidente e não há menção alguma na resposta a súmula 269 do STJ.

28 - PROTOCOLO (8789401389) - INSCRIÇÃO (87801948199)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a precedentes favoráveis sem adentrar nas razões de decidir que se aplicam ao caso é insuficiente para pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A única circunstância atacada com fundamentação suficiente para pontuação foi maus antecedentes.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

29 - PROTOCOLO (8789401398) - INSCRIÇÃO (87801944876)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Não basta apontar que existem julgados, necessário indicar as razões de decidir dos julgados da Corte ao caso em tela.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. a) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado; b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto; c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto. A letra de lei era insuficiente. Necessário apontar jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema. Ex.: Súm 269, STJ.

---

30 - PROTOCOLO (8789401411) - INSCRIÇÃO (87801948859)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao réu reincidente.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Existem qualificadoras de ordem subjetiva e a razão de decidir do STJ não foi essa, mas sim a posição topográfica entre os artigos de lei e a proporcionalidade. Apesar da afirmação verdadeira a fundamentação está equivocada, impedindo qualquer pontuação.

---

31 - PROTOCOLO (8789401419) - INSCRIÇÃO (87801948442)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. O julgado da Min. Daniela Teixeira é paradigmático quanto a insignificância e reincidência.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema. A letra da lei não bastava para conseguir outro regime diverso do fechado ao assistido.

---

32 - PROTOCOLO (8789401425) - INSCRIÇÃO (87801950858)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento do julgado do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

33 - PROTOCOLO (8789401431) - INSCRIÇÃO (87801948280)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

34 - PROTOCOLO (8789401466) - INSCRIÇÃO (87801956479)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato deixa de apresentar cabeçalho padrão: número dos autos, apelante, apelado.

ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não aponta os 4 requisitos e nem fundamenta a possibilidade de aplicação ao caso concreto.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

35 - PROTOCOLO (8789401467) - INSCRIÇÃO (87801961791)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao furto qualificado, mostra carência de técnica e fundamentação insuficiente para possibilitar a insignificância aos reincidentes.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

36 - PROTOCOLO (8789401477) - INSCRIÇÃO (87801980552)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao furto qualificado, mostra carência de técnica quanto aos argumentos para possibilitar a insignificância aos reincidentes.

---

37 - PROTOCOLO (8789401490) - INSCRIÇÃO (87801981448)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A súmula indicada pelo candidato nada tem a ver com o caso proposto. Súmula 630 do STJ - "A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio." Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

38 - PROTOCOLO (8789401521) - INSCRIÇÃO (87801018158)
ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato deixou de indicar a razão do não cabimento, fazendo jus a pontuação parcial.

---

39 - PROTOCOLO (8789401539) - INSCRIÇÃO (87801023961)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Esperava-se da candidata que indicasse e fundamentasse a possibilidade de aplicação da insignificância mesmo para réus reincidentes e casos de furto qualificado. A candidata se limitou a indicar os requisitos para a configuração do princípio.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. A candidata não justifica a impossibilidade de aumentar pelo motivo do crime.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Com parcial razão. Esperava-se o conhecimento da súmula 269, STJ.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não datou a peça.

---

40 - PROTOCOLO (8789401540) - INSCRIÇÃO (87801948971)
ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato não faz sequer menção ao artigo 600, CPP.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema. A letra da lei não bastava para conseguir outro regime diverso do fechado ao assistido.

---

41 - PROTOCOLO (8789401549) - INSCRIÇÃO (87801990775)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Com razão. A utilização da expressão (ainda que não fosse) demonstra conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

---

42 - PROTOCOLO (8789401591) - INSCRIÇÃO (87801968491)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não indica os 4 requisitos e A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. O candidato não aborda o direito penal do fato, o fato de que condutas atípicas repetidas não se tornam típicas, que quando a qualificadora for de ordem objetiva não existe razão para não aplicação da insignificância, etc. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

43 - PROTOCOLO (8789401596) - INSCRIÇÃO (87801964396)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545. O recorrente afirma que "Súmula 545, do STJ, a qual aduz que a confissão aplica-se mesmo quando espontâneas, parciais ou qualificadas, judiciais ou extrajudiciais, ainda que o réu se retrate." Isto não é verdade. Perceba: "Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal."

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

44 - PROTOCOLO (8789401617) - INSCRIÇÃO (87801962037)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

45 - PROTOCOLO (8789401622) - INSCRIÇÃO (87801967582)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato confunde liberdade provisória e livramento condicional. A fundamentação referente a culpabilidade é insuficiente e carente de técnica.

---

46 - PROTOCOLO (8789401631) - INSCRIÇÃO (87801949328)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação integral.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema. A letra da lei não bastava para conseguir outro regime diverso do fechado ao assistido.

---

47 - PROTOCOLO (8789401635) - INSCRIÇÃO (87801989532)
ITEM 2 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato não aponta cabeçalho de praxe com números dos autos, apelante, apelado.

ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de

acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao réu reincidente.

---

48 - PROTOCOLO (8789401646) - INSCRIÇÃO (87801950652)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao réu reincidente. A mera menção de que "existe precedente do STJ permitindo a aplicação do princípio da bagatela mesmo se tratando de reincidente em crime patrimonial" é insuficiente para pontuação integral.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação integral.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

49 - PROTOCOLO (8789401651) - INSCRIÇÃO (87801005895)
ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

50 - PROTOCOLO (8789401653) - INSCRIÇÃO (87801987500)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

---

51 - PROTOCOLO (8789401673) - INSCRIÇÃO (87801966896)
ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

52 - PROTOCOLO (8789401680) - INSCRIÇÃO (87801954861)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

53 - PROTOCOLO (8789401701) - INSCRIÇÃO (87801961542)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Carência de técnica na fundamentação. A súmula indicada nada tem a ver com o caso em tela. Súmula 630 do STJ - "A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio".

---

54 - PROTOCOLO (8789401702) - INSCRIÇÃO (87801961417)
ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

55 - PROTOCOLO (8789401704) - INSCRIÇÃO (87801990548)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

56 - PROTOCOLO (8789401718) - INSCRIÇÃO (87801970962)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

57 - PROTOCOLO (8789401740) - INSCRIÇÃO (87801953363)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

58 - PROTOCOLO (8789401744) - INSCRIÇÃO (87801947202)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Apenas mencionar que existem precedentes, sem indicar as razões de decidir dos julgados mencionados que se aplicam ao caso não gera pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral o candidato deveria demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

59 - PROTOCOLO (8789401753) - INSCRIÇÃO (87801949716)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação integral.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema. A letra da lei não bastava para conseguir outro regime diverso do fechado ao assistido.

---

60 - PROTOCOLO (8789401779) - INSCRIÇÃO (87801033477)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Apesar de indicar os 4 requisitos, não abordou e nem fundamentou a necessidade de aplicação do princípio para réus reincidentes nem para furto qualificado.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata indica que "Entende o STJ que o repouso noturno não seria uma causa de aumento de furto simples" quando em verdade o STJ afasta a causa de aumento quando do furto qualificado. Esperava-se da candidata apontar esse precedente e indicar a razão de decidir, qual seja, posição topográfica dos artigos de lei.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Sem menção nem fundamentação quanto ao tema.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata perdeu o prazo.

---

61 - PROTOCOLO (8789401790) - INSCRIÇÃO (87801952533)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente, necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

62 - PROTOCOLO (8789401791) - INSCRIÇÃO (87801990485)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Quanto a reincidência - A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Com parcial razão. Quanto a reincidência - A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

63 - PROTOCOLO (8789401801) - INSCRIÇÃO (87801960404)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado (indicando, por exemplo, que os tribunais tem entendido que quando a qualificadora for de natureza objetiva, como no caso, é plenamente possível a insignificância).

---

64 - PROTOCOLO (8789401802) - INSCRIÇÃO (87801946804)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação o candidato deveria demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

65 - PROTOCOLO (8789401834) - INSCRIÇÃO (87801967716)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

66 - PROTOCOLO (8789401842) - INSCRIÇÃO (87801964480)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao contrário do que alegado em recurso, em linha 30 de página 4 a data indicada pelo candidato é 29/05/2024. O candidato perdeu o prazo.

---

67 - PROTOCOLO (8789401843) - INSCRIÇÃO (87801945324)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Quanto ao furto qualificado ausente fundamentação. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Quanto a reincidência também ausente fundamentação e limita aos reincidentes não específicos, o que vai de encontro ao entendimento defensorial e ao direito penal do fato.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade ausente fundamentação suficiente: "gozo da liberdade provisória de outro nada tem a ver com a culpabilidade do agente" Por que? Quanto aos motivos, esperava-se do candidato abordar que trata-se de uma questão de saúde pública, demonstrar conhecimento acerca da diferença de direito penal do fato e do autor.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento sobre jurisprudência sumulada sobre o tema.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

68 - PROTOCOLO (8789401851) - INSCRIÇÃO (87801976175)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao furto qualificado, mostra carência de técnica quanto aos argumentos para possibilitar a insignificância aos reincidentes. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos - A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

69 - PROTOCOLO (8789401868) - INSCRIÇÃO (87801995854)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu

reincidente, deixou de fundamentar suficientemente quanto a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

70 - PROTOCOLO (8789401875) - INSCRIÇÃO (87801995860)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

71 - PROTOCOLO (8789401880) - INSCRIÇÃO (87801944955)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos do crime não há fundamentação suficiente para pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

72 - PROTOCOLO (8789401892) - INSCRIÇÃO (87801947598)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. A fundamentação com relação a reincidência é insuficiente e quanto ao furto qualificado inexiste.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário conhecimento de decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

73 - PROTOCOLO (8789401912) - INSCRIÇÃO (87801037946)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima esperava-se conhecimento acerca de decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

74 - PROTOCOLO (8789401914) - INSCRIÇÃO (87801034212)
ITEM 2 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato não indica número dos autos, apelante, apelado.

ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Com parcial razão. Apesar de nada mencionar sobre a culpabilidade, ataca o aumento pelos antecedentes e pelo motivo.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação total esperava-se do candidato que demonstrasse conhecimento acerca do entendimento do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. A fundamentação foi rasa e sequer citou a questão da posição topográfica dos artigos de lei, uma das principais razões de decidir do STJ.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Pela mera letra fria da lei o réu poderia sim ser condenado ao regime fechado pois reincidente. Era necessário recorrer ao entendimento dos Tribunais Superiores, inclusive sumulados (sum 269, STJ), para pontuar.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

75 - PROTOCOLO (8789401918) - INSCRIÇÃO (87801038954)
ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Com razão. Apesar de não ser a fundamentação esperada para o motivo das drogas (esperava-se abordar a teoria penal do fato, tratar-se de uma questão de saúde pública), o candidato fundamentou tecnicamente o afastamento dos motivos do crime.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Falta de fundamentação leva a falta de pontuação. Era necessário, no mínimo, indicar jurisprudência favorável.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato sequer citou o entendimento do STJ sobre a questão topográfica entre os artigos.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação máxima necessário indicar jurisprudência, inclusive sumulada, sobre a reincidência e o regime inicial de cumprimento de pena.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

76 - PROTOCOLO (8789401932) - INSCRIÇÃO (87801963318)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao furto qualificado, mostra carência de técnica quanto aos argumentos para possibilitar a insignificância aos reincidentes.

---

77 - PROTOCOLO (8789401938) - INSCRIÇÃO (87801982685)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 8 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

78 - PROTOCOLO (8789401949) - INSCRIÇÃO (87801987580)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

---

79 - PROTOCOLO (8789401956) - INSCRIÇÃO (87801028154)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

80 - PROTOCOLO (8789401963) - INSCRIÇÃO (87801944777)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Nada expõe sobre a aplicação aos reincidentes e nem fundamenta.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A candidata confunde os institutos da reincidência e dos maus antecedentes.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Não demonstrou conhecimento sobre jurisprudência, inclusive sumulada.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

81 - PROTOCOLO (8789401969) - INSCRIÇÃO (87801961387)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Quanto a reincidência, equivocou-se ao indicar que incabível para réus reincidentes específicos. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao furto qualificado, mostra carência de técnica quanto aos argumentos para possibilitar a insignificância aos reincidentes. Em uma visão defensorial alicerçada por julgados do STJ, independe se a pessoa é reincidente, multirreincidente, reincidente específico ou primário, pois aplica-se o direito penal do fato e fatos atípicos repetidos não se tornam típicos. A conduta atípica não passa a ser típica a depender do agente.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos o candidato acaba focando na confissão ao invés de atacar tecnicamente a circunstância motivo do art. 59, CP.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

82 - PROTOCOLO (8789402048) - INSCRIÇÃO (87801958796)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A afirmação de que "É suficiente que a confissão tenha servido de suporte para o entendimento do juiz para incidir a referida atenuante" é contrária a visão defensorial alicerçada em julgados do STJ que indicam que sequer precisa servir de suporte para o julgador. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545

---

83 - PROTOCOLO (8789402053) - INSCRIÇÃO (87801965281)
ITEM 8 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

84 - PROTOCOLO (8789402062) - INSCRIÇÃO (87801036781)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato fundamenta que deve haver a compensação pois houve utilização nas razões de decidir do julgador, quando o que se esperava era exatamente o entendimento de aumento do âmbito de incidência da súmula, entendendo o STJ que sequer precisa estar nas razões de decidir. O candidato também não demonstra conhecimento sobre julgado do STJ indicando que esta confissão pode se dar em qualquer fase, o que não está expresso na súmula indicada pelo candidato.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato sequer indicou a razão de decidir do STJ, o que descontou pontuação. Para pontuação integral deveria ter indicado a questão da posição topográfica dos artigos de lei.

---

85 - PROTOCOLO (8789402082) - INSCRIÇÃO (87801945343)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. O candidato nada abordou sobre a possibilidade de aplicação ao furto qualificado e quanto ao réu reincidente se limitou a indicar que "o fato de o réu ser reincidente não retira deste o direito visto que a reincidência não retira a insignificância da conduta, conforme entendimento dos Tribunais Superiores." Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral o candidato deveria ter mencionado as razões de decidir, como, por exemplo, a posição topográfica dos artigos de lei.

---

86 - PROTOCOLO (8789402123) - INSCRIÇÃO (87801948955)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente quanto a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado, indicando, por exemplo, aplicar-se aos casos de qualificadora de ordem objetiva.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema.

---

87 - PROTOCOLO (8789402127) - INSCRIÇÃO (87801996467)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

88 - PROTOCOLO (8789402148) - INSCRIÇÃO (87801974217)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu

reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

89 - PROTOCOLO (8789402167) - INSCRIÇÃO (87801945468)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Quanto a reincidência, o candidato indica que seria aplicável a insignificância por não se tratar de réu reincidente específico. Ocorre que, em uma visão da Defensoria Pública alicerçada por julgados do STJ, inclusive indicados no recurso, o verdadeiro direito penal do fato aplica-se independentemente de se tratar de reincidente específico, multirreincidente.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos do crime carente de fundamentação. Para pontuação esperava-se que o candidato abordasse o direito penal do autor, tratar-se de uma questão de saúde pública, e não de segurança pública...Além disso, a troca do produto furtado por droga não faz parte do tipo penal.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre jurisprudência sumulada sobre o tema.

---

90 - PROTOCOLO (8789402168) - INSCRIÇÃO (87801951104)
ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato não faz sequer menção ao artigo 600, CPP.

ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

91 - PROTOCOLO (8789402180) - INSCRIÇÃO (87801962107)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

92 - PROTOCOLO (8789402226) - INSCRIÇÃO (87801951091)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

93 - PROTOCOLO (8789402240) - INSCRIÇÃO (87801951514)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos carentes de técnica na fundamentação vez que o período depurador não se aplica aos maus antecedentes e jurisprudência consolidada já entendeu desta forma.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de

decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação integral.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

---

94 - PROTOCOLO (8789402251) - INSCRIÇÃO (87801949170)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema. A letra da lei não bastava para conseguir outro regime diverso do fechado ao assistido.

---

95 - PROTOCOLO (8789402259) - INSCRIÇÃO (87801945232)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento sobre jurisprudência sumulada sobre o tema.

---

96 - PROTOCOLO (8789402265) - INSCRIÇÃO (87801998975)
ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,50. Com parcial razão. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

97 - PROTOCOLO (8789402270) - INSCRIÇÃO (87801962947)
ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Com parcial razão. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

98 - PROTOCOLO (8789402300) - INSCRIÇÃO (87801947860)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

---

99 - PROTOCOLO (8789402307) - INSCRIÇÃO (87801944587)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Para pontuar o candidato necessitava, minimamente, indicar as razões de decidir dos julgados das cortes superiores que se aplicam ao caso em tela. Por que é permitida a aplicação da insignificância ao réu reincidente? Quando é permitida a aplicação da insignificância ao furto qualificado?

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

100 - PROTOCOLO (8789402316) - INSCRIÇÃO (87801950378)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado (explicitando a necessidade de tratar-se de qualificadora de ordem objetiva), deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao reincidente. Apenas mencionar a existência de julgados, sem indicar as razões de decidir aplicáveis ao caso concreto não gera pontuação.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento acerca de julgamento do STJ que afastou a causa de aumento do repouso noturno ao furto qualificado por questão topográfica e de proporcionalidade de penas.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. A letra fria da lei era incapaz de conseguir regime diverso do fechado para o assistido reincidente, sendo necessário, no mínimo, indicar entendimento sumulado do STJ aplicável perfeitamente ao caso (súmula 269).

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

101 - PROTOCOLO (8789402323) - INSCRIÇÃO (87801975737)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Com razão. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545, o que fez o recorrente, em linhas muito curtas, mas fez.

ITEM 9 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Com parcial razão. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

102 - PROTOCOLO (8789402336) - INSCRIÇÃO (87801945365)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não indicou os 4 requisitos nem fundamentou sobre a possibilidade de aplicação a réus reincidentes e furto qualificado. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato confunde os institutos da reincidência e dos maus antecedentes.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

---

103 - PROTOCOLO (8789402359) - INSCRIÇÃO (87801961129)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. Quanto aos maus antecedentes o candidato não explica a razão de não poder ser utilizado ("(considerando o transito em julgado" não basta para pontuar). Quanto aos motivos, o candidato acabou focando na confissão, e não em combater o aumento pelo motivo propriamente dito. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Com parcial razão. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

104 - PROTOCOLO (8789402367) - INSCRIÇÃO (87801958428)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao furto qualificado, mostra carência de técnica quanto aos argumentos para possibilitar a insignificância aos reincidentes. Em uma visão defensorial alicerçada por julgados do STJ, independe se a pessoa é reincidente, multirreincidente, reincidente específico ou primário, pois aplica-se o direito penal do fato e fatos atípicos repetidos não se tornam típicos. A conduta atípica não passa a ser típica a depender do agente.

---

105 - PROTOCOLO (8789402371) - INSCRIÇÃO (87801948831)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A fundamentação referente a reincidência é carente de técnica e não reflete a visão defensorial. Para os defensores do verdadeiro direito penal do fato independe se o agente é reincidente, primário, reincidente específico ou multirreincidente, pois o que se analisa é unicamente o fato. Fato atípico não passa a ser típico a depender do agente.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação.

ITEM 7 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 3,00. Com razão. O candidato aponta a questão da posição topográfica dos artigos, demonstrando conhecimento sobre julgado do STJ.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

106 - PROTOCOLO (8789402380) - INSCRIÇÃO (87801951243)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Fundamentação insuficiente e carente de técnica em relação a culpabilidade. Indicar meramente que "A culpabilidade deve ser afastada, pois processos em andamento não podem ser utilizados para aumentar a pena-base" é insuficiente para pontuar.

---

107 - PROTOCOLO (8789402386) - INSCRIÇÃO (87801033832)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios

previstos no edital.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Não fundamentou quanto a culpabilidade. Ela é sim uma das circunstâncias previstas no artigo 59. Esperava-se do candidato atacar o aumento em razão de responder em liberdade por outro processo pois afronta a presunção de inocência.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral esperava-se do candidato a demonstração de conhecimento quanto a decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

108 - PROTOCOLO (8789402418) - INSCRIÇÃO (87801984959)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto aos maus antecedentes apresenta carência de técnica ao indicar que o período depurador se aplicaria aos maus antecedentes e quanto aos motivos acaba focando na confissão ao invés de abordar tratar-se de questão de saúde pública, e não de segurança pública, resquício do direito penal do autor, etc.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

109 - PROTOCOLO (8789402438) - INSCRIÇÃO (87801970336)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

110 - PROTOCOLO (8789402468) - INSCRIÇÃO (87801983137)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

111 - PROTOCOLO (8789402495) - INSCRIÇÃO (87801945085)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não indicou a razão de ser incompatível, apenas mencionando isso e falta de fundamentação leva a falta de pontuação. Caso tivesse indicado, como fez no recurso, que existe "posição STJ à luz da leitura topográfica e princípio da proporcionalidade" a pontuação teria sido integral.

---

112 - PROTOCOLO (8789402518) - INSCRIÇÃO (87801986636)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

113 - PROTOCOLO (8789402524) - INSCRIÇÃO (87801949917)
ITEM 4 - NOTA 5,50 ALTERADA PARA 7,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios

previstos no edital.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema. A letra da lei não bastava para conseguir outro regime diverso do fechado ao assistido.

---

114 - PROTOCOLO (8789402527) - INSCRIÇÃO (87801961168)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

115 - PROTOCOLO (8789402530) - INSCRIÇÃO (87801963346)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

116 - PROTOCOLO (8789402541) - INSCRIÇÃO (87801978220)
ITEM 4 - NOTA 3,50 ALTERADA PARA 5,50. Com parcial razão. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 4 - NOTA 3,50 ALTERADA PARA 5,50. Com parcial razão. Quanto ao furto qualificado - A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

117 - PROTOCOLO (8789402563) - INSCRIÇÃO (87801965487)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao furto qualificado, mostra carência de técnica quanto aos argumentos para possibilitar a insignificância aos reincidentes.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

118 - PROTOCOLO (8789402575) - INSCRIÇÃO (87801970482)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a prova.

---

119 - PROTOCOLO (8789402607) - INSCRIÇÃO (87801961578)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Como apontado pela própria recorrente, ataca apenas uma das três circunstâncias passíveis de serem atacadas (maus antecedentes).

---

120 - PROTOCOLO (8789402623) - INSCRIÇÃO (87801949916)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Com parcial razão. Fundamentação insuficiente. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema. A letra da lei não bastava para conseguir outro regime diverso do fechado ao assistido.

---

121 - PROTOCOLO (8789402693) - INSCRIÇÃO (87801986068)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Quanto à possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado - A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

122 - PROTOCOLO (8789402697) - INSCRIÇÃO (87801945371)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar de forma suficiente quanto a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. A fundamentação quanto aos motivos da droga em verdade está na fundamentação para aplicação da insignificância, inclusive em tópico separado da "primeira fase da dosimetria da pena". Para pontuação integral a candidata deveria ter explicitado a impossibilidade de aumento da pena base quanto aos motivos.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação o candidato deveria ter mencionado as razões de decidir de julgado do STJ, como, por exemplo, a posição topográfica dos artigos de lei.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento sobre jurisprudência sumulada sobre o tema.

---

123 - PROTOCOLO (8789402708) - INSCRIÇÃO (87801976432)
ITEM 2 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.
ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato não faz sequer menção ao artigo 600, CPP. Este é o dispositivo legal da peça exigida (razões recursais).

ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não indica os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

124 - PROTOCOLO (8789402758) - INSCRIÇÃO (87801963021)
ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,50. Com parcial razão. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso. A súmula fala sobre regime semiaberto, não aberto.

---

125 - PROTOCOLO (8789402761) - INSCRIÇÃO (87801967824)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Em uma visão defensorial alicerçada por julgados do STJ, independe se a pessoa é reincidente, multirreincidente, reincidente específico ou primário, pois aplica-se o direito penal do fato e fatos atípicos repetidos não se tornam típicos. A conduta atípica não passa a ser típica a depender do agente.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545. O candidato vincula o reconhecimento da atenuante da confissão a sua utilização pelo juiz na sentença.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

126 - PROTOCOLO (8789402787) - INSCRIÇÃO (87801955203)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade a fundamentação carece de técnica, confundindo o instituto da liberdade provisória com o do livramento condicional.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

127 - PROTOCOLO (8789402832) - INSCRIÇÃO (87801012796)
ITEM 2 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato não indica número dos autos, apelante, apelado, que fazem parte do cabeçalho das razões recursais.

ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A fundamentação da aplicação da insignificância ao furto qualificado está equivocada. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato não abordou a motivação (compra de drogas).

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ (que sequer foi citada), pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A fundamentação esperada não era a falta de provas, até porque a questão não apontava para isso, mas sim a posição topográfica dos artigos.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

128 - PROTOCOLO (8789402836) - INSCRIÇÃO (87801010152)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. A fundamentação está totalmente equivocada. Não é em razão da ausência de violência que seria aplicado o princípio. O personagem era sim reincidente e mesmo assim era possível a aplicação do princípio e era exatamente isso que se esperava do candidato, o que não aconteceu.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato fundamentou corretamente apenas com relação a culpabilidade. Com relação aos antecedentes fez indicação ao período depurador de 5 anos da reincidência, mas nada falou sobre antecedentes muito antigos e direito ao esquecimento, o que se esperava. Com relação ao uso abusivo de drogas indicou que a confissão não teria sido utilizada, sendo esta fundamentação totalmente diversa da esperada, qual seja, que o direito aplicado deve ser o direito penal do fato, e não do autor e de que esta circunstância é uma questão de saúde pública, e não de segurança pública. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A fundamentação está equivocada. Tratava-se sim de réu reincidente.

---

129 - PROTOCOLO (8789402840) - INSCRIÇÃO (87801962159)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade a candidata apresenta carência de técnica ao confundir os institutos do livramento condicional e da liberdade provisória.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

130 - PROTOCOLO (8789402849) - INSCRIÇÃO (87801969361)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Quanto a possibilidade de aplicação no furto qualificado - A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

131 - PROTOCOLO (8789402859) - INSCRIÇÃO (87801945732)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

---

132 - PROTOCOLO (8789402863) - INSCRIÇÃO (87801950260)
ITEM 9 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Com parcial razão. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

133 - PROTOCOLO (8789402876) - INSCRIÇÃO (87801952793)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A fundamentação está equivocada e carente de técnica. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera letra fria da lei não é capaz de conseguir regime diverso do fechado para réu reincidente, sendo necessário para pontuar demonstrar conhecimento da jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

134 - PROTOCOLO (8789402887) - INSCRIÇÃO (87801946693)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação o candidato deveria demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

135 - PROTOCOLO (8789402891) - INSCRIÇÃO (87801948338)
ITEM 1 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 2,50. Com parcial razão. Letra quase ilegível, palavras grudadas, tópicos sem separação...

ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital..

ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato não faz sequer menção ao artigo 600, CPP.

ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não foram indicados os 4 requisitos nem abordado suficientemente a possibilidade de aplicação do princípio.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apenas quanto aos maus antecedentes houve fundamentação suficiente para pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Necessário conhecimento acerca de decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação integral.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A fundamentação não é "após o sol se pôr". A resposta técnica esperada era quanto a posição topográfica e proporcionalidade.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato deixou de datar a peça.

---

136 - PROTOCOLO (8789402894) - INSCRIÇÃO (87801946583)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital..

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

137 - PROTOCOLO (8789402905) - INSCRIÇÃO (87801020459)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não apontou os 4 requisitos apontados pelo STF. O candidato não aborda a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado, mencionando expressamente que precisaria desqualificar o furto para poder aplicar o princípio, o que está equivocado. A fundamentação em relação a reincidência está errada.

ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Com parcial razão. O candidato apontou a necessidade de reforma da sentença com relação a circunstância e aos antecedentes mas nada abordou sobre os motivos.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre recente decisão do STJ que supera a súmula 545, STJ.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se fundamentação técnica baseada em recentes julgados do STJ e na questão da posição topográfica dos artigos legais.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O réu é reincidente e esperava-se uma resposta técnica baseada em entendimento sumulado do STJ.

---

138 - PROTOCOLO (8789402912) - INSCRIÇÃO (87801962363)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

139 - PROTOCOLO (8789402941) - INSCRIÇÃO (87801962685)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato atacou de forma fundamentada e técnica apenas quanto a uma das três circunstâncias.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

140 - PROTOCOLO (8789402943) - INSCRIÇÃO (87801945757)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Não basta indicar que cabe o princípio ao caso em tela, deve haver minimamente uma fundamentação técnica, abordando, por exemplo, o direito penal do fato, precedentes que indicam a possibilidade de insignificância quando a qualificadora é de ordem objetiva, etc.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. "O motivo não é idôneo, deve ser afastado" não é suficiente para pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Deveria ter sido demonstrado conhecimento sobre jurisprudência consolidada, inclusive sumulada, não bastante menção a súmula, sem explicitar seu teor ou justificativa para aplicação ao caso concreto, para pontuação integral.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

141 - PROTOCOLO (8789402948) - INSCRIÇÃO (87801944521)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se, para pontuação mínima, demonstração de conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

---

142 - PROTOCOLO (8789402958) - INSCRIÇÃO (87801959748)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

---

143 - PROTOCOLO (8789402973) - INSCRIÇÃO (87801945411)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.
ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. Não há menção expressa ao art. 600, CPP.

ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não indicou os requisitos necessários para aplicação do princípio da insignificância e nem abordou nem fundamentou a possibilidade de aplicação deste princípio aos casos de réus reincidentes e furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Como informado pelo próprio recorrente, abordou apenas uma das 3 circunstâncias judiciais que poderiam ser atacadas. O candidato apenas fundamentou a retirada da circunstância maus antecedentes.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Esperava-se do candidato o entendimento mais recente do STJ no sentido de superação da súmula 545, sendo desnecessário que o juiz utilize a confissão nas suas razões de decidir. O candidato faz jus à pontuação parcial.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A fundamentação está equivocada. Não se trata de falta de provas até porque o enunciado não deixa margem para isso. A fundamentação que se esperava era técnica no sentido de impossibilidade por razão de posição topográfica dos artigos de lei.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato não aponta a data da peça apresentada. Em verdade a nota deveria ter sido zerada.

---

144 - PROTOCOLO (8789402974) - INSCRIÇÃO (87801949254)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

145 - PROTOCOLO (8789402979) - INSCRIÇÃO (87801996513)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

146 - PROTOCOLO (8789402995) - INSCRIÇÃO (87801970487)
ITEM 4 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 7,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

147 - PROTOCOLO (8789403022) - INSCRIÇÃO (87801956113)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indicou os 4 requisitos. Apenas mencionar que "de acordo com recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a reincidência, bem como a qualificadora não afastariam a aplicação do princípio da insignificância à luz de elementos concretos trazidos pelo caso concreto." é insuficiente para pontuação pois carente de fundamentação. Quais as razões de decidir do STJ que se aplicam ao caso concreto? Por que reincidência e qualificadora não são impeditivos para o reconhecimento da insignificância?

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

---

148 - PROTOCOLO (8789403024) - INSCRIÇÃO (87801023804)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato ao indicar que "jurisprudência aponta que se o juiz usa da confissão na sentença (o que ocorreu), deve ele considerar a atenuante" demonstra desconhecimento sobre recente decisão do STJ que aumenta o âmbito de incidência da súmula 545. Esperava-se este conhecimento.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se o conhecimento mínimo acerca do entendimento dos tribunais, como a súmula 269, STJ.

---

149 - PROTOCOLO (8789403028) - INSCRIÇÃO (87801945036)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre jurisprudência sumulada sobre o tema.

---

150 - PROTOCOLO (8789403038) - INSCRIÇÃO (87801947817)
ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

151 - PROTOCOLO (8789403060) - INSCRIÇÃO (87801984265)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não indicou os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato nada aborda sobre os motivos.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

152 - PROTOCOLO (8789403075) - INSCRIÇÃO (87801946303)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Não atacou o aumento da culpabilidade, questionando apenas o quantum de aumento, insuficiente para pontuação máxima.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral o candidato deveria demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

---

153 - PROTOCOLO (8789403086) - INSCRIÇÃO (87801002279)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se que a candidata apontasse que é inaplicável o aumento de pena do repouso noturno ao furto qualificado, ao invés disso indicou ser inaplicável ao furto privilegiado. Isto e a falta de fundamentação impedem a pontuação no quesito.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

154 - PROTOCOLO (8789403088) - INSCRIÇÃO (87801962275)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos do crime, a fundamentação foi insuficiente para pontuação. Esperava-se, para pontuação integral, que o candidato abordasse a questão do direito penal do fato e de tratar-se de questão de saúde pública

---

155 - PROTOCOLO (8789403105) - INSCRIÇÃO (87801008797)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A questão foi zerada por ausência de fundamentação. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ (que sequer foi citada), pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

---

156 - PROTOCOLO (8789403110) - INSCRIÇÃO (87801945930)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Mencionar que "eventual qualificadora ou reincidência não afastam, por si sós, a aplicação do princípio" não é suficiente para pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

157 - PROTOCOLO (8789403130) - INSCRIÇÃO (87801990354)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

158 - PROTOCOLO (8789403133) - INSCRIÇÃO (87801014658)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Toda a fundamentação utilizada é no sentido de aplicação do princípio ao réu reincidente (direito penal do fato, e não do autor), sem fundamentação sobre a possibilidade de aplicação ao furto qualificado. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Tempestivo, mas apresentada antes do prazo fatal.

---

159 - PROTOCOLO (8789403138) - INSCRIÇÃO (87801950402)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente (inclusive com parágrafo destinado unicamente a indicar as razões de decidir do julgado do STJ), deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção da existência de julgados favoráveis é insuficiente para pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A letra fria da lei era incapaz de conseguir regime diverso do fechado para o assistido reincidente, sendo necessário, no mínimo, indicar entendimento sumulado do STJ aplicável perfeitamente ao caso (súmula 269).

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

160 - PROTOCOLO (8789403145) - INSCRIÇÃO (87801945332)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

161 - PROTOCOLO (8789403158) - INSCRIÇÃO (87801993196)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu

reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Insuficiente e carente de técnica em relação a culpabilidade quando se limita a indicar que "deve ser afastada também em virtude da vedação da dupla punição pelos mesmos fatos".

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, ainda que mínima, esperava-se demonstração de conhecimento do julgado do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

162 - PROTOCOLO (8789403173) - INSCRIÇÃO (87801961908)
ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

163 - PROTOCOLO (8789403181) - INSCRIÇÃO (87801998661)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

164 - PROTOCOLO (8789403236) - INSCRIÇÃO (87801958947)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato vincula a atenuante a sua utilização pelo magistrado, o que é, em uma visão defensorial, desinteressante. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

165 - PROTOCOLO (8789403241) - INSCRIÇÃO (87801957229)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não fundamenta suficientemente sobre o afastamento da culpabilidade e sequer menciona os motivos.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

166 - PROTOCOLO (8789403248) - INSCRIÇÃO (87801957034)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato, como bem indicado no próprio recurso, ataca duas das três circunstâncias passíveis de serem combatidas. Nada fala sobre os motivos.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

167 - PROTOCOLO (8789403257) - INSCRIÇÃO (87801016454)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter indicado a razão do cabimento do princípio ao réu reincidente apontando que "A reiteração de uma conduta atípica não a torna típica", não há fundamentação para a aplicação ao furto qualificado. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

---

168 - PROTOCOLO (8789403258) - INSCRIÇÃO (87801030731)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não mencionou os 4 requisitos do princípio da insignificância e apenas indicou a possibilidade de aplicação do princípio aos casos de furto qualificado sem fundamentar. A ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

169 - PROTOCOLO (8789403262) - INSCRIÇÃO (87801973944)
ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

---

170 - PROTOCOLO (8789403274) - INSCRIÇÃO (87801019592)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Com relação a possibilidade de aplicação da insignificância à reincidência, limitou-se a candidata a apontar que "o fato de o apelante ser reincidente não é óbice para sua decretação, conforme entendimento do E. STJ." Por que? O que diz a decisão?

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Com parcial razão. Esperava-se o conhecimento mínimo acerca da súmula 269 do STJ.

---

171 - PROTOCOLO (8789403275) - INSCRIÇÃO (87801961724)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. Não citou expressamente os artigos de lei exigidos. Fundamentação legal da peça (art. 593, I e art. 600, CPP).

ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. O candidato não abordou nem justificou a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância quando há o furto em sua modalidade qualificada.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de ter citado a questão dos motivos do crime indicando que "merecia tratamento e não prisão", esta fundamentação é técnica e juridicamente insuficientes. Por que merecia tratamento e não prisão? Existe alguma lei que indique a necessidade de tratamento, e não de prisão? Falta de fundamentação leva a falta de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato faz menção ao direito ao silêncio, mas nada fala sobre a decisão do STJ que indicou a possibilidade de atenuação da pena mesmo quando a confissão é extrajudicial, o que era o ponto central da questão, justificando a pontuação parcial.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. O recorrente é sim reincidente e isto está exposto no enunciado. Esperava-se do candidato o conhecimento da súmula 269, STJ: "É admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais."

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

172 - PROTOCOLO (8789403282) - INSCRIÇÃO (87801968085)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

173 - PROTOCOLO (8789403293) - INSCRIÇÃO (87801967565)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Em uma visão defensorial alicerçada por julgados do STJ, independe se a pessoa é reincidente, multirreincidente, reincidente específico ou primário, pois aplica-se o direito penal do fato e fatos atípicos repetidos não se tornam típicos. A conduta atípica não passa a ser típica a depender do agente.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos ausente fundamentação técnica suficiente.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

174 - PROTOCOLO (8789403329) - INSCRIÇÃO (87801010181)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Falta de fundamentação leva a falta de pontuação. Com relação aos motivos o candidato se limitou a indicar que "a motivação não consta da instrução judicial, não podendo ser considerada"

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Fundamentação parcial é sinônimo de pontuação parcial.

ITEM 9 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

175 - PROTOCOLO (8789403330) - INSCRIÇÃO (87801994340)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a motivação - Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

176 - PROTOCOLO (8789403333) - INSCRIÇÃO (87801948818)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Não basta mencionar a existência de julgados sem indicar a sua aplicação ao caso concreto e as razões de decidir aplicáveis. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema.

---

177 - PROTOCOLO (8789403338) - INSCRIÇÃO (87801966276)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

178 - PROTOCOLO (8789403355) - INSCRIÇÃO (87801945602)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado, limitando-se a indicar que existem precedentes favoráveis.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral o candidato deveria demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

179 - PROTOCOLO (8789403365) - INSCRIÇÃO (87801963462)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Ausente fundamentação técnica suficiente quanto a culpabilidade.

---

180 - PROTOCOLO (8789403390) - INSCRIÇÃO (87801018286)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Como exposto pelo próprio recorrente, não há menção e nem fundamentação sobre a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Como exposto pelo próprio recorrente, abordou e fundamentou apenas 2 das 3 circunstâncias, merecendo a nota 2.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Com parcial razão. Esperava-se, além do entendimento sumulado do STF, entendimento do STJ, também sumulado, no sentido de que ao réu reincidente é possível o regime semiaberto.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

181 - PROTOCOLO (8789403415) - INSCRIÇÃO (87801990482)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

182 - PROTOCOLO (8789403437) - INSCRIÇÃO (87801962565)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

183 - PROTOCOLO (8789403440) - INSCRIÇÃO (87801996477)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Apenas mencionar que existem precedentes favoráveis é insuficiente para pontuação.

---

184 - PROTOCOLO (8789403457) - INSCRIÇÃO (87801038461)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Quanto a culpabilidade a candidata nada fundamenta. Igualmente quanto aos motivos.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral esperava-se conhecimento acerca de decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Falha na fundamentação. A candidata não citou nenhuma razão de decidir do STJ que aplica-se ao caso concreto. Sequer mencionou a questão da posição topográfica dos artigos de lei.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral esperava-se demonstração de conhecimento sobre jurisprudência, inclusive sumulada dos tribunais superiores, por exemplo, súmula 269, STJ, perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

185 - PROTOCOLO (8789403463) - INSCRIÇÃO (87801979079)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

186 - PROTOCOLO (8789403483) - INSCRIÇÃO (87801950558)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

187 - PROTOCOLO (8789403490) - INSCRIÇÃO (87801949051)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não faz sequer menção ao artigo 600, CPP.

ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. A candidata não indica os 4 requisitos e nem fundamenta de forma suficiente quanto a possiblidade de aplicação aos réus reincidentes e furto qualificado. Apenas mencionar a existência de julgados favoráveis, sem indicar as razões de decidir aplicáveis ao caso concreto é insuficiente para pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata não datou a peça.

188 - PROTOCOLO (8789403538) - INSCRIÇÃO (87801946184)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Apenas mencionar que existem precedentes, sem indicar as razões de decidir dos julgados mencionados que se aplicam ao caso não gera pontuação. Em uma visão defensorial, alicerçada em julgados do STJ, e de acordo com o verdadeiro direito penal dos fatos, independe se trata-se de réu reincidente, multirreincidente, reincidente específico ou primário. Conduta atípica não passa a ser típica a depender do agente.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. A fundamentação relativa aos maus antecedentes é carente de técnica e não reflete os julgados interessantes à defesa que tratam do direito ao esquecimento.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação o candidato deveria demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

189 - PROTOCOLO (8789403539) - INSCRIÇÃO (87801988507)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade mostra carência de técnica ao confundir a liberdade provisória e o livramento condicional.

---

190 - PROTOCOLO (8789403543) - INSCRIÇÃO (87801964630)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

191 - PROTOCOLO (8789403570) - INSCRIÇÃO (87801030926)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Com relação a qualificadora o candidato não fundamentou eficazmente. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Com relação aos motivos do crime o candidato se limitou a indicar que "o uso do produto do crime é pressuposto do tipo penal do furto" Ocorre que o produto do crime não foi utilizado, mas sim trocado por droga, o que faria com que a tese do candidato caísse por terra. Esperava-se que o candidato abordasse que o uso abusivo de drogas é uma questão de saúde pública, e não de segurança pública e que o direito penal aplicado deve ser o do fato, e não do autor.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato se limita a indicar que: "Regime. Afastadas as circunstâncias judiciais, agravante e causa de aumento, o regime inicial deve ser aberto. Mínima ofensividade da conduta. Precedentes STF. Subsidiariamente, semiaberto harmonizado, SV 53 do STF." Ocorre que a súmula vinculante citada em nada tem a ver com a questão. Perceba: "A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados." O candidato deveria, no mínimo, ter aprofundado sobre esses precedentes para indicar porque seriam aplicados também ao presente caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo. Em verdade, a pontuação deveria ter sido 0.

---

192 - PROTOCOLO (8789403576) - INSCRIÇÃO (87801962454)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indicou os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos do crime ausente fundamentação técnica suficiente. A mera menção a existência de tese favorável sem fundamentar e vincular as fundamentações da tese com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

193 - PROTOCOLO (8789403588) - INSCRIÇÃO (87801026839)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Esperava-se do candidato, para pontuação integral, entendimento recente do STJ que aumenta o âmbito de incidência da súmula 545, STJ.

---

194 - PROTOCOLO (8789403596) - INSCRIÇÃO (87801011233)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A candidata aponta que o princípio poderia ser aplicado pois não se trata de réu multirreincidente e não era esta a fundamentação esperada. Esperava-se que a candidata indicasse a teoria penal do fato, e não do autor, que um fato atípico repetido diversas vezes não o torna típico, etc. A Defensoria e julgados do STJ indicam que mesmo o multirreincidente tem direito a aplicação do princípio da insignificância, vez que não se analisa o sujeito, mas sim sua conduta.

ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ (que sequer foi citada), pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

195 - PROTOCOLO (8789403599) - INSCRIÇÃO (87801963115)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

196 - PROTOCOLO (8789403612) - INSCRIÇÃO (87801966624)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

197 - PROTOCOLO (8789403614) - INSCRIÇÃO (87801950028)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. A fundamentação relativa aos motivos é insuficiente para pontuação. Esperava-se que o candidato abordasse a questão do direito penal do fato, de tratar-se de questão de saúde pública, e não de segurança pública...

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

198 - PROTOCOLO (8789403639) - INSCRIÇÃO (87801949568)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não indica os 4 requisitos e nem fundamenta de forma suficiente quanto a possiblidade de aplicação aos réus reincidentes e furto qualificado. Apenas mencionar a existência de julgados favoráveis, sem indicar as razões de decidir aplicáveis ao caso concreto é insuficiente para pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

---

199 - PROTOCOLO (8789403643) - INSCRIÇÃO (87801964462)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Com parcial razão. A súmula indicada é sobre exame criminológico. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

200 - PROTOCOLO (8789403649) - INSCRIÇÃO (87801979578)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade confunde liberdade provisória e livramento condicional.

---

201 - PROTOCOLO (8789403650) - INSCRIÇÃO (87801011341)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A candidata não aborda a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado. Apenas aponta isso, mas sem fundamentar. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

202 - PROTOCOLO (8789403651) - INSCRIÇÃO (87801963960)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

203 - PROTOCOLO (8789403654) - INSCRIÇÃO (87801985737)
ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

204 - PROTOCOLO (8789403656) - INSCRIÇÃO (87801950223)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A merca indicação da existência de julgados favoráveis, sem indicar as razões de decidir destes julgados aplicáveis ao caso concreto não gera pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento do julgado do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

205 - PROTOCOLO (8789403670) - INSCRIÇÃO (87801998906)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

206 - PROTOCOLO (8789403671) - INSCRIÇÃO (87801944601)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Indicar que "quanto a culpabilidade são normais ao tipo" é insuficiente para pontuar. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Quanto aos maus antecedentes a fundamentação não expressa a jurisprudência mais atualizada e convergente com os ideais da Defensoria Pública, sequer tendo o candidato citado o direito ao esquecimento.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral o candidato deveria ter mencionado as razões de decidir, como, por exemplo, a posição topográfica dos artigos de lei.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

207 - PROTOCOLO (8789403678) - INSCRIÇÃO (87801973128)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A fundamentação quanto a possibilidade de aplicação da insignificância ao reincidente está equivocada. Esperava-se da candidata que mencionasse o direito penal do fato, decisão recente do STJ que confirma que uma conduta atípica repetida não a torna típica. Fundamentação rasa leva a desconto de pontuação. Ainda leva a crer que o reincidente específico não faria jus a insignificância, indo de encontro ao entendimento defensorial.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. A candidata indica que necessita influenciar no convencimento do juiz para ser considerada atenuante, o que vai de encontro a jurisprudência recente do STJ que supera a súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentada antes do prazo fatal.

---

208 - PROTOCOLO (8789403684) - INSCRIÇÃO (87801966009)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,50. Com parcial razão. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

209 - PROTOCOLO (8789403685) - INSCRIÇÃO (87801989379)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato confunde liberdade provisória e livramento condicional.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

210 - PROTOCOLO (8789403692) - INSCRIÇÃO (87801968667)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

211 - PROTOCOLO (8789403711) - INSCRIÇÃO (87801944566)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal. Linha 26 da página 3 o candidato indica a data 26 de maio de 2024.

---

212 - PROTOCOLO (8789403721) - INSCRIÇÃO (87801991075)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

---

213 - PROTOCOLO (8789403741) - INSCRIÇÃO (87801997285)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

214 - PROTOCOLO (8789403742) - INSCRIÇÃO (87801948190)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Com razão

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

215 - PROTOCOLO (8789403743) - INSCRIÇÃO (87801989553)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos maus antecedentes demonstrou carência de técnica e ausência de conhecimento da atualização jurisprudencial ao afirmar que "quanto aos maus antecedentes, o Supremo Tribunal Federal entende que também deve-se submeter ao período depurador"

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

216 - PROTOCOLO (8789403780) - INSCRIÇÃO (87801970305)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Com relação aos motivos o candidato acabou focando na confissão e não na circunstância judicial em si. Esperava-se demonstração de conhecimento de que trata-se de que questão de saúde pública, e não de segurança pública.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

217 - PROTOCOLO (8789403787) - INSCRIÇÃO (87801970457)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao furto qualificado, mostra carência de técnica quanto aos argumentos para possibilitar a insignificância aos reincidentes. Não cita o direito penal do fato, o fato de que condutas atípicas repetidas não tornam-se típicas...

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

218 - PROTOCOLO (8789403794) - INSCRIÇÃO (87801009041)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A questão foi zerada por ausência de fundamentação. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ (que sequer foi citada), pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Falta de fundamentação equivale a desconto de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

219 - PROTOCOLO (8789403820) - INSCRIÇÃO (87801945477)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

220 - PROTOCOLO (8789403821) - INSCRIÇÃO (87801952741)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

221 - PROTOCOLO (8789403833) - INSCRIÇÃO (87801968695)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

---

222 - PROTOCOLO (8789403856) - INSCRIÇÃO (87801944645)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A fundamentação utilizada para indicar a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente não é a congruente com a visão da Defensoria Pública nem com julgados do STJ. Esperava-se, para pontuação integral, que o candidato abordasse o direito penal do fato, e não do autor, e que demonstrasse conhecimento sobre decisão recente do STJ no sentido de que um fato atípico repetido não torna-se típico.

ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Quanto à culpabilidade limitou-se a indicar que "visto que o fato de o acusado ter cometido o crime durante o gozo de liberdade provisória em outro processo não aumenta a reprovabilidade ínsita ao tipo penal" Por que? Algum princípio constitucional indica essa impossibilidade de reprovação? (presunção de inocência) Com relação aos antecedentes, excelente exposição. Com razão em relação aos motivos.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

223 - PROTOCOLO (8789403861) - INSCRIÇÃO (87801962021)
ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

224 - PROTOCOLO (8789403870) - INSCRIÇÃO (87801952733)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

225 - PROTOCOLO (8789403884) - INSCRIÇÃO (87801961759)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

226 - PROTOCOLO (8789403886) - INSCRIÇÃO (87801962840)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação

do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

227 - PROTOCOLO (8789403904) - INSCRIÇÃO (87801014873)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar a possibilidade de aplicação da insignificância a réus reincidentes e a casos de furto qualificado mas deixou de fundamentar. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Ainda indica que o réu não é multirreincidente como se isto fosse um dos requisitos para aplicação do princípio da insignificância, quando o que se defende na Defensoria e em julgados do STJ é de que o direito penal a ser aplicado é do fato, e não do autor, o que levaria a desimportancia quanto ao passado criminal do agente.

---

228 - PROTOCOLO (8789403929) - INSCRIÇÃO (87801948605)
ITEM 4 - NOTA 5,50 ALTERADA PARA 7,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação integral.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema. Súmula 269 do STJ, perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

229 - PROTOCOLO (8789403936) - INSCRIÇÃO (87801961430)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. A súmula 545 não indica que independe de menção expressa do juiz da causa para ser reconhecida. Perceba: "SÚMULA N. 545

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

230 - PROTOCOLO (8789403941) - INSCRIÇÃO (87801019736)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. O candidato, com relação a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado, se limita a indicar que "os Tribunais Superiores também já admitiram a sua incidência nas hipóteses de furto qualificado, ainda que de forma excepcional" Que forma excepcional é essa? Por que os Tribunais assim decidiram? Essa excepcionalidade aplica-se ao caso em tela? Ainda, " a qualificadora da escalada, no caso concreto, não é apta a afastar os requisitos necessários para a incidência do instituto" Por que?

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

231 - PROTOCOLO (8789403946) - INSCRIÇÃO (87801992588)
ITEM 9 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Com razão. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

232 - PROTOCOLO (8789403956) - INSCRIÇÃO (87801945457)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade carente de fundamentação. Por que não agrava a reprovabilidade da conduta? Há julgados nesse sentido? Existe algum princípio constitucional que poderia ser usado de fundamento (presunção de inocência)

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre jurisprudência sumulada sobre o tema.

233 - PROTOCOLO (8789403959) - INSCRIÇÃO (87801962109)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indica os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apenas há fundamentação técnica e suficiente em relação a culpabilidade.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso. Conforme indicado expressamente no enunciado da questão tratava-se de réu reincidente, sendo a letra fria da lei incapaz de conseguir regime diverso do fechado.

---

234 - PROTOCOLO (8789403977) - INSCRIÇÃO (87801946283)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação o candidato deveria demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,50. Com parcial razão. Para pontuação integral deveria ter sido indicado razão do julgado do STJ, como, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se, no mínimo, demonstração de conhecimento acerca de entendimento sumulado do STJ. Súmula 269.

---

235 - PROTOCOLO (8789403981) - INSCRIÇÃO (87801996486)
ITEM 4 - NOTA 3,50 ALTERADA PARA 5,50. Com parcial razão. Quanto ao furto qualificado - Ausente fundamentação suficiente para pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

236 - PROTOCOLO (8789404003) - INSCRIÇÃO (87801965267)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545. O candidato vincula a atenuante da confissão a sua utilização pelo juiz na condenação, o que vai de encontro a visão defensorial alicerçada por julgados recentes do STJ.

---

237 - PROTOCOLO (8789404029) - INSCRIÇÃO (87801006126)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A questão foi zerada por ausência de fundamentação. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ, pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

---

238 - PROTOCOLO (8789404030) - INSCRIÇÃO (87801954946)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 8 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

239 - PROTOCOLO (8789404036) - INSCRIÇÃO (87801967719)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

240 - PROTOCOLO (8789404045) - INSCRIÇÃO (87801962435)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

241 - PROTOCOLO (8789404048) - INSCRIÇÃO (87801038936)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Como exposto pelo próprio recorrente, nada abordou sobre a culpabilidade.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral esperava-se conhecimento acerca de decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

242 - PROTOCOLO (8789404063) - INSCRIÇÃO (87801036871)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A fundamentação relativa a reincidência é equivocada. Pela decisão paradigmática do STJ sobre o tema e uma visão defensorial desimporta se trata-se de réu reincidente, primário, multirreincidente, reincidente específico, pois um fato atípico mesmo repetido jamais tornar-se-á típico e aplica-se o direito penal do fato, não do autor.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Conforme exposto na questão o apelante era sim reincidente e a mera letra fria da lei não faria com que ele cumprisse a pena em regime diverso do fechado. Esperava-se demonstração de conhecimento da jurisprudência, inclusive sumulada, das cortes superiores.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

243 - PROTOCOLO (8789404066) - INSCRIÇÃO (87801975766)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade ausente fundamentação técnica e suficiente.

---

244 - PROTOCOLO (8789404068) - INSCRIÇÃO (87801947199)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação o candidato deveria demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

245 - PROTOCOLO (8789404072) - INSCRIÇÃO (87801950175)
ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

246 - PROTOCOLO (8789404073) - INSCRIÇÃO (87801995619)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

247 - PROTOCOLO (8789404091) - INSCRIÇÃO (87801036174)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não foram abordados os requisitos do princípio e a mera menção a possibilidade de aplicação pela existência de julgados não basta para pontuar. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade o candidato não explicou tecnicamente a razão de não haver "incremento da culpa no fato imputado". Esperava-se, minimamente, menção ao princípio da presunção de inocência. Quanto aos motivos também não explicou a razão de impedir o incremento da pena, apenas indicando isso. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não indicou nenhuma razão de decidir do STJ. Esperava-se, no mínimo, mencionar a questão da topografia dos artigos de lei.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se, no mínimo, conhecimento da súmula 269, STJ, perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

248 - PROTOCOLO (8789404151) - INSCRIÇÃO (87801963965)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao contrário do alegado pela recorrente, a súmula 545, STJ, não vincula o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea ainda que seja extrajudicial, parcial ou qualificada. Perceba: "Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal." Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

249 - PROTOCOLO (8789404153) - INSCRIÇÃO (87801961083)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. A troca por entorpecentes não faz parte do "núcleo penal da conduta". A fundamentação quanto aos motivos carece de técnica.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

250 - PROTOCOLO (8789404164) - INSCRIÇÃO (87801953446)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não elenca os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato fundamenta suficientemente apenas com relação a 2 das 3 circunstâncias possíveis de serem atacadas.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento mínimo acera de jurisprudência sumulada sobre o tema.

ITEM 9 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Com parcial razão. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

251 - PROTOCOLO (8789404199) - INSCRIÇÃO (87801950271)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento do julgado do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

252 - PROTOCOLO (8789404206) - INSCRIÇÃO (87801961958)
ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato não faz sequer menção ao artigo 600, CPP.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

253 - PROTOCOLO (8789404210) - INSCRIÇÃO (87801014910)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A candidata indica que seria cabível o referido princípio pois o crime foi cometido sem violência ou grave ameaça. Isto é inerente ao crime de furto. A candidata se limita a indicar a possibilidade de aplicação do princípio sem justificar. Ausência de pontuação reflete a ausência de fundamentação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. A candidata sequer citou a questão da posição topográfica dos artigos de lei. Fundamentação parcial leva a pontuação parcial.

---

254 - PROTOCOLO (8789404211) - INSCRIÇÃO (87801961567)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos mostra carência de técnica e visão equivocada de julgados importantes do STF. Em verdade apenas a posse de uma pequena quantidade de uma certa droga é que, em tese, sofreu descriminalização. Comprar drogas para consumo pessoal, salvo até 40 gramas de maconha e nítido tratar-se de usuário, continua sendo crime. Afirmar o contrário é estar na contramão dos entendimentos jurisprudenciais.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

255 - PROTOCOLO (8789404229) - INSCRIÇÃO (87801968096)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

---

256 - PROTOCOLO (8789404290) - INSCRIÇÃO (87801009571)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. O candidato não justificou a razão da possibilidade de aplicação do princípio ao furto qualificado, apenas mencionando essa possibilidade. Falta de fundamentação é sinônimo de falta de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ (que sequer foi citada), pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

---

257 - PROTOCOLO (8789404292) - INSCRIÇÃO (87801962757)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade, ausente fundamentação técnica suficiente.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata não datou a peça.

---

258 - PROTOCOLO (8789404302) - INSCRIÇÃO (87801962510)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação integral.

---

259 - PROTOCOLO (8789404303) - INSCRIÇÃO (87801964034)
ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. A súmula 269 do STJ nada fala sobre regime aberto. Súmula 269: "É admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos se favoráveis as circunstâncias judiciais."

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

260 - PROTOCOLO (8789404304) - INSCRIÇÃO (87801967738)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

261 - PROTOCOLO (8789404305) - INSCRIÇÃO (87801975752)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não apresenta o cabeçalho de praxe, apontando número dos autos, apelante, apelado.

ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

---

262 - PROTOCOLO (8789404307) - INSCRIÇÃO (87801963838)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Com relação a culpabilidade o candidato confunde os institutos da liberdade provisória e do livramento condicional.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 3,00. Com razão. Para pontuação integral, necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545, o que fez o candidato.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

263 - PROTOCOLO (8789404324) - INSCRIÇÃO (87801961756)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

264 - PROTOCOLO (8789404346) - INSCRIÇÃO (87801953706)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

---

265 - PROTOCOLO (8789404352) - INSCRIÇÃO (87801953969)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente quanto a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545. Ao contrário do alegado pelo candidato, a súmula não prevê expressamente a possibilidade de utilização de confissão extrajudicial e limita sua incidência quando há nas razões de decidir do julgador menção à confissão.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

266 - PROTOCOLO (8789404367) - INSCRIÇÃO (87801964861)
ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

267 - PROTOCOLO (8789404371) - INSCRIÇÃO (87801967314)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos ausente fundamentação técnica suficiente.

---

268 - PROTOCOLO (8789404375) - INSCRIÇÃO (87801039373)
ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. Não houve menção expressa ao artigo 600, CPP.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar entendimento sumulado do STJ, quando o que se esperava era o entendimento mais recente da corte no sentido de que a confissão, ainda que parcial, extrajudicial, retratada, deve ser usada como atenuante de pena, mesmo que não utilizada pelo julgador em seu convencimento. A Súmula 545 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabelece que a confissão do réu deve ser considerada para a diminuição da pena, desde que seja utilizada pelo magistrado para fundamentar a condenação. Este entendimento bastava para pontuação parcial. Para pontuação total era necessário indicar que este entendimento evoluiu favoravelmente à defesa.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Fundamentação parcial leva a pontuação parcial.

---

269 - PROTOCOLO (8789404427) - INSCRIÇÃO (87801945133)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

270 - PROTOCOLO (8789404435) - INSCRIÇÃO (87801960035)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indica os 4 requisitos e não fundamenta a possibilidade de aplicação a réus reincidentes e furtos qualificados.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Na linha 29 da página 4, apesar de quase ilegível, aparentemente o candidato indica o dia correto de apresentação da peça (28)

---

271 - PROTOCOLO (8789404439) - INSCRIÇÃO (87801944827)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Não basta citar que existem julgados nesse sentido, para pontuar necessário indicar as razões de decidir dos julgados das Cortes Superiores aplicáveis ao caso concreto. Direito Penal do fato, fatos atípicos repetidos não se tornam típicos...

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

---

272 - PROTOCOLO (8789404440) - INSCRIÇÃO (87801965347)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não indicou os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

273 - PROTOCOLO (8789404441) - INSCRIÇÃO (87801987866)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,50. Com parcial razão. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

274 - PROTOCOLO (8789404475) - INSCRIÇÃO (87801038814)
ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausentes fundamentos, confunde reincidência e maus antecedentes, indicando ausência de técnica.

Não há possibilidade de pontuação, ainda que mínima.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima esperava-se conhecimento acerca de decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

275 - PROTOCOLO (8789404479) - INSCRIÇÃO (87801964257)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

276 - PROTOCOLO (8789404482) - INSCRIÇÃO (87801038676)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Fundamentação insuficiente quanto a culpabilidade. Afirmar que "é intrínseca às circunstâncias do delito praticado" não é fundamentação suficiente. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

---

277 - PROTOCOLO (8789404483) - INSCRIÇÃO (87801991979)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

278 - PROTOCOLO (8789404497) - INSCRIÇÃO (87801000964)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. A questão foi considerada parcialmente correta, pois esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ, pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena. O candidato ao invés de indicar que "O juízo incorre em injustiça epistêmica ao considerar a confissão quando da análise dos motivos do crime, mas desconsiderá-la como atenuante." poderia ter apresentado a solução de que este reconhecimento pelo juízo seria até desnecessário para a aplicação da atenuante. Neste caso a pontuação seria integral.

---

279 - PROTOCOLO (8789404499) - INSCRIÇÃO (87801009123)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A questão foi zerada por ausência de fundamentação. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ (que sequer foi citada), pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

280 - PROTOCOLO (8789404508) - INSCRIÇÃO (87801983946)
ITEM 2 - NOTA 0,13 MANTIDA. A candidata apresenta carência de técnica ao elaborar razões recursais ao Juízo de 1º grau, quando o enunciado deixava claro a dispensa da interposição.

ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Em uma visão defensorial alicerçada por julgados do STJ, independe se a pessoa é reincidente, multirreincidente, reincidente específico ou primário, pois aplica-se o direito penal do fato e fatos atípicos repetidos não se tornam típicos. A conduta atípica não passa a ser típica a depender do agente.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação

do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

281 - PROTOCOLO (8789404511) - INSCRIÇÃO (87801961367)
ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

282 - PROTOCOLO (8789404542) - INSCRIÇÃO (87801965247)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade apresente carência de técnica ao confundir livramento condicional e liberdade provisória.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

283 - PROTOCOLO (8789404553) - INSCRIÇÃO (87801003116)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. A questão foi parcialmente pontuada pois esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ, pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Ao contrário do alegado, não houve "construção do raciocínio do candidato".

---

284 - PROTOCOLO (8789404556) - INSCRIÇÃO (87801962847)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade carente de fundamentação técnica.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

285 - PROTOCOLO (8789404557) - INSCRIÇÃO (87801037876)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. O candidato não indicou as razões de decidir do STF que se aplicam ao caso em tela.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima esperava-se conhecimento acerca de decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário indicar razões de decidir do julgado do STJ aplicável ao caso.

---

286 - PROTOCOLO (8789404564) - INSCRIÇÃO (87801002615)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A questão foi zerada por ausência de fundamentação. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ (que sequer foi citada), pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

287 - PROTOCOLO (8789404567) - INSCRIÇÃO (87801961480)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A única circunstância com fundamentação técnica e suficiente para pontuação foram os maus antecedentes. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. A súmula 269 nada aborda sobre regime aberto.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

288 - PROTOCOLO (8789404610) - INSCRIÇÃO (87801964846)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade a fundamentação confunde institutos jurídicos e é carente de técnica.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

289 - PROTOCOLO (8789404615) - INSCRIÇÃO (87801954363)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não indicou os 4 requisitos e sequer mencionou a possibilidade de aplicação para réu reincidente e furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade fundamentação insuficiente e carente de técnica.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

290 - PROTOCOLO (8789404619) - INSCRIÇÃO (87801963237)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O réu é reincidente conforme expresso no enunciado e a letra fria da lei é insuficiente para conseguir regime diverso do fechado. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

291 - PROTOCOLO (8789404629) - INSCRIÇÃO (87801944944)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. O candidato não justifica a razão de não haver óbice à incidência da insignificância no furto qualificado. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,50. Com razão. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

292 - PROTOCOLO (8789404631) - INSCRIÇÃO (87801996202)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação sobre a possibilidade de aplicação do princípio ao furto qualificado gerou o desconto da nota. Bastava indicar que há decisões nesse sentido quando a qualificadora é de ordem objetiva. Isto ocuparia menos de uma linha e permitiria a pontuação integral.

---

293 - PROTOCOLO (8789404639) - INSCRIÇÃO (87801990270)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

---

294 - PROTOCOLO (8789404648) - INSCRIÇÃO (87801975322)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Nota majorada, mas a peça esperada jamais foi "ALEGAÇÕES POR MEMORIAS" como indica o recorrente.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

295 - PROTOCOLO (8789404661) - INSCRIÇÃO (87801962683)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao furto qualificado, mostra carência de técnica quanto aos argumentos para possibilitar a insignificância aos reincidentes.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Quando o candidato afirma que "e a confissão serviu para fundamentar a decisão" demonstra falta de atualização jurisprudencial e deixa a utilização da atenuante dependente de seu uso pelo magistrado. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

296 - PROTOCOLO (8789404668) - INSCRIÇÃO (87801985661)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao réu reincidente, mostra carência de técnica quanto aos argumentos para possibilitar a insignificância ao furto qualificado.

---

297 - PROTOCOLO (8789404700) - INSCRIÇÃO (87801010470)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. O candidato não indicou a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado e fundamentou erroneamente sobre a reincidência. Mesmo o reincidente específico pode fazer jus a atipicidade penal pois algo atípico repetido inúmeras vezes não se torna típico e pela aplicação do direito penal do fato, e não do autor.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ, pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

---

298 - PROTOCOLO (8789404712) - INSCRIÇÃO (87801981140)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 3,00. Com razão. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545, o que fez o candidato, apesar de ter mencionado a necessidade de ser utilizada para o convencimento do julgador para ser considerada, o que é defensorialmente desinteressante.

---

299 - PROTOCOLO (8789404723) - INSCRIÇÃO (87801962674)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Apesar de ter indicado os 4 requisitos, não fundamenta suficientemente a possibilidade de aplicação a furto qualificado e réu reincidente.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,50. Com parcial razão. O candidato aponta que deve ser utilizada a confissão mesmo que haja retratação judicial, indicando atualização jurisprudencial. Contudo, para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

300 - PROTOCOLO (8789404742) - INSCRIÇÃO (87801963164)
ITEM 2 - NOTA 0,13 MANTIDA. Ausente o cabeçalho de praxe com número do processo, apelante e apelado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545. O candidato afirma que a confissão será atenuante "uma vez utilizada na fundamentação" quando em verdade independe da utilização pelo magistrado para atenuar a pena conforme decisão recente do STJ.

---

301 - PROTOCOLO (8789404744) - INSCRIÇÃO (87801025525)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. O candidato não aborda e nem justifica a possibilidade de aplicação da insignificância aos casos de furto qualificado. Com relação ao réu reincidente indica que "A reincidência em crime patrimonial não impede a aplicação do princípio, já que não caracteriza a multirreincidência" Logo, o multirreincidente não teria direito a aplicação do princípio? Isto vai de encontro a teses defensoriais e julgados do STJ.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Não fundamentou o pedido do semiaberto. Esperava-se o conhecimento da súmula 269, STJ.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

302 - PROTOCOLO (8789404752) - INSCRIÇÃO (87801016032)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Não há qualquer fundamentação para a aplicação do princípio aos réus reincidentes e ao furto qualificado, tendo se limitado a candidata a apontar que "atualmente, o entendimento do STJ é de que é possível a aplicação do referido princípio tanto no caso de furto qualificado como também no caso de o réu ser reincidente." Por qual razão? Qual a fundamentação jurídica? Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

303 - PROTOCOLO (8789404760) - INSCRIÇÃO (87801966384)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indica os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

304 - PROTOCOLO (8789404785) - INSCRIÇÃO (87801012028)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. O candidato apenas menciona a possibilidade de aplicação do princípio ao furto qualificado sem fundamentar. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

305 - PROTOCOLO (8789404801) - INSCRIÇÃO (87801948131)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Apenas mencionar que existem julgados favoráveis sem indicar as razões de decidir destes que se aplicam ao caso concreto é insuficiente para pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato nada abordou sobre a culpabilidade.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Necessário para pontuação integral conhecimento de decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

306 - PROTOCOLO (8789404812) - INSCRIÇÃO (87801961415)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

307 - PROTOCOLO (8789404814) - INSCRIÇÃO (87801963801)
ITEM 2 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato endereçou a interposição (que era inclusive dispensável) ao Tribunal de Justiça, demonstrando ausência de técnica. A peça de interposição era dispensável, mas quando realizada, o endereçamento deveria ser o correto.

ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indica os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade ausente fundamentação suficiente. Quanto aos antecedentes mostra carência de técnica e confunde reincidência e maus antecedentes.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

ITEM 2 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato na peça de interposição (que era dispensável) apresenta endereçamento incorreto, demonstrando carência de técnica.

ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indicou os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade ausente fundamentação técnica suficiente. Quanto aos antecedentes confunde reincidência e maus antecedentes.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

308 - PROTOCOLO (8789404838) - INSCRIÇÃO (87801961415)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

309 - PROTOCOLO (8789404839) - INSCRIÇÃO (87801950604)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

310 - PROTOCOLO (8789404853) - INSCRIÇÃO (87801999125)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de

decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

311 - PROTOCOLO (8789404880) - INSCRIÇÃO (87801961672)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apenas quanto aos maus antecedentes há fundamentação suficiente e técnica.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

312 - PROTOCOLO (8789404883) - INSCRIÇÃO (87801975444)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não há indicação dos 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade - Ausente fundamentação técnica suficiente para pontuação. Ao contrário do alegado pelo recorrente, em linhas 1-6 da página 3, nada aborda sobre processos em andamento, se limitando a atacar o aumento pelos motivos, única circunstância efetivamente atacada de forma técnica e fundamentada, logo pontuada.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

313 - PROTOCOLO (8789404969) - INSCRIÇÃO (87801961741)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

314 - PROTOCOLO (8789404992) - INSCRIÇÃO (87801959994)
ITEM 2 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato não apresentou cabeçalho de praxe indicando número dos autos, apelante, apelado. Como não houve interposição, e realmente não era necessário, precisava do cabeçalho nas razões.

ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A súmula 269 trata do regime semiaberto.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

315 - PROTOCOLO (8789405002) - INSCRIÇÃO (87801986000)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indicou os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Nao indica os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não datou a peça.

---

316 - PROTOCOLO (8789405049) - INSCRIÇÃO (87801982501)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente quanto a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

317 - PROTOCOLO (8789405050) - INSCRIÇÃO (87801954624)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao réu reincidente. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação integral.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento sobre entendimento sumulado do STJ perfeitamente aplicável ao caso, súmula 269, STJ.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

318 - PROTOCOLO (8789405104) - INSCRIÇÃO (87801989655)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não mencionou os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Em uma visão defensorial alicerçada por julgados do STJ, independe se a pessoa é reincidente, multirreincidente, reincidente específico ou primário, pois aplica-se o direito penal do fato e fatos atípicos repetidos não se tornam típicos. A conduta atípica não passa a ser típica a depender do agente.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

319 - PROTOCOLO (8789405108) - INSCRIÇÃO (87801963775)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

320 - PROTOCOLO (8789405135) - INSCRIÇÃO (87801970894)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

321 - PROTOCOLO (8789405139) - INSCRIÇÃO (87801018965)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Não há menção a nenhum artigo de lei, nenhum julgado e nem é construído um raciocínio sobre o tema.

---

322 - PROTOCOLO (8789405141) - INSCRIÇÃO (87801034043)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A fundamentação foi equivocada. Esperava-se demonstração de conhecimento de julgado do STJ que afasta a causa de aumento ao furto qualificado por uma questão de topografia dos artigos de lei.

---

323 - PROTOCOLO (8789405149) - INSCRIÇÃO (87801949402)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato sequer menciona os motivos do crime.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação.

---

324 - PROTOCOLO (8789405151) - INSCRIÇÃO (87801963104)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Afirmar que "a presença da qualificadora da escalada também não impede a insignificância (STJ)" é insuficiente para pontuação integral. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos ausente fundamentação técnica suficiente.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ao afirmar que "quando o juiz a utiliza como argumento para a condenação" demonstra falta de conhecimento atualizado da jurisprudência. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

---

325 - PROTOCOLO (8789405155) - INSCRIÇÃO (87801953295)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

326 - PROTOCOLO (8789405157) - INSCRIÇÃO (87801974710)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

327 - PROTOCOLO (8789405170) - INSCRIÇÃO (87801962323)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos - A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

328 - PROTOCOLO (8789405211) - INSCRIÇÃO (87801036179)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A fundamentação relativa a reincidência é insuficiente e equivocada. O motivo da possibilidade de aplicação da insignificância é o direito penal do fato, e não do autor e julgado recente do STJ indicando que fato atípico repetido não o torna típico. O fato de ser reincidente específico ou não, em uma visão defensorial e congruente com o julgado, desimporta.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral esperava-se do candidato demonstração de conhecimento de julgado recente

do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O apelante é reincidente e pela mera letra fria da lei não há possibilidade de cumprimento de pena inicial em regime fechado. Deveria o candidato ter demonstrado minimamente conhecimento sobre a jurisprudência dos Tribunais.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

---

329 - PROTOCOLO (8789405228) - INSCRIÇÃO (87801981326)
ITEM 4 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,50. Com parcial razão. Apesar de não indicar os 4, aponta 2 e merece majoração da pontuação. Contudo, quanto a possibilidade de aplicação ao furto qualificado - A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Quanto a possibilidade de aplicação ao réu reincidente - Em uma visão defensorial alicerçada por julgados do STJ, independe se a pessoa é reincidente, multirreincidente, reincidente específico ou primário, pois aplica-se o direito penal do fato e fatos atípicos repetidos não se tornam típicos. A conduta atípica não passa a ser típica a depender do agente.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

330 - PROTOCOLO (8789405230) - INSCRIÇÃO (87801033668)
ITEM 2 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato não colocou apelado nem número dos autos no cabeçalho.

ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. O candidato não faz sequer menção ao artigo 600, CPP.

ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se do candidato a demonstração de conhecimento sobre a decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não fundamentou a razão do afastamento, se limitando a indicar a existência de decisões nesse sentido.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

331 - PROTOCOLO (8789405232) - INSCRIÇÃO (87801944541)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não indica os 4 requisitos do princípio da insignificância e a fundamentação quanto a possibilidade de aplicação do princípio aos casos de furto qualificado e réu reincidente é rasa. Ausência de fundamentação reflete ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

332 - PROTOCOLO (8789405239) - INSCRIÇÃO (87801985041)
ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

333 - PROTOCOLO (8789405243) - INSCRIÇÃO (87801950107)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade há carência de fundamentação. Igualmente com relação aos motivos. A candidata se debruça sobre possível nulidade da confissão, mas não aborda o aumento pelos motivos propriamente.

---

334 - PROTOCOLO (8789405268) - INSCRIÇÃO (87801038700)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação quanto aos motivos da possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado e aos réus reincidentes. A mera menção a julgados é insuficiente para pontuação. Necessário indicar razões de decidir que se aplicam ao caso em tela.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. O desconto de ponto se deu pois o candidato indicou "Quando tiver sido considerada pelo julgador", quando para pontuação integral esperava-se exatamente o conhecimento acerca da evolução jurisprudencial que aumenta o âmbito de incidência da súmula 545, STJ.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário conhecimento da súmula 269, STJ.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

335 - PROTOCOLO (8789405270) - INSCRIÇÃO (87801969536)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

336 - PROTOCOLO (8789405338) - INSCRIÇÃO (87801984826)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao furto qualificado, mostra carência de técnica quanto aos argumentos para possibilitar a insignificância aos reincidentes.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos - Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

337 - PROTOCOLO (8789405340) - INSCRIÇÃO (87801946015)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Não basta indicar que existem precedentes, sendo necessário fundamentar apontando razões do julgado das Cortes Superiores aplicáveis ao caso.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral o candidato deveria demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se, no mínimo, demonstração de conhecimento acerca de entendimento sumulado do STJ. Súmula 269. Tratava-se, como expresso na questão, de réu reincidente.

---

338 - PROTOCOLO (8789405342) - INSCRIÇÃO (87801948160)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indica os 4 requisitos nem fundamenta a possibilidade de aplicação do princípio ao caso concreto. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Com razão parcial. O candidato abordou e fundamentou quanto aos maus antecedentes antigos.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O apelante era reincidente e a letra da lei era insuficiente. Necessário demonstrar conhecimento acerca da súmula 269 do STJ.

ITEM 9 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Com parcial razão. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

339 - PROTOCOLO (8789405356) - INSCRIÇÃO (87801966307)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não existe entendimento sumulado apontado pelo candidato e exatamente por isso para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

340 - PROTOCOLO (8789405358) - INSCRIÇÃO (87801992127)
ITEM 4 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 7,00. Com razão. Apesar de muito resumidamente, a candidata apontou a necessidade de absolvição por atipicidade material, indicou a possibilidade de sua aplicação para réus reincidentes e furtos qualificados, indicando as razões do pedido.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

341 - PROTOCOLO (8789405361) - INSCRIÇÃO (87801034036)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Com relação a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado a resposta carece de fundamentação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. A fundamentação esperada em relação aos motivos do crime não era de que se trata de pós-fatos impuníveis e mero exaurimento do delito, até porque isto esta tecnicamente equivocado. Esperava-se que abordasse que tratava-se de questão de saúde pública, e não de segurança pública e que aplica-se o direito penal do fato, não do autor.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. O entendimento sumulado não indica que a atenuante da confissão deve ser considerada mesmo que prestada em sede policial. Além disso, esperava-se conhecimento recente do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Ausente fundamentação. Sequer mencionou a questão da posição topográfica dos artigos.

---

342 - PROTOCOLO (8789405362) - INSCRIÇÃO (87801961615)
ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

343 - PROTOCOLO (8789405363) - INSCRIÇÃO (87801993017)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios

previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

344 - PROTOCOLO (8789405366) - INSCRIÇÃO (87801981457)
ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Apresenta razões ao juízo de 1º grau. O enunciado era claro que a interposição era dispensável.

ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Em uma visão defensorial alicerçada por julgados do STJ, independe se a pessoa é reincidente, multirreincidente, reincidente específico ou primário, pois aplica-se o direito penal do fato e fatos atípicos repetidos não se tornam típicos. A conduta atípica não passa a ser típica a depender do agente. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

---

345 - PROTOCOLO (8789405367) - INSCRIÇÃO (87801975161)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

346 - PROTOCOLO (8789405380) - INSCRIÇÃO (87801962225)
ITEM 4 - NOTA 5,50 ALTERADA PARA 7,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

347 - PROTOCOLO (8789405384) - INSCRIÇÃO (87801985076)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

348 - PROTOCOLO (8789405386) - INSCRIÇÃO (87801981998)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Esperava-se, com relação ao uso abusivo de drogas, que o candidato indicasse tratar-se de questão de saúde pública, e não de segurança pública e que aplica-se direito penal do fato, e não do autor. O candidato confundiu com a confissão e acabou não tratando especificamente sobre essa circunstância.

ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,50. Com parcial razão. Esperava-se do candidato, para pontuação integral, entendimento recente do STJ que aumenta o âmbito de incidência da súmula 545, STJ.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Com parcial razão. Esperava-se conhecimento acerca do teor da súmula 269 do STJ para pontuação integral.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

349 - PROTOCOLO (8789405399) - INSCRIÇÃO (87801996942)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

350 - PROTOCOLO (8789405402) - INSCRIÇÃO (87801948841)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade a fundamentação é carente de técnica. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que existe julgado do STJ nesse sentido sem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

---

351 - PROTOCOLO (8789405404) - INSCRIÇÃO (87801038359)
ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Com razão parcial. Com relação a culpabilidade total ausência de fundamentos. O candidato limita-se a indicar que "visto que ausente a pertinência e adequação ao caso concreto". Ausência de fundamento leva a ausência de pontuação. Com relação aos antecedentes equivoca-se ao indicar que o período depurador seria também aplicável aos maus antecedentes, mas há construção lógica e com fundamentos, merecendo atribuição de nota neste ponto. Com relação aos motivos: "vê-se que o aumento é descabido e teratológico, não se adequando à lei ou entendimentos jurisprudenciais" Por que descabido e teratológico? O que diz a lei e o entendimento jurisprudencial que vão ao encontro da tese defensiva?

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato fundamentou parcialmente, não indicando o entendimento jurisprudencial a que estava se referindo. Para pontuação integral era necessário demonstrar conhecimento acera da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

352 - PROTOCOLO (8789405419) - INSCRIÇÃO (87801964244)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indica os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade ausência de técnica na fundamentação, confundindo institutos jurídicos. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

353 - PROTOCOLO (8789405427) - INSCRIÇÃO (87801015121)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A candidata não fundamentou a possibilidade de aplicação da insignificância aos casos de furto qualificado e réus reincidentes. Apenas indicou essa possibilidade. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. A candidata se limitou a indicar entendimento sumulado do STJ, quando o que se esperava era o entendimento mais recente da corte no sentido de que a confissão, ainda que parcial, extrajudicial, retratada, deve ser usada como atenuante de pena. Para pontuação total era necessário indicar que este entendimento evoluiu favoravelmente à defesa.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. As razões recursais foram interpostas fora do prazo, razão pela qual impossível qualquer forma de pontuação. Na vida prática a candidata teria perdido o prazo.

---

354 - PROTOCOLO (8789405434) - INSCRIÇÃO (87801037360)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral esperava-se do candidato demonstração de conhecimento sobre julgado

recente do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

355 - PROTOCOLO (8789405437) - INSCRIÇÃO (87801020446)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. O candidato apontou os 4 requisitos, mas não fundamentou a possibilidade de aplicação ao réu reincidente e ao furto qualificado. Perceba: "a existência de reincidência, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, não é suficiente para o descabimento da insignificância" Por que? Direito penal do autor? Não há nenhuma explicação, "a circunstância de qualificadora do delito também não enseja o afastamento do princípio da insignificância". Igualmente.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato não mencionou entendimento sumulado do STJ aplicável ao caso que trata exatamente do réu reincidente. Súmula 269, STJ.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

356 - PROTOCOLO (8789405458) - INSCRIÇÃO (87801984312)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Não fundamenta suficientemente a absolvição mesmo para réu reincidente e furto qualificado.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

357 - PROTOCOLO (8789405460) - INSCRIÇÃO (87801992591)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

358 - PROTOCOLO (8789405472) - INSCRIÇÃO (87801031730)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. O candidato não fundamenta o pedido de aplicação do princípio da insignificância ao furto qualificado. Ausente fundamentação, ausente pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato apenas aponta a incompatibilidade sem mencionar a razão de tal incompatibilidade (posição topográfica dos artigos legais)

---

359 - PROTOCOLO (8789405473) - INSCRIÇÃO (87801956283)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A fundamentação foi carente de técnica. Esperava-se argumentações indicando que o STJ entende que são incompatíveis a causa de aumento do repouso noturno e a qualificadora por questões topográficas e de proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

360 - PROTOCOLO (8789405484) - INSCRIÇÃO (87801038100)
ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não fundamentou a razão do afastamento, se limitando a indicar a existência de decisões nesse sentido.

---

361 - PROTOCOLO (8789405485) - INSCRIÇÃO (87801972057)
ITEM 4 - NOTA 5,50 ALTERADA PARA 7,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de

acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Carente de técnica quanto aos motivos. O fato de ser usuário, como bem indicado na questão, guarda sim pertinência com o motivo do furto. Esperava-se abordagem sobre direito penal do fato, tratar-se de uma questão de saúde pública, e não de segurança pública, etc.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso. A letra fria da lei é incapaz de conseguir regime diverso do fechado ao assistido.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

362 - PROTOCOLO (8789405494) - INSCRIÇÃO (87801968091)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

363 - PROTOCOLO (8789405513) - INSCRIÇÃO (87801974581)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

364 - PROTOCOLO (8789405530) - INSCRIÇÃO (87801030503)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não indicou os 4 requisitos para a configuração da insignificância e ausente fundamentação quanto a aplicação para furtos qualificados e réu reincidente. Ausência de fundamentação reflete ausência de pontuação. O candidato se limitou a indicar que "segundo o STJ, a reincidência não impede a aplicação do princípio da insignificância" Por que? Quais as razões da decisão que se aplicam ao presente caso?

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato confunde os institutos da reincidência e dos maus antecedentes, indicando que o período depurador daquela seria aplicada a esta, o que não é verdade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A letra fria da lei não garante o regime diverso do fechado ao assistido. Necessário indicar a súmula 269, STJ.

---

365 - PROTOCOLO (8789405560) - INSCRIÇÃO (87801961223)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos motivos carente de fundamentação. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

366 - PROTOCOLO (8789405571) - INSCRIÇÃO (87801949584)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação.

---

367 - PROTOCOLO (8789405585) - INSCRIÇÃO (87801945205)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Além de não indicar os 4 requisitos, deixa de fundamentar suficientemente sobre a possibilidade de

aplicação da insignificância ao furto qualificado e aos réus reincidentes. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

368 - PROTOCOLO (8789405594) - INSCRIÇÃO (87801949070)
ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

369 - PROTOCOLO (8789405605) - INSCRIÇÃO (87801945099)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Não há fundamentação suficiente no que diz respeito a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 7 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

370 - PROTOCOLO (8789405609) - INSCRIÇÃO (87801952249)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade - ausência de fundamentos. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

---

371 - PROTOCOLO (8789405616) - INSCRIÇÃO (87801945394)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação o candidato deveria ter mencionado as razões de decidir, como, por exemplo, a posição topográfica dos artigos de lei.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre jurisprudência sumulada sobre o tema.

---

372 - PROTOCOLO (8789405627) - INSCRIÇÃO (87801949672)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A candidata indica os 4 requisitos, mas não fundamenta de forma suficiente quanto a possiblidade de aplicação aos réus reincidentes e furto qualificado. Apenas mencionar a existência de julgados favoráveis, sem indicar as razões de decidir aplicáveis ao caso concreto é insuficiente para pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

373 - PROTOCOLO (8789405648) - INSCRIÇÃO (87801945428)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Quanto a reincidência, a candidata se limitou a indicar que: "e que a reincidência, por si só, não é capaz de afastar a sua aplicação." Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Deveria, no mínimo, ter indicado a aplicação do direito penal do fato ou que fatos atípicos repetidos não se tornam típicos.

ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

374 - PROTOCOLO (8789405652) - INSCRIÇÃO (87801036745)
ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

375 - PROTOCOLO (8789405696) - INSCRIÇÃO (87801945327)
ITEM 2 - NOTA 0,13 MANTIDA. Conforme o item 11.4 O candidato não deve se identificar no corpo do recurso da manifestação do gabarito preliminar da Prova Teórico-Objetiva e dos resultados da Prova Dissertativa, sob pena de não ter seu recurso avaliado.

ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Conforme o item 11.4 O candidato não deve se identificar no corpo do recurso da manifestação do gabarito preliminar da Prova Teórico-Objetiva e dos resultados da Prova Dissertativa, sob pena de não ter seu recurso avaliado.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme o item 11.4 O candidato não deve se identificar no corpo do recurso da manifestação do gabarito preliminar da Prova Teórico-Objetiva e dos resultados da Prova Dissertativa, sob pena de não ter seu recurso avaliado.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Conforme o item 11.4 O candidato não deve se identificar no corpo do recurso da manifestação do gabarito preliminar da Prova Teórico-Objetiva e dos resultados da Prova Dissertativa, sob pena de não ter seu recurso avaliado.

---

376 - PROTOCOLO (8789405716) - INSCRIÇÃO (87801947640)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

377 - PROTOCOLO (8789405721) - INSCRIÇÃO (87801961449)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545. A súmula nada fala sobre confissão extrajudicial.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

378 - PROTOCOLO (8789405741) - INSCRIÇÃO (87801949729)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação integral.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato se limitou a fazer o pedido, sem sequer indicar que existe julgado do STJ nesse sentido nem apontar a razão de decidir, como, por exemplo, a questão topográfica dos artigos de lei.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema.

---

379 - PROTOCOLO (8789405765) - INSCRIÇÃO (87801963184)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Como indicado pelo próprio recorrente, atacou dois dos três pontos possíveis de serem atacados.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

380 - PROTOCOLO (8789405783) - INSCRIÇÃO (87801962709)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral esperava-se conhecimento acerca de decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

381 - PROTOCOLO (8789405787) - INSCRIÇÃO (87801963009)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A afirmativa de que "já que foi valorada pelo magistrado" indica desconhecimento sobre jurisprudência recente do STJ. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

382 - PROTOCOLO (8789405792) - INSCRIÇÃO (87801946063)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Apenas mencionar que existem precedentes, sem indicar as razões de decidir dos julgados mencionados que se aplicam ao caso não gera pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

383 - PROTOCOLO (8789405796) - INSCRIÇÃO (87801961618)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

384 - PROTOCOLO (8789405802) - INSCRIÇÃO (87801994929)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade - Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

385 - PROTOCOLO (8789405816) - INSCRIÇÃO (87801021864)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Sobre a possibilidade da insignificância ao furto qualificado se limitou a candidata a apontar que "conforme o STJ, a existência de qualificadora, por si só, também não impede o reconhecimento da insignificância" Por que?

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Esperava-se da candidata o conhecimento sobre a superação da súmula 545.

---

386 - PROTOCOLO (8789405817) - INSCRIÇÃO (87801963741)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera

menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

387 - PROTOCOLO (8789405818) - INSCRIÇÃO (87801964033)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indica os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

388 - PROTOCOLO (8789405821) - INSCRIÇÃO (87801961119)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

389 - PROTOCOLO (8789405824) - INSCRIÇÃO (87801961721)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indica os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

390 - PROTOCOLO (8789405833) - INSCRIÇÃO (87801944858)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Não basta apontar que existem julgados, necessário indicar as razões de decidir dos julgados da Corte ao caso em tela.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário indicar razões de decidir do julgado do STJ, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos de lei.

ITEM 8 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

391 - PROTOCOLO (8789405862) - INSCRIÇÃO (87801009392)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar do candidato ter atacado a culpabilidade e os maus antecedentes, quanto a este último a fundamentação está incorreta, vez que não se trata de bis in idem, mas sim de direito ao esquecimento. Falta de fundamentação é sinônimo de falta de pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Falta de fundamentação é sinônimo de falta de pontuação.

---

392 - PROTOCOLO (8789405863) - INSCRIÇÃO (87801001398)
ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. A candidata deveria ter indicado expressamente o artigo 600, CPP.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

393 - PROTOCOLO (8789405880) - INSCRIÇÃO (87801964585)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

394 - PROTOCOLO (8789405882) - INSCRIÇÃO (87801947820)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário conhecimento da súmula 269 do STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

395 - PROTOCOLO (8789405888) - INSCRIÇÃO (87801993420)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

396 - PROTOCOLO (8789405890) - INSCRIÇÃO (87801967818)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. O candidato, de forma genérica, aponta princípios, mas não discorre sobre as razões de decidir, como direito penal do fato, a qualificadora deve ser de ordem objetiva, etc.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Com parcial razão. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

397 - PROTOCOLO (8789405899) - INSCRIÇÃO (87801975096)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 3,50 ALTERADA PARA 5,50. Com parcial razão. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Com razão. A candidata confunde liberdade provisória e livramento condicional, mas a fundamentação se mostra coerente.

---

398 - PROTOCOLO (8789405924) - INSCRIÇÃO (87801992724)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade - ausente fundamentação suficiente para pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

399 - PROTOCOLO (8789405925) - INSCRIÇÃO (87801965723)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato indica que o entendimento seria do STF (linha 15 da página 3) demonstrando carência de técnica.

---

400 - PROTOCOLO (8789405955) - INSCRIÇÃO (87801037776)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. A fundamentação com relação aos motivos da droga é equivocada e carente de técnica. Primeiramente indica que "não se trata de motivo reprovável pela sociedade", quando em verdade, no Brasil, vivemos uma verdadeira "guerra às drogas". Depois indica que a posse de drogas para consumo pessoal deixou de ser crime quando em verdade isso ocorreu, em tese, apenas para uma certa quantidade de uma certa droga.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se do candidato demonstração de conhecimento sobre julgado recente do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545. Ficar limitado ao teor da súmula é depender da utilização da confissão nas razões de decidir do julgador, o que é defensorialmente desinteressante.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Conforme exposto na questão o apelante era sim reincidente e a mera letra fria da lei não faria com que ele cumprisse a pena em regime diverso do fechado. Esperava-se demonstração de conhecimento da jurisprudência, inclusive sumulada, das cortes superiores.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

401 - PROTOCOLO (8789405972) - INSCRIÇÃO (87801945498)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente quanto a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado, limitando-se a indicar a existência de precedentes nesse sentido.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral o candidato deveria ter mencionado as razões de decidir, como, por exemplo, a posição topográfica dos artigos de lei.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

402 - PROTOCOLO (8789405981) - INSCRIÇÃO (87801961342)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06) e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria (art. 59 do CP), observados os requisitos do art. 33, § 2º, alínea c, e do art. 44, ambos do Código Penal. O que isto tem a ver com o caso em tela? Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

403 - PROTOCOLO (8789405988) - INSCRIÇÃO (87801020350)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não aponta os 4 requisitos apontados pelo STF para aplicação do princípio da insignificância, se limita a apontar a possibilidade de aplicação do princípio a reincidentes, sem fundamentar. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Sequer aborda a questão do furto qualificado.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. A fundamentação do candidato foi rasa, sequer citando a questão da posição topográfica dos artigos de lei.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

404 - PROTOCOLO (8789405990) - INSCRIÇÃO (87801993107)
ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

405 - PROTOCOLO (8789406007) - INSCRIÇÃO (87801967222)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade fundamentação insuficiente. Apenas afirmar que "haja vista que o cometimento do crime durante a liberdade provisória não denota maior reprovabilidade" é insuficiente para pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

406 - PROTOCOLO (8789406009) - INSCRIÇÃO (87801966847)
ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. A súmula 545 não diz o que o candidato afirma que diz. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

407 - PROTOCOLO (8789406067) - INSCRIÇÃO (87801948599)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, sobre o tema. A letra da lei não bastava para conseguir outro regime diverso do fechado ao assistido.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

408 - PROTOCOLO (8789406097) - INSCRIÇÃO (87801036809)
ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Apesar de ter fundamentado com excelência quanto ao afastamento da circunstância negativa maus antecedentes, o candidato não fundamentou de forma técnica e suficiente quanto ao afastamento da culpabilidade (confundindo conceitos de liberdade provisória e livramento condicional) e apenas mencionando que a troca do objeto furtado por droga seria comum à espécie (o que é questionável), sem apontar jurisprudência, direito penal do fato, tratar-se de uma questão de saúde pública...

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima esperava-se do candidato o conhecimento sobre decisão recente do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato sequer citou uma das razões de decidir da corte. Falha de fundamentação leva a desconto de pontuação.

---

409 - PROTOCOLO (8789406098) - INSCRIÇÃO (87801968733)
ITEM 6 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

---

410 - PROTOCOLO (8789406112) - INSCRIÇÃO (87801954987)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

411 - PROTOCOLO (8789406114) - INSCRIÇÃO (87801032955)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. O candidato indica que caberia aplicar insignificância pois não se trata de multirreincidente. Não era a fundamentação esperada e vai de encontro a entendimento da Defensoria Pública e julgados do STJ. Esperava-se do candidato a indicação de que aplica-se a teoria penal do fato, não do autor e que condutas atípicas repetidas não as tornam típicas.

ITEM 5 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Com parcial razão. O candidato fundamenta suficientemente apenas com relação aos maus antecedentes antigos. Com relação a liberdade provisória em outro processo não explica o motivo de não desabonar (presunção de inocência e bis in idem). A troca do produto furtado por droga não integra o tipo penal, esperando-se do candidato que abordasse tratar-se de questão de saúde pública, e não de segurança pública e que aplicável o direito penal do fato, não do autor.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato baseia sua resposta em súmula vinculante aplicável ao tráfico de drogas. Esperava-se conhecimento sobre o teor da súmula 269 do STJ.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

412 - PROTOCOLO (8789406124) - INSCRIÇÃO (87801980276)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

413 - PROTOCOLO (8789406133) - INSCRIÇÃO (87801040035)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. O candidato se limitou a indicar que "que não são afastados em caso de crime qualificado ou reincidente, conforme entendem STF e STJ". Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Deveria, no mínimo, ter indicado as razões de decidir do STF e STJ aplicáveis ao caso, por exemplo, direito penal do fato.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação mínima esperava-se do candidato conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545. Ao contrário disso, o candidato afirmou que "pois formaram o convencimento do magistrado".

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

414 - PROTOCOLO (8789406137) - INSCRIÇÃO (87801965507)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

415 - PROTOCOLO (8789406152) - INSCRIÇÃO (87801961654)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

416 - PROTOCOLO (8789406157) - INSCRIÇÃO (87801948605)
ITEM 4 - NOTA 5,50 ALTERADA PARA 7,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 5 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,50. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação integral.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação mínima necessário demonstrar conhecimento acerca de jurisprudência, inclusive sumulada, do STJ, perfeitamente aplicável ao caso, súmula 269.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

417 - PROTOCOLO (8789406161) - INSCRIÇÃO (87801944647)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de abordar a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato nada aborda sobre os motivos do crime.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

418 - PROTOCOLO (8789406178) - INSCRIÇÃO (87801962554)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de fundamentar corretamente e tecnicamente quanto ao furto qualificado, mostra carência de técnica quanto aos argumentos para possibilitar a insignificância aos reincidentes. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

419 - PROTOCOLO (8789406203) - INSCRIÇÃO (87801035861)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

420 - PROTOCOLO (8789406210) - INSCRIÇÃO (87801963156)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato sequer indica os 4 requisitos do princípio da insignificância e se limita a indicar que os Tribunais Superiores já entenderam desta forma sem indicar as razões de decidir e o motivo de se aplicar ao presente caso. A ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

421 - PROTOCOLO (8789406232) - INSCRIÇÃO (87801981356)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Em uma visão defensorial alicerçada por julgados do STJ, independe se a pessoa é reincidente, multirreincidente, reincidente específico ou primário, pois aplica-se o direito penal do fato e fatos atípicos repetidos não se tornam típicos. A conduta atípica não passa a ser típica a depender do agente.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

422 - PROTOCOLO (8789406263) - INSCRIÇÃO (87801949592)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A candidata indica os 4 requisitos, mas não fundamenta de forma suficiente quanto a possiblidade de aplicação aos réus reincidentes e furto qualificado. Apenas mencionar a existência de julgados favoráveis, sem indicar as razões de decidir aplicáveis ao caso concreto é insuficiente para pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação integral.

---

423 - PROTOCOLO (8789406272) - INSCRIÇÃO (87801001947)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Com razão o candidato.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

424 - PROTOCOLO (8789406282) - INSCRIÇÃO (87801984320)
ITEM 2 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

---

425 - PROTOCOLO (8789406288) - INSCRIÇÃO (87801964529)
ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para alcançar a pontuação integral o candidato deveria ter adentrado minimamente nas razões de decidir do julgado, apontando, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos legais, um dos principais fundamentos do julgado para afastar a causa de aumento. Afirmar tão somente que "o STJ entende ser incompatível tal causa de aumento de pena com a forma qualificada no delito" não gera pontuação integral.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

426 - PROTOCOLO (8789406300) - INSCRIÇÃO (87801965416)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata aponta que a súmula indica algo que não indica, demonstrando carência de técnica e de atualização jurisprudencial. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

427 - PROTOCOLO (8789406303) - INSCRIÇÃO (87801010987)
ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Fundamentação parcial é sinônimo de pontuação parcial. O candidato não se aprofundou no tema. Esperava-se, para pontuação completa, que indicasse a questão da topografia entre os artigos legais.

---

428 - PROTOCOLO (8789406307) - INSCRIÇÃO (87801031001)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Com relação aos motivos do crime o candidato se limitou a indicar que "Em relação aos motivos, descabe valoração negativa, pois os Tribunais Superiores e o TJPR não admitem a sua valoração negativa pelo fato de o réu ser usuário de drogas, não sendo idôneo o fundamento utilizado pelo juiz" Cabia ao candidato indicar as razões de decidir dos julgados acima para fundamentar sua aplicação ao caso concreto. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

---

429 - PROTOCOLO (8789406309) - INSCRIÇÃO (87801954987)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

430 - PROTOCOLO (8789406311) - INSCRIÇÃO (87801948804)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Não basta mencionar a existência de julgados sem adentrar nas razões de decidir aplicáveis ao caso concreto.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação integral.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

431 - PROTOCOLO (8789406342) - INSCRIÇÃO (87801032237)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Com relação a possibilidade de aplicação do princípio ao furto qualificado se limitou o candidato a indicar que "Nessa linha, a qualificadora da escalada também não guarda relação com os vetores da insignificância, não tendo o condão de afastá-los" Ausente fundamentação, ausente pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Esperava-se do candidato, para pontuação integral, entendimento recente do STJ que aumenta o âmbito de incidência da súmula 545, STJ.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se do candidato conhecimento sobre decisão do STJ que afasta a causa de aumento do repouso noturno ao furto qualificado por questão de posição topográfica dos artigos legais.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato mostra falta de técnica ao indicar que o artigo do CP exige o que em verdade não exige. Não faz menção a nenhuma súmula do STF ou do STJ sobre o tema.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

432 - PROTOCOLO (8789406343) - INSCRIÇÃO (87801963419)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não indica os 4 requisitos e a mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto a culpabilidade demonstra carência de técnica ao confundir liberdade provisória e livramento condicional.

ITEM 7 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,50. Com parcial razão. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

433 - PROTOCOLO (8789406345) - INSCRIÇÃO (87801020969)
ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato apenas menciona decisão do STF, sem aprofundar sobre o tema. O conhecimento esperado era da súmula 269, STJ, perfeitamente aplicável ao caso. A fundamentação rasa leva a desconto de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

434 - PROTOCOLO (8789406349) - INSCRIÇÃO (87801948383)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento da decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545 para pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

435 - PROTOCOLO (8789406366) - INSCRIÇÃO (87801989696)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Com relação ao furto qualificado, a candidata, provavelmente de forma equivocada, mas impossível de não se atentar e descontar pontos, indica, expressamente, na linha 27 que não é cabível a sua aplicação (princípio da insignificância) em uma conduta de furto qualificado que preencha os requisitos. A resposta esperada era exatamente no sentido contrário, de cabimento da aplicação da insignificância ao furto qualificado.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato indica entendimento jurisprudencial sem minimamente especificar de qual tribunal, corte, está abordando. Esperava-se, para pontuação integral, que indicasse tratar-se de entendimento sumulado do STJ. Súmula 269.

436 - PROTOCOLO (8789406375) - INSCRIÇÃO (87801945771)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se, no mínimo, demonstração de conhecimento acerca de entendimento sumulado do STJ. Súmula 269.

---

437 - PROTOCOLO (8789406386) - INSCRIÇÃO (87801980027)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação. Em uma visão defensorial alicerçada por julgados do STJ, independe se a pessoa é reincidente, multirreincidente, reincidente específico ou primário, pois aplica-se o direito penal do fato e fatos atípicos repetidos não se tornam típicos. A conduta atípica não passa a ser típica a depender do agente.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

438 - PROTOCOLO (8789406401) - INSCRIÇÃO (87801040017)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. A fundamentação referente aos motivos do crime é equivocada e carente de técnica. Quando o candidato afirma que "motivos devem estar relacionados ao crime em comento, não servindo elementos posteriores, como "post factum" impunível" Os motivos estão relacionados ao crime em comento (furtou em razão do vício) e o pós fato não é impunível, inclusive tratando-se de crime do art. 28, LD. Esperava-se, neste ponto, que o candidato indicasse tratar-se de questão de saúde pública, abordar o direito penal do fato, e não do autor...

ITEM 7 - NOTA 1,50 ALTERADA PARA 3,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O apelante era reincidente e a letra fria da lei não bastava no caso para conseguir regime diverso do fechado.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

439 - PROTOCOLO (8789406408) - INSCRIÇÃO (87801962135)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Nas linhas 23 e 24 o candidato justifica a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância em razão de não tratar-se de reincidente específico. Esta justificativa está errada e anula a afirmativa de possibilidade de aplicação pois esta não era a justificativa esperada. Na visão da Defensoria Pública e em julgados do STJ a insignificância deve ser aplicada mesmo para reincidentes específicos desde que a conduta em questão seja insignificante, vez que a repetição de condutas atípicas não as tornam típicas, como explanado em julgado paradigmático sobre o tema e sobre o qual esperava-se o conhecimento do candidato.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A questão foi zerada por ausência de fundamentação. Esperava-se do candidato o conhecimento sobre do julgado do STJ REsp 1.972.098, que vai bem além da Súmula 545 do STJ (que sequer foi citada), pois indica a desnecessidade de utilização pelo juiz da confissão na sentença para que esta valha como atenuante de pena.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. A nota foi parcial em razão da fundamentação ter sido parcial. A fundamentação do candidato se limitou a "por conta da natureza objetiva". Para conseguir pontuação completa era necessário indicar a questão da posição topográfica dos artigos.

---

440 - PROTOCOLO (8789406417) - INSCRIÇÃO (87801983342)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

441 - PROTOCOLO (8789406423) - INSCRIÇÃO (87801945007)
ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre jurisprudência sumulada sobre o tema.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

442 - PROTOCOLO (8789406428) - INSCRIÇÃO (87801034298)
ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A fundamentação da candidata foge da técnica. Não há nada que indique que a confissão para compra de drogas leve a imposição diferente do regime fechado. Esperava-se demonstração de conhecimento acerca da súmula 269 do STJ.

---

443 - PROTOCOLO (8789406443) - INSCRIÇÃO (87801947261)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Com relação aos motivos a fundamentação é insuficiente. Esperava-se abordagem sobre direito penal do autor, questão de saúde pública, e não de segurança pública.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento acerca de decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Conforme exposto pelo próprio candidato não há razão para alteração da nota atribuída. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

---

444 - PROTOCOLO (8789406449) - INSCRIÇÃO (87801958002)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

445 - PROTOCOLO (8789406466) - INSCRIÇÃO (87801983005)
ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

446 - PROTOCOLO (8789406511) - INSCRIÇÃO (87801965101)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

447 - PROTOCOLO (8789406515) - INSCRIÇÃO (87801956727)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. O candidato não indica nem fundamenta a possibilidade de aplicação da insignificância ao furto qualificado e mostra carência de técnica na fundamentação relativa ao réu reincidente.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado decisão e razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

448 - PROTOCOLO (8789406521) - INSCRIÇÃO (87801039554)
ITEM 4 - NOTA 5,50 ALTERADA PARA 7,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Indicar apenas que "motivos não devem ser objeto de valoração" é insuficiente para pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral esperava-se demonstração de conhecimento no sentido de que o STJ ampliou, em decisão paradigmática para a Defensoria Pública, o âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. A candidata não mencionou a razão de decidir do julgado do STJ. Para pontuação integral necessário indicar a questão da posição topográfica entre os artigos legais.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A letra fria da lei não é suficiente para garantir o regime aberto, nem o semiaberto no caso em questão, pois trata-se de réu reincidente. Necessário apontar julgados das cortes superiores, inclusive sumulados, como a súmula 269, STJ.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

449 - PROTOCOLO (8789406528) - INSCRIÇÃO (87801971723)
ITEM 1 - NOTA 2,50 ALTERADA PARA 5,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 8 - NOTA 0,50 ALTERADA PARA 1,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 9 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,00. Com parcial razão. Apesar de tempestivo, o recurso foi apresentado antes do último dia do prazo, acarretando pontuação parcial.

---

450 - PROTOCOLO (8789406532) - INSCRIÇÃO (87801036595)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. O candidato se limitou a indicar que "Superior Tribunal de Justiça, o qual entende cabível o reconhecimento do princípio da bagatela própria, mesmo quando se trata de réu reincidente e na hipótese de furto qualificado" Por que? Quais as razões de decidir que se aplicam ao caso concreto?

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. O candidato se limitou a indicar que "O fato do delito ter sido cometido no curso de liberdade provisória não pode acarretar no agravamento da culpabilidade" Para pontuação integral deveria no mínimo ter indicado a razão disso, mencionando, por exemplo, o princípio da presunção de inocência.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

451 - PROTOCOLO (8789406540) - INSCRIÇÃO (87801954291)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Necessário demonstrar conhecimento sobre entendimento sumulado do STJ perfeitamente aplicável ao caso, súmula 269, STJ.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

452 - PROTOCOLO (8789406542) - INSCRIÇÃO (87801963796)
ITEM 3 - NOTA 0,13 MANTIDA. A peça era razões de apelação e o candidato sequer cita o artigo 600, CPP.

ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Não fundamenta suficientemente quanto a possibilidade de aplicação ao furto qualificado e para réus reincidentes. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato se limita a atacar os maus antecedentes.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

453 - PROTOCOLO (8789406551) - INSCRIÇÃO (87801945398)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. Não basta indicar "apesar da reincidência" Por que? Há julgados nesse sentido?

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral o candidato deveria ter mencionado as razões de decidir, como, por exemplo, a posição topográfica dos artigos de lei.

---

454 - PROTOCOLO (8789406554) - INSCRIÇÃO (87801965021)
ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Esperava-se conhecimento acerca da posição do STJ de incompatibilidade entre furto qualificado e causa de aumento do repouso noturno, o que a candidata não demonstrou minimamente.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata perdeu o prazo.

---

455 - PROTOCOLO (8789406555) - INSCRIÇÃO (87801974769)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Como exposto pelo próprio recorrente, nada abordou sobre os motivos.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

456 - PROTOCOLO (8789406606) - INSCRIÇÃO (87801011704)
ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Apesar de estar com razão no que diz respeito aos maus antecedentes, a candidata não menciona nem fundamenta sobre o motivo (compra de drogas).

---

457 - PROTOCOLO (8789406610) - INSCRIÇÃO (87801963336)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

458 - PROTOCOLO (8789406625) - INSCRIÇÃO (87801996526)
ITEM 4 - NOTA 3,50 ALTERADA PARA 5,50. Com parcial razão. Com relação ao réu reincidente - A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

459 - PROTOCOLO (8789406632) - INSCRIÇÃO (87801035905)
ITEM 1 - NOTA 2,50 ALTERADA PARA 5,00. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Fundamentou corretamente apenas uma das três circunstâncias. Falta de fundamentação ou fundamentação falha leva a falta de nota.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Esperava-se do candidato o conhecimento de jurisprudência recente do STJ que supera a Súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato fundamenta mudança de regime em primariedade do réu que inexiste.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Tempestivo, mas apresentada antes do prazo fatal.

---

460 - PROTOCOLO (8789406633) - INSCRIÇÃO (87801996764)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

---

461 - PROTOCOLO (8789406647) - INSCRIÇÃO (87801970944)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. Nada aborda sobre a culpabilidade e mostra carência de técnica quanto aos motivos.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a prova.

---

462 - PROTOCOLO (8789406651) - INSCRIÇÃO (87801976875)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

463 - PROTOCOLO (8789406671) - INSCRIÇÃO (87801961308)
ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

464 - PROTOCOLO (8789406678) - INSCRIÇÃO (87801032205)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Como exposto pela própria recorrente, em nenhum momento abordou e fundamentou a necessidade de aplicação do princípio ao furto qualificado.

ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Com parcial razão. A candidata aponta e fundamenta o afastamento dos maus antecedentes e do uso de drogas. Com relação as circunstâncias, confunde liberdade provisória com livramento condicional, impedindo pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. A candidata se limitou a mostrar conhecimento sobre o teor da súmula 545, STJ. Para pontuação total era necessário indicar que decisão recente ampliou o âmbito de incidência da súmula, sendo agora desnecessário a utilização da confissão nas razões de decidir do julgador.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

465 - PROTOCOLO (8789406685) - INSCRIÇÃO (87801958692)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. Não indica os 4 requisitos elencados pelo STF nem fundamenta a aplicação ao caso concreto.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. A fundamentação utilizada é carente de técnica.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

466 - PROTOCOLO (8789406702) - INSCRIÇÃO (87801966476)
ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 0,50. Com parcial razão. Para pontuação integral necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

---

467 - PROTOCOLO (8789406723) - INSCRIÇÃO (87801963940)
ITEM 7 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuação integral o candidato deveria ter mencionado as razões de decidir, como, por exemplo, a posição topográfica dos artigos de lei.

---

468 - PROTOCOLO (8789406729) - INSCRIÇÃO (87801958125)
ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não datou a peça.

---

469 - PROTOCOLO (8789406742) - INSCRIÇÃO (87801030698)
ITEM 4 - NOTA 1,50 MANTIDA. O candidato não indica os 4 requisitos do princípio da insignificância e apesar de apontar a possibilidade de aplicação do princípio aos réus reincidentes e ao furto qualificado não fundamenta tais pedidos. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. O único ponto atacado com fundamentação adequada foram os maus antecedentes antigos. Com relação a culpabilidade faz menção a artigos do CP que se referem ao livramento condicional (bem diferente da liberdade provisória) e quanto aos motivos ao invés de indicar que se trata de questão de saúde pública e que deve ser aplicado o direito penal do fato, e não do autor, o candidato confunde com a atenuante da confissão.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato se limita a indicar a súmula 545 do STJ quando o que se esperava era o conhecimento acerca de decisão recente do STJ que aumenta o âmbito de incidência desta súmula.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

470 - PROTOCOLO (8789406746) - INSCRIÇÃO (87801017966)
ITEM 6 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 1,50. O candidato se limitou a indicar entendimento sumulado do STJ, quando o que se esperava era o entendimento mais recente da corte no sentido de que a confissão, ainda que parcial, extrajudicial, retratada, deve ser usada como atenuante de pena. A Súmula 545 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabelece que a confissão do réu deve ser considerada para a diminuição da pena, desde que seja utilizada pelo magistrado para fundamentar a condenação. Este entendimento bastava para pontuação parcial. Para pontuação total era necessário indicar que este entendimento evoluiu favoravelmente à defesa.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato se baseou na falta de provas sobre o período noturno e a questão não dava margens para isso. O que se esperava era o entendimento do STJ da incompatibilidade por questão de posição topográfica entre o furto qualificado e esta causa de aumento de pena.

ITEM 8 - NOTA 0,50 MANTIDA. O candidato fundamentou de forma rasa levando a pontuação parcial.

---

471 - PROTOCOLO (8789406756) - INSCRIÇÃO (87801961730)
ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Quanto aos antecedentes a fundamentação é equivocada e carente de técnica. O candidato afirma que "não pode ser considerado como maus antecedentes condenação em que já tenha ocorrido o período quinquenal de prescrição da reincidência" Isto não é verdade nem condiz com julgados das Cortes Superiores.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação, necessário demonstrar conhecimento sobre súmula 269, STJ perfeitamente aplicável ao caso.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

472 - PROTOCOLO (8789406765) - INSCRIÇÃO (87801033327)
ITEM 3 - NOTA 0,13 ALTERADA PARA 0,25. Após análise do recurso interposto, verificou-se que a atribuição deve ser majorada de acordo com os itens cumpridos, considerando o espelho de respostas. Dessa forma, a pontuação foi ajustada de acordo com os critérios previstos no edital.

ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. Falta de fundamentação leva a falta de pontuação. A candidata se limitou a indicar que "Com relação à reincidência em crime patrimonial, de acordo com a jurisprudência do STJ, essa, por si só, não é capaz de afastar a incidência do princípio da insignificância. Salienta-se que o crime foi sem violência ou grave ameaça" Por que o STJ assim decidiu? O que tem em comum entre o

decidido pelo STJ e o caso em tela?

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. A mera menção a julgados ou a possibilidade de aplicação da tese defensiva é insuficiente para pontuação.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. A mera menção a julgados ou a possibilidade de aplicação da tese defensiva é insuficiente para pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Ausência de fundamentação leva a ausência de pontuação. A mera menção a julgados ou a possibilidade de aplicação da tese defensiva é insuficiente para pontuação.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

473 - PROTOCOLO (8789406781) - INSCRIÇÃO (87801990307)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para pontuar integralmente necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

474 - PROTOCOLO (8789406807) - INSCRIÇÃO (87801963823)
ITEM 4 - NOTA 5,50 MANTIDA. Apesar de ter fundamentado com excelência a possibilidade de aplicação da insignificância ao réu reincidente, deixou de fundamentar suficientemente a possibilidade de aplicação do referido princípio também ao furto qualificado.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuação deveria ter indicado razões de decidir do STJ aplicáveis ao caso concreto, por exemplo, a questão da posição topográfica dos artigos ou a proporcionalidade.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato perdeu o prazo.

---

475 - PROTOCOLO (8789406813) - INSCRIÇÃO (87801954333)
ITEM 4 - NOTA 3,50 MANTIDA. A mera menção a existência de precedentes favoráveis sem fundamentar e vincular as razões de decidir destes julgados com o caso concreto inviabilizam a pontuação.

ITEM 5 - NOTA 2,00 MANTIDA. Fundamentação insuficiente e carente de técnica quanto a culpabilidade.

---

476 - PROTOCOLO (8789406824) - INSCRIÇÃO (87801961677)
ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. Para pontuar necessário demonstrar conhecimento sobre decisão do STJ de ampliação do âmbito de incidência da súmula 545.

---

477 - PROTOCOLO (8789406827) - INSCRIÇÃO (87801964123)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.

---

478 - PROTOCOLO (8789406832) - INSCRIÇÃO (87801961639)
ITEM 9 - NOTA 1,00 MANTIDA. Apesar de tempestivo, apresentado antes do prazo fatal.